

REVISTA DO
CENTRO DE
PESQUISA E
FORMAÇÃO

Agosto de 2018

Edição Especial

**Perspectivas Contemporâneas sobre
Ócio, Lazer e Tempo Livre**

Português
Español
English



EDIÇÕES ANTERIORES



REVISTA Nº 01
Gestão cultural



REVISTA Nº 06
A cultura da acessibilidade:
desafios à produção artística



REVISTA Nº 02
Ócio, lazer e tempo livre



REVISTA EDIÇÃO ESPECIAL
Ética no Turismo



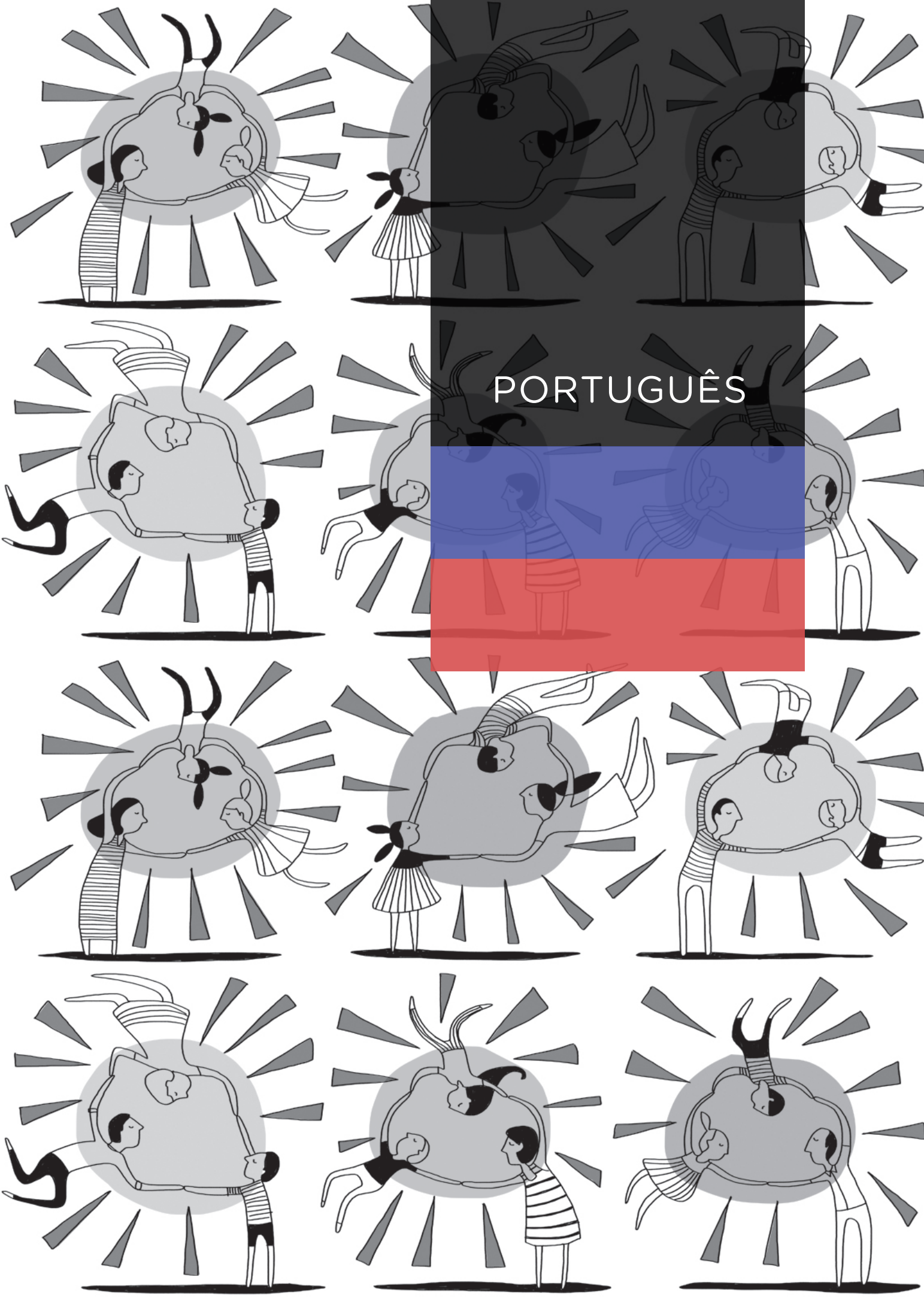
REVISTA Nº 03
Entre letras, imagens e sons: As
mulheres e a produção da cultura



REVISTA Nº 04
Culturas híbridas



REVISTA Nº 05
Memória, cidade e museu:
entre silêncios e mobilizações



PORTUGUÊS



SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL

Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

TÉCNICO-SOCIAL Joel Naimayer Padula

COMUNICAÇÃO SOCIAL Ivan Giannini

ADMINISTRAÇÃO Luiz Deoclécio Massaro Galina

ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO Sérgio José Battistelli

GERENTES

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO Andréa de Araújo Nogueira

ARTES GRÁFICAS Hélcio Magalhães

REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO

EDITOR Marcos Toyansk

ORGANIZADORA Ane Talita Rocha

TRADUÇÃO E REVISÃO Sérgio Molina e Ipsis Litteris

ILUSTRAÇÃO DE CAPA Veridiana Scarpelli

PROJETO GRÁFICO Denis Tchepeleutyky

DIAGRAMAÇÃO Magno Studio e Walter Cruz

EQUIPE SESC

Rafael Peixoto e Rosana Elisa Catelli

seccsp.org.br/revistacpf



SUMÁRIO

- 6 Apresentação
Danilo Santos de Miranda
- 8 Perspectivas contemporâneas do lazer
Luiz Octávio de Lima Camargo
- 35 Ócio na contemporaneidade cansada
José Clerton de Oliveira Martins
- 45 Panorama da pesquisa em políticas públicas de lazer no Brasil
Sílvia Cristina Franco Amaral
- 55 Estudos sobre a temática do lazer na América Latina: um panorama
Christianne Luce Gomes
- 66 História do uso do tempo livre: a emergência do lazer (Inglaterra, século XVIII)
Victor Andrade de Melo
- 77 Trabalho, tempo livre e consumo sob o manto da racionalidade do capital
Valquíria Padilha
- 90 O que é mesmo uma brincadeira?: O exemplo das travessuras em São Paulo
Denise Bernuzzi de Sant'Anna

APRESENTAÇÃO

O Sesc - Serviço Social do Comércio é fruto de uma iniciativa cuja originalidade se assenta em um sólido projeto cultural e educativo. Criado e mantido pelo empresariado do comércio de bens, serviços e turismo, o Sesc conta com uma rede de centros socioeducativos voltada para a promoção do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores desses setores, bem como da sociedade em geral.

Em suas unidades, o Sesc desenvolve rotineiramente atividades para o usufruto do tempo livre, o que, inegavelmente, também perfaz a experiência de ócio construtivo, orientado para o desenvolvimento humano. Diante de uma sociedade imersa no tempo do trabalho, na qual a competitividade e os ritmos exaustivos dão a tônica enquanto o ócio e o tempo livre aparecem com menor ênfase, torna-se imprescindível refletir sobre o viver bem, o lazer e a diversão (cuja raiz etimológica guarda relação com “divergir”, “mudar de direção”), uma reflexão que pode servir de contraponto a uma vida regrada pelo tempo do relógio e orientada somente para a eficiência e a produtividade.

O Sesc percebeu a necessidade de dar continuidade aos debates e estudos sobre tempo livre que a instituição promove desde a década de 1960, organizando – vinte anos após a edição do Congresso Mundial de Lazer intitulada “Lazer em uma sociedade globalizada” – uma nova edição do mesmo evento, em torno do tema “Lazer sem restrições”. O Congresso de 2018 joga luz sobre o imperativo da transposição das principais barreiras que ainda existem e dificultam o acesso das pessoas ao lazer, contemplando a reflexão e o enfrentamento sistemático desses entraves e contribuindo para seu redimensionamento como um direito na sociedade contemporânea.

Por ocasião da realização do Congresso, esta edição especial da Revista do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo traz artigos que abordam os estudos do lazer e do ócio advindos dos debates do ciclo “Perspectivas Contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre”, realizado nos meses de junho e julho de 2018.

O artigo “Perspectivas contemporâneas do lazer”, de Luiz Octávio de Lima Camargo, reflete sobre o futuro do lazer a partir da tríade tempo, espaço e atividade e os protocolos recomendados pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, indicando a tendência a se buscar o entretenimento e a ludicidade em todos os tempos e espaços do cotidiano.

Adentrando no conceito de ócio, José Clerton de Oliveira Martins delinea seu percurso histórico e sugere que o conceito envolve muito mais que descanso e um “nada fazer”, abrindo-se para a recriação da vida, a contemplação e apreensão da integridade humana.

Em “Panorama da pesquisa em políticas públicas de lazer no Brasil”, Sílvia Cristina Franco Amaral apresenta um cenário dos estudos em políticas públicas de lazer no Brasil a partir de um levantamento dos atuais grupos de estudos distribuídos no território nacional.

Christianne Luce Gomes, por sua vez, amplia o escopo geográfico no artigo intitulado “Estudos sobre a temática do lazer na América Latina: um panorama”, no qual analisa os estudos do lazer no contexto latino-americano por meio de uma revisão bibliográfica e análise de questionário respondido por catorze especialistas da região.

Victor Andrade de Melo faz um recuo histórico no artigo “História do uso do tempo livre: a emergência do lazer (Inglaterra, século XVIII)” a fim de examinar como se estruturou o conceito moderno de lazer e a organização dos tempos sociais, delimitando o tempo livre como o concebemos atualmente.

No artigo “Trabalho, tempo livre e consumo sob o manto da racionalidade do capital”, Valquíria Padilha argumenta que somente haverá um tempo verdadeiramente livre quando houver a subversão da lógica do capital, que impõe o consumo de bens e serviços no tempo disponível, em prol da emancipação dos indivíduos.

Por fim, Denise Bernuzzi de Sant’Anna dedica seu artigo às brincadeiras infantis na cidade de São Paulo, abordando as diferenças históricas entre travessura, brincadeira e lazer durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Além de oferecer ao público diversas opções de lazer e ócio nos centros socioeducativos, a ação plural do Sesc se desdobra também em encontros e debates que buscam ampliar as reflexões e investigações sobre questões que circundam as noções de tempo livre, ócio e lazer nos dias de hoje.

Boa leitura!

Danilo Santos de Miranda
Diretor do Sesc São Paulo

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO LAZER

Luiz Octávio de Lima Camargo¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o futuro do lazer, no contexto do debate Perspectivas Contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre, evento organizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. O referencial teórico se assenta em reflexões de autores especializados em lazer de diferentes países. O referencial metodológico acompanha, *grosso modo*, os protocolos recomendados por Joffre Dumazedier, na metodologia previsional por ele chamada de sociologia ativa, e são aplicados às três categorias do lazer: tempo, espaço e atividade. Os resultados apontam para a indefinição do futuro do tempo de lazer do ponto de vista de sua quantidade, mas mostram um avanço, dada a porosidade dos tempos sociais, em especial entre trabalho e lazer. Do ponto de vista do espaço, mostram a importância das atividades ao ar livre e do contato com elementos naturais. Do ponto de vista da atividade, enfatizam o protagonismo da busca da experiência e da tecnologia no seu futuro.

Palavras-chave: Lazer. Sociologia ativa. Tempo de lazer. Espaço de lazer. Atividade de lazer.

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, algumas observações pontuais. Começo pelo título do evento: Perspectivas Contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre. Entendo que a escolha desses três substantivos – ócio, lazer e tempo livre – teve em vista apenas incluir as várias denominações às quais o estudo deste tema está ligado entre nós. Para muitos, esses termos podem até ser considerados sinônimos, apesar de, no português dos dicionários, ócio e lazer terem significados diferentes e até contrários: ócio indica o não fazer nada (tarefa, aliás, impossível para um ocidental e somente possível para um místico oriental que sabe o que é pensar sem palavras), e lazer sempre significa fazer alguma coisa.

Na verdade, pode-se dizer que são termos que tiveram trajetórias diferentes no mundo acadêmico apenas por motivos linguísticos: o *licere* latino (ser permitido) somente sobreviveu em poucas línguas, como o francês (*loisir*), o inglês (*leisure*) e o português. Não por acaso, é nos países marcados por essa

¹ Graduado em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (1974), doutor em Ciências da Educação pela Université Sorbonne-Paris V (1982) e livre-docente pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (2008). É docente no Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi e do Bacharelado em Lazer e Turismo da EACH-USP. E-mail: octacam@uol.com.br.

sobrevivência linguística que a atividade se tornou objeto de estudo sociológico. (A razão pela qual Portugal ficou à margem, sem nenhuma tradição no estudo do tema, ao menos pelo que chegou ao Brasil, é para mim um mistério.) Os países de língua espanhola e italiana ficaram praticamente à margem da sociologia do lazer. Há, é verdade, estudos sobre as atividades que chamamos de lazer nesses países. Podem ser citados Frederic Munné, em língua espanhola, e Domenico De Masi, na Itália. Eles falam de ócio e poderiam ser considerados exceção, mas são, de fato, a exceção que confirma a regra, já que praticamente não dialogaram com os estudiosos da chamada sociologia do lazer, ao menos nas instâncias internacionais de debate: o Comitê de Lazer da Associação Internacional de Sociologia e os congressos mundiais da Associação Mundial de Lazer (WLA).

Munné (1996) faz referência apenas a Georges Friedman, a Joffre Dumazedier e a alguns nomes da também longa tradição anglo-saxã, notadamente no campo da psicossociologia (Stebbins, Csikszentmihalyi, Neulinger), sem que isso possa ser chamado de uma visita, como se diz normalmente no mundo acadêmico, ou seja, sem ter dialogado com eles. Sobre De Masi, nem isso. Sociólogo do trabalho, consultor de grandes empresas e dono de um forte carisma como conferencista, fez tamanho sucesso no Brasil que acabou por popularizar o termo ócio (calcado no italiano) no país. Curiosamente, esse autor só publicou obras sobre ócio em português. Em italiano, consta apenas como organizador de um livro sobre o tema – *Economia dell'ozio* – publicado em 1992, um ano depois da edição brasileira. Confessou a mais de uma pessoa nem mesmo saber quem era Joffre Dumazedier e ignorar a palavra “lazer”. Isto posto, nem por isso sinto o mesmo constrangimento pelo seu sucesso que observei em alguns colegas. Penso que, como especialista em trabalho, ele fez algo que nós não conseguimos fazer, que é sensibilizar a sociedade em geral para o tema.

Já “tempo livre”, tanto para a tradição francesa como para a anglo-saxã (ambas com representantes no Brasil), traduz a herança das lutas pela redução da jornada de trabalho, enquanto “lazer” é o uso privilegiado mas não exclusivo desse tempo, como será explicado mais adiante. Aqui utilizarei apenas o termo lazer, e este é meu primeiro ponto inicial.

O segundo diz respeito às sociedades sobre as quais se falará. No mundo ocidental (não há como negar que a noção de lazer é ocidentocentrista), há que se distinguir entre os países desenvolvidos (Canadá, EUA, Europa Ocidental) e os que ainda podem ser chamados de subdesenvolvidos, com todos os reparos que se possam fazer a esse termo: basicamente, a América Latina. Há, sem dúvida, que diferenciá-los neste tema, que foi o de minha tese de doutorado (CAMARGO, 1982a). Caberia falar também sobre as sociedades asiáticas (seus representantes hoje são os mais numerosos no Comitê de Lazer da Associação Internacional de Sociologia) e africanas, não fosse o fato de, ao lê-los ou ouvi-los, nunca se ter certeza de estar falando a mesma coisa. Vou referir-me aqui às sociedades ocidentais em geral, com comentário à parte sobre o Brasil e, por extensão, mas sem o mesmo grau de certeza, sobre a América Latina.

Um terceiro ponto importante é entender a tríplice face do lazer, que pode ser entendido (a) como um tempo derivado da redução sobretudo da jornada de trabalho, mas também das obrigações domésticas e pessoais; (b) um espaço que tem a cidade como ponto de referência, espaço de criação de equipamentos e condições de exercício do lazer, desde a metade do século XIX, e (c) uma atividade, ou conjunto de atividades às quais o indivíduo se entrega depois de realizadas as obrigações e compromissos pessoais, para o descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social, na formulação clássica de Joffre Dumazedier (1974). Até muito recentemente, tempo, espaço e atividade caminhavam juntos. Hoje, por mais convergentes que sejam, há que abordá-los separadamente. O futuro do tempo livre está ligado à economia. O futuro do espaço está ligado ao urbanismo. E o futuro da atividade está ligado à tecnologia.

Esta última observação tem a ver diretamente com o objetivo deste artigo, que é refletir sobre o futuro do lazer no contexto do debate Perspectivas Contemporâneas sobre Ócio, Lazer e Tempo Livre, organizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP. A palavra perspectiva remete à previsão, e isso também merece um reparo inicial. Desde já e para evitar que estas reflexões sejam tomadas como demasiado assertivas, há que mencionar o relativo fracasso dos estudos previsionais, que tiveram grande impulso nas décadas de 1960 e 1970. Ao que tudo indica, o descrédito das previsões resulta, não obstante os múltiplos acertos, daquilo que não se previu: por um lado, eventos de impacto na economia, como a primeira crise do petróleo, a partir de 1973, que invalidou todas as bases em que se assentava a projeção das 40 mil horas de trabalho previstas por Jean Fourastié (1965), para quem, em algumas décadas, o indivíduo veria sua jornada existencial de 80 mil horas reduzida pela metade; por outro, as tecnologias que surgiram, como a Internet, fato decisivo para todas as sociedades na virada do milênio.

É, pois, com bastante cuidado que se evoluirá na argumentação que segue. Conforme já foi assinalado, analisar-se-ão aqui as perspectivas do ponto de vista do tempo de lazer, do espaço de lazer e das atividades de lazer. Esse roteiro será mais bem explicitado a seguir.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como afirmado acima, a previsão é menos um exercício científico do que um investimento do pesquisador em reflexões de outros pesquisadores mais as perspectivas que ele próprio descortina. É um exercício científico, mas com forte carga de subjetividade. A margem de subjetividade pode ser reduzida com alguns métodos, como o chamado método Delphi e o de sociologia ativa. Este último, proposto por Dumazedier (1979), é o que utilizarei aqui, ainda que simplificado ao extremo.

Dumazedier propôs esse método para estudar as tendências, ao menos em médio prazo, das mudanças numa sociedade, o que ele chama de elasticidade de um fenômeno. A novidade é que ele propõe uma sociologia previsional, bastante diferente do que se faz correntemente, que se pode chamar de economia previsional.

Este autor propõe três caminhos a serem trilhados conjuntamente:

- **Observação da elasticidade temporal (ou extrapolação condicional)**

O estudo longitudinal é o corriqueiro e sempre leva as pessoas a considerarem que a tendência da curva se manterá, o que nem sempre se verifica. De qualquer maneira, as questões que coloca são importantes. Como essa elasticidade temporal se manifesta, sobretudo nas sondagens realizadas? Segundo o autor (1979, pp. 221-222), “baseia-se na hipótese de que a descontinuidade nunca é total, mesmo em caso de inovação revolucionária” e de que “o futuro prolonga sempre o passado”.

- **A elasticidade social**

Supõe a comparação entre os que estão incluídos no fenômeno (grupo de pertinência ou de participação) e os que não estão incluídos (grupo de referência) e pode ser considerada uma alternativa sociológica aos métodos experimentais bastante utilizados nas ciências médicas. Por exemplo, o estudo do efeito de uma medicação se mede pela comparação entre um grupo de pertinência (tomando a droga) e um grupo de referência (tomando placebo). O efeito da medicação é medido pela diferença entre os resultados observados em ambos os grupos.

Neste método sociológico, os resultados são observados de forma diferente. Por exemplo, se perguntarmos sobre a evolução das viagens, o resultado deve ser observado não na diferença, mas na soma dos que já viajam (grupo de pertinência) mais os que não viajam e gostariam de viajar (grupo de referência). Estes últimos é que ditarão o comportamento da curva de crescimento das viagens, já que é legítimo supor que os que já viajam continuarão viajando. Aqui também há limites. Como pergunta o próprio Dumazedier (1974, p. 224) “em que medida funcionará aquilo que se pode chamar de imitação social na realização dos comportamentos de amanhã” se houver resistência à adoção dos novos valores e normas?

- **A elasticidade comparativa espacial**

É o mais polêmico dos passos recomendados, mas também, segundo o autor, o mais desenvolvido do ponto de vista dos protocolos. O mais desenvolvido, por basear-se num estudo comparativo em curso na época sobre a evolução do lazer em sete sociedades industriais avançadas; o mais polêmico, por ter tomado o modelo da sociedade americana como o mais avançado (o que levantou contra ele o furor de todas as ideologias antiamericanas, tanto na França como no Canadá, duas sociedades também pesquisadas).

Em resumo, este método afirma que um fenômeno em crescimento nas sociedades urbanas mais avançadas pode influenciar as sociedades urbanas menos avançadas. Ressalte-se que, em 1965, ainda não se falava em

globalização da economia e mundialização cultural, e portanto a difusão dos modelos das sociedades mais avançadas tinha menos facilidade para torná-los conhecidos nas demais.

Aqui se seguirá esse método, mas de forma despreziosa. Ele é mais um exercício, um roteiro, do que a aplicação do método propriamente dito, com todas as suas técnicas. Conta-se com dados estatísticos sobre o tempo e sobre as atividades, mas não no volume e qualidade que uma análise mais rigorosa exigiria. Seus resultados ficam, pois, apenas no limite de hipóteses a serem aprofundadas e confirmadas ou desmentidas.

O desenvolvimento da análise acontecerá nas três categorias do lazer acima citadas – tempo, espaço e atividades. Na medida do possível – e nem sempre o será – em cada categoria, as análises iniciais levam em conta a situação das sociedades mais desenvolvidas, finalizando com uma observação sobre a situação brasileira – a elasticidade espacial – e a forma como se emparelha ou se distancia das primeiras.

PERSPECTIVAS PARA O TEMPO DE LAZER

Como lembra a definição de Dumazedier acima citada, o tempo de lazer é o que sobra dos tempos obrigatórios e comprometidos da vida cotidiana. Por isso, para identificá-lo como objeto, o pesquisador se obriga a reconstituir a totalidade dos tempos sociais vividos pelo indivíduo, mesmo que esses outros tempos aparentemente nada tenham a ver com o tempo de lazer. Para tanto, conta com a única técnica de pesquisa criada pelos estudos de lazer, a chamada pesquisa de orçamento-tempo, com a qual se obriga a reconstituir a totalidade dos tempos vividos pelo indivíduo no cotidiano. Com uma planilha que mede as atividades a cada 15 minutos durante sete dias, pode-se observar o tempo gasto na obrigação profissional (mais o transporte correspondente), na obrigação doméstica (cuidados com a casa e com os filhos, mais o transporte correspondente), nas obrigações pessoais (sono, higiene e alimentação), para se chegar ao tempo livre e, dentro deste, extraindo os compromissos socioreligiosos, sociopolíticos e de complementação de estudo, chegar-se ao tempo de lazer.

Entre parênteses: comparada à técnica mais utilizada, a das sondagens, esta tem a vantagem de não perguntar se a pessoa pratica determinada atividade, e sim o que ela fez ao longo de todas as horas do dia e da semana. Pode parecer um esforço exagerado, mas não é. Essa tarefa torna o sociólogo do lazer um especialista no estudo da vida cotidiana.

Uma história da dinâmica e das mudanças ocorridas nas formas e na duração dos tempos sociais, que ainda espera um pesquisador interessado, certamente mostraria que o tempo livre atual nutriu-se em primeiro lugar do tempo roubado ao trabalho (um assalariado com jornada semanal de 40 horas no Brasil trabalha, grosso modo, 1.800 horas ao ano; no início da revolução industrial, com uma jornada diária de até 15 horas, todos os dias da semana, trabalhava 3.500 horas anuais). Mas não foi apenas o tempo de

trabalho que diminuiu: o tempo familiar também, em função da maior presença da mulher no mercado de trabalho, da introdução de aparelhos domésticos, dos congelados e, nas classes médias, da terceirização dos cuidados com a casa e os filhos. O tempo das obrigações pessoais também diminuiu: higiene, alimentação e sono tiveram uma pequena redução.

O que as pessoas fizeram desse tempo roubado ao trabalho, à família e às obrigações pessoais? Os reformadores sociais do século XIX sonharam atividades de utilidade social para esses tempos: escola, família, participação sociorreligiosa, sociopolítica. Na verdade, converteu-se quase totalmente em tempo de lazer.

Daí porque uma das propriedades do lazer, segundo Dumazedier, é seu caráter liberador. Tanto ao longo da história como da vida cotidiana do indivíduo, o tempo de lazer é vivido como um tempo roubado a alguma obrigação ou compromisso. As demais propriedades – ser a instância mais apropriada para a escolha pessoal; propiciar um uso desinteressado, ao menos do ponto de vista do rendimento monetário ou mesmo material; ser guiado pela lógica do prazer, com base em ideias extraídas respectivamente de Foucault e sua reflexão sobre o cuidado de si (1985), de Kant e sua noção de finalidade sem fim (2006) e da noção de prazer em Marcuse (1999) – ajudam a entender por que os anseios daqueles reformadores sociais foram frustrados.

Entre parênteses: essa frustração, por sua vez, metabolizou-se nas ressalvas que muitos ainda fazem à prática do lazer e explica as restrições, por exemplo, aos feriados prolongados. Dizem seus críticos que causa prejuízo à produção, chegando até a monetizar essa perda. Na verdade, não existe perda! O que existe é a complementaridade entre a economia dos dias úteis (alimentada pela produção) e a economia dos dias feriados (alimentada pelo consumo, sobretudo de lazer). É estranho que essa restrição parta de órgãos, como associações de empresários, que deveriam ter mais consciência dessa engrenagem da economia capitalista.

Pelo que foi afirmado acima, fica claro que o tempo de lazer, não obstante as contribuições da redução do tempo familiar, das obrigações pessoais e dos compromissos religiosos, sempre se mediu basicamente pelo tempo de trabalho, dentro de um axioma, quase nunca explicitado mas sobejamente demonstrado nas pesquisas de orçamento-tempo, de que a quase totalidade do tempo livre converte-se automaticamente em tempo de lazer.

Propõem-se aqui três questões dentro da metodologia escolhida e as respostas possíveis:

a) O tempo de trabalho continuará diminuindo em benefício do lazer?

Na verdade, o tempo de trabalho diminuiu e o tempo de lazer aumentou ao longo de todo o século XX. É apenas no início deste século que surge a primeira inflexão: nota-se um inesperado aumento no tempo de trabalho dos indivíduos.

Quadro 1: Evolução da jornada semanal de trabalho e de lazer da população ativa de 18 a 64 anos no Canadá, EUA e França em anos escolhidos.

	1986		1992		1998		2005		2010	
	Trab	Laz	Trab	Laz	Trab	Laz	Trab	Laz	Trab	Laz
Canadá	45,7	30,3	47,0	—	46	30,9	47,6	29,0	45,5	29,3
Québec	46,3	28,2	42,5	—	41,5	32,3	43,8	29,9	45,9	28,2
EUA	—	—	—	—	40,3	27,6	40,3	27,6	40,04	27,6
França	37,0	26,2	—	—	40,0	27,4	—	—	41,1	26,4

Fonte: PRONOVOST, 2015, pp. 37 e 67

Normalmente já é muito complicado estabelecer tendências em curvas, e mais ainda aqui, com as inflexões inesperadas. Segundo Jonathan Gershuny, um dos maiores especialistas nos estudos de emprego do tempo e líder do grupo Multinational Time Use Studies, o que surpreende é o crescimento recente de duas horas semanais de trabalho nos EUA, ainda não incorporado aos estudos longitudinais. Para ele, isso se deve a um aumento da ocupação apenas entre os mais escolarizados, e não no universo total, e à maior presença das mulheres no mercado de trabalho. Sobre um eventual declínio do lazer, ele se pergunta: “será que a tão sonhada civilização do lazer está sendo substituída por uma sociedade polarizada e dividida entre uma classe subordinada sem trabalho versus uma classe superior superocupada?” (2011, p. 212, tradução livre).

b) Maior participação feminina no trabalho e no lazer

Mesmo considerando-se que as horas de ocupação com a família e com os cuidados pessoais têm menos peso no aumento do tempo de lazer, é importante observar sua evolução e correlação. Por esse motivo, traz-se aqui uma tabela referente a outra sociedade desenvolvida, a belga, mostrando as atividades diárias nos quatro campos clássicos da pesquisa de orçamento-tempo: trabalho, família, cuidados pessoais e tempo livre (lazer, prática religiosa e voluntária), que oferece um quadro comparativo do uso do tempo por homens e mulheres. Diferentemente das demais, o tempo de transporte referente a todas essas atividades é medido à parte.

Quadro 2. Evolução do tempo semanal em horas e minutos, por sexo, despendido pela população belga de 19 a 65 anos.

	1966		1999		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalho / formação	45:59	17:52	28:35	18:59	27:05	17:57
Família	7:21	38:35	14:58	28:08	14:59	26:41
Cuidados pessoais / sono	77:35	79:04	75:53	78:42	75:10	78:50
Tempo livre	29:10	26:42	37:16	33:31	39:34	33:56
Transporte	7:26	5:17	11:13	9:35	11:00	10:22

Fonte: GLORIEUX; VAN TIENOVEN, 2009, p. 16, tabela 1.3.

Segundo os autores do trabalho (p. 91), ainda que “ao longo dos últimos quarenta anos, as diferenças entre mulheres e homens no emprego do tempo tenham se atenuado consideravelmente”, durante o auge da vida ativa (de 25 a 55 anos), o trabalho e a família consomem de 25 a 30% do tempo de ambos, mas o trabalho remunerado consome 10% e a família de 15 a 20% do tempo das mulheres. Entre os homens, inversamente, o trabalho consome entre 15 a 20% e a família 10%.

A primeira conclusão dos autores é “que o emprego do tempo (...) continua em larga medida a apresentar o antigo perfil dos estereótipos sexuais: o homem cuida da subsistência e a mulher se ocupa da casa” (p. 90) e que, embora o tempo de lazer da mulher tenha aumentado consideravelmente, ainda é inferior ao dos homens. Outra análise poderia lembrar que os homens gastam menos tempo com alimentação, higiene e sono do que as mulheres e que, de 1966 a 2005, dobraram seu tempo em cuidados com a família e a educação dos filhos, enquanto as mulheres conseguiram reduzir em 30% aproximadamente o tempo gasto com a vida familiar, acrescentaram sete horas semanais ao seu lazer e gastam um pouco mais de tempo com seus cuidados pessoais, mantendo uma jornada estável de trabalho remunerado.

c) Um novo modelo de viver o tempo de trabalho

O tempo de trabalho é o que Pronovost (2015) chama de tempo-pivô, em função do qual os demais se organizam. Mas quando, conforme a observação de Gershuny citada acima, não parece que as pessoas estejam trabalhando mais, e sim que, paralelamente à superocupação de um segmento superior de trabalhadores, desenha-se o aumento no número de pessoas sem ocupação permanente, podem-se aventar duas novas hipóteses: há uma porosidade crescente entre os tempos de trabalho, familiar e de lazer; e o mundo digital está criando um novo modelo de trabalho mais semelhante ao lazer e não necessariamente no ambiente de trabalho convencional. Esta é uma mudança histórica: os limites rígidos entre os tempos sociais estabelecidos na revolução industrial parecem estar voltando, como no mundo pré-industrial, a experimentar uma mútua contaminação.

Argumenta-se, com razão, que já estão superados e quase eliminados (ao menos são objeto de críticas sociais intensas) os modelos de trabalho monótono e penoso existentes outrora, tanto na indústria como nos escritórios. Colarinhos azuis e brancos trabalhavam em locais sobre cuja higiene ambiental não se perguntava, isolados ou tendo sua comunicação interpessoal controlada, quando não proibida, com obediência rígida a horários.

Dumazedier (1979) já observara que o impacto do trabalho profissional sobre o lazer (jornada de trabalho, salário, expectativa de carreira) é cada vez mais substituído pela tendência contrária, do impacto das atividades vividas prazerosamente no lazer sobre os modelos de trabalho. Assim é que, dos ateliês industriais e escritórios sombrios do início do século XX aos escritórios modernos, em que se valoriza a interação pessoal através de espaços inteiramente abertos e integrados com a paisagem externa, um longo avanço se verificou na busca de uma maior satisfação do indivíduo no trabalho. O

mesmo se diga da evolução dos métodos de trabalho: flexibilidade de horários, o chefe que se orgulha da sua equipe que funciona como um time de futebol etc. Ou seja: os valores do lazer invadem o espaço físico e pouco a pouco se sobrepõem aos antigos valores do trabalho.

Ainda é utópico imaginar que um dia haja modelos de trabalho iguais aos do lazer, mas o escritório da Google no início do ano 2000, que mais se assemelha a um parque temático, resta como ícone de uma mudança que, concluída, poderia chamar-se de revolução copernicana ou, na expressão de Marcuse (1999), uma inversão histórica, termo pelo qual ele designou o advento de um tempo livre mais extenso que o do trabalho. Tudo se passa como se, depois de beliscar a metade do tempo de trabalho existente na revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, o tempo de lazer invadissem o espaço físico do trabalho e impusesse seus valores.

Desde o início da década de 1970, estudos pioneiros de Renaud Sainsaulieu (2001) já mostraram que a empresa não é apenas uma unidade econômica. É também uma unidade sociológica, portadora de uma cultura própria (não certamente a cultura operária de que se falava na época, mas uma cultura na qual cooperação e competição estabeleciam as bases do relacionamento interpessoal). Começou-se, pois, a falar de uma cultura organizacional que, não raro, conspira contra a cultura oficial proposta pela empresa em seus códigos e, mais até do que os sindicatos, assume características quase de guerrilhas contra os horários e regulamentos.

As tecnologias vêm colaborando para a eliminação dos postos mais penosos, substituídos por dispositivos telemáticos (robôs, máquinas e computadores), mas as empresas de ponta já se deram conta de que o horário rígido justifica-se apenas nas tarefas repetitivas em extinção e nos plantões e de que, quanto mais se depende da adesão do empregado (hoje eufemisticamente chamado de colaborador), menos importante é a rigidez de seu horário de trabalho. No caso das empresas mais voltadas à criação de tecnologia, há mesmo uma revolução na concepção de ambientes, lembrando mais uma vez os emblemáticos escritórios da Google. O aumento do trabalho profissional em casa e não na empresa é outro exemplo. Ainda que não seja a realidade imaginada por Alvin Toffler (1981) de que em breve o trabalho profissional privilegiaria o ambiente doméstico, não há dúvida de que se trata de uma tendência crescente.

Adicione-se a tudo isso o fato de a satisfação do empregado no trabalho ter assumido hoje uma importância estratégica dentro da chamada administração de recursos humanos. Em 1984, uma pesquisa pioneira na França (GROSSIN, 1981) já mostrava que a flexibilidade na jornada de trabalho era mais importante do que a redução de horas semanais ou minutos diários. O equilíbrio entre o trabalho profissional, a vida doméstica e o lazer individual consiste num valor crescente para os trabalhadores, o que pode ser observado na ênfase na motivação para o trabalho, que, certamente, vai muito além do salário percebido (mais do que o efetivamente realizado). Uma série de medidas hoje correntes nos departamentos de recursos humanos poderia ser arrolada, mas aqui talvez, baste uma: os currículos de trabalho devem

fazer obrigatória menção ao lazer, sobretudo no caso dos executivos. Em vez do “vestir a camisa”, que provocava o *workahoolism* (o trabalho como vício) e infartos nos executivos, que levavam segredos e medidas importantes para a gestão, hoje as empresas querem o profissional que cuida de si e da família, pouco se importando e até desejando que eles não permaneçam muito tempo e, mesmo no caso dos mais bem posicionados, que vão adquirir outras experiências profissionais em outras empresas e voltem ainda mais competentes...

Outro problema dos tempos sociais é o tempo de transporte, sempre considerado seu vilão, um tempo morto (e talvez o seja, sobretudo, para os trabalhadores não especializados mais idosos), donde a emergência de estudos sobre a temática da mobilidade urbana. Mas deve-se observar que esse tempo já não é morto para uma grande parcela da população, inclusive de renda mais baixa, e sim uma oportunidade para o lazer, quando se conectam os amigos nas redes sociais, ou para o trabalho, quando se procura adiantar as tarefas. Ou seja, as fronteiras aqui também são cada vez mais porosas.

d) O caso da sociedade brasileira

Os países antigamente chamados de subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento ou, no caso do Brasil, de emergentes, guardam relativa semelhança com a situação dos países abordados. Em ambos os casos, já não se fala mais em nova redução da jornada de trabalho, e sim em sua flexibilização.

Em outro artigo (2009; 2011) já mostrei a situação específica da jornada de trabalho no Brasil. Tendo iniciado tardiamente o processo de industrialização, no início do século XX, com as pesadas jornadas de trabalho do auge da revolução industrial europeia e norte-americana, com idênticas reações dos trabalhadores e da sociedade, o país teve a situação resolvida com a Consolidação das Leis do Trabalho de Getúlio Vargas, na década de 1930. Como num passe de mágica, os trabalhadores foram agraciados com uma legislação ainda mais arrojada do que a conseguida até então pelas sociedades avançadas: a jornada diária de 8 horas, semanal de 48 horas, reduzida na Constituição de 1988 para 44 horas.

Em 1985, os metalúrgicos do ABC Paulista, contando com a adesão dos colegas da cidade de São Paulo, com uma participação de 290 mil trabalhadores, realizaram uma greve de 54 dias, reivindicando as mesmas 40 horas semanais dos trabalhadores de colarinho branco. De tempos em tempos, os sindicatos voltaram a reivindicar a jornada de 40 horas, mas sem dúvida a proposta era o chamado “boi de piranha”, cláusula destinada a ser sacrificada em benefício do bem tido como maior, o salário.

De qualquer forma, também no Brasil, alguns estudiosos, como Christianne Gomes (2004), já notaram que as fronteiras entre o trabalho e o lazer diminuíram e tendem a diminuir cada vez mais, à medida que a carga lúdica do trabalho aumenta e que o lazer se interpenetra em outros tempos do cotidiano, seja na vida doméstica, seja no transporte, seja na escola, seja nas reuniões de trabalho.

A questão principal, contudo, não diz respeito aos trabalhos do mercado formal e repete o mesmo cenário que descrevi em minha tese de doutorado (1982a). Hoje como naquela época, o grande problema, quando se discute o tempo de lazer, é a grande parcela da população ativa no mercado informal de trabalho. No ritmo das crises econômicas, esse contingente de trabalhadores informais cresce e decresce. Não obstante a imprecisão das estatísticas, em 1982, no balanço efetuado em minha tese, verificou-se que em alguns poucos redutos como o eixo São Paulo–ABC–Campinas, os trabalhadores formais representavam 70% da população economicamente ativa, quase o padrão europeu. Para o resto do país, a taxa de 50% parecia a mais provável. Essa população reduziu-se de forma significativa ao final da primeira década deste século, mas não de forma sustentada, já que voltou a aumentar, chegando hoje, tal como naquela época, aos mesmos 50% em algumas grandes cidades.

Sem esquecer a gravidade do problema do ponto de vista pessoal e familiar dos trabalhadores, perguntei, na época, se existia diferença, no que respeita ao lazer, entre os trabalhadores do setor formal e informal. Por mais que a situação seja afrontosa no plano socioeconômico, o mesmo não foi verificado na vida sociocultural. Em artigo dedicado especialmente a este tema (1982b), com base em extensa pesquisa realizada em 1978 na cidade de Americana-SP, a conclusão foi de que a diferença existia talvez (já que essa questão não foi verificada) no gasto com o lazer e não no tempo ou nas atividades de lazer escolhidas.

O tempo familiar continuará diminuindo? Há duas dinâmicas que se confrontam aqui. A primeira é a que se encaminha para uma concordância geral de que o cuidado com os filhos não pode ser delegado da forma como se faz hoje. Os pais são cada vez mais instados a ter consciência de seu papel inalienável de educadores. Donde a exigência de maior presença na escola, mais tempo quantitativo e qualitativo com os filhos etc. A flexibilidade da jornada de trabalho desempenha um papel importante nessa dinâmica. Quanto mais flexível, maiores são as possibilidades de os pais dedicarem mais tempo ao cuidado dos filhos. A prática do banco de horas não é a ideal, já que seu uso para folga depende da empresa, mas é um bom caminho. Quem sabe um dia os sindicatos se ocupem do assunto.

De outro lado, há o aumento considerável do número de pessoas que vivem sozinhas. De 2005 a 2015, segundo o IBGE (2016), esse número, no país, passou de 10,4% para 14,6%. Em parte a situação se deve ao envelhecimento da população, e ao contingente de pessoas que, por viuvez ou escolha pessoal, vivem sozinhas. Mas não se pode descartar como motivo adicional a maior possibilidade de se liberar das obrigações domésticas. A indústria imobiliária trabalha arduamente nesse sentido, criando formas de habitação inteligente, que dispensam o gasto de tempo pessoal do morador, associando o manejo da casa a engenhocas informatizadas, em breve robôs.

Concluindo: ainda que as estatísticas sobre os tempos sociais conheçam uma relativa estabilidade, o crescimento do lazer parece caminhar numa direção não muito nítida, mas que, pode-se dizer, não é mais de aumento do tempo propriamente dito, e sim da transformação dos modelos de trabalho.

PERSPECTIVAS PARA O ESPAÇO DE LAZER

Se, no início, os estudos do lazer foram objeto de preconceito acadêmico por parte dos estudiosos em ciências sociais, os urbanistas nunca tiveram dificuldade em enxergar sua importância. Eles assistiram à grande transformação da cidade medieval (no Brasil, a cidade colonial) – murada, de acesso controlado, reduto minoritário da população, dependente do campo, tendo como lógica de ocupação o trabalho burocrático, a atividade artesanal e a vida religiosa – na cidade moderna atual.

Esta, por sua vez, nascida da revolução industrial capitalista, estava voltada cegamente à lógica da produção industrial, sem se dar conta dos efeitos paralelos, em especial a poluição do ar e dos rios. O capitalismo, porém, estava encadeado também ao reverso do fenômeno: a única razão para ganhar produzindo é gastar. Sem consumo, o que fazer da produção? Os equipamentos urbanos de lazer – bares e restaurantes abertos às famílias, teatros abertos à população, parques e locais de entretenimento – podem assim ser vistos também como uma solução capitalista para os ganhos obtidos com a produção, o que leva numerosos analistas (PEIXOTO, 1987) a simplesmente tomarem lazer e consumo como sinônimos.

Mas esses equipamentos, não obstante sua gênese primeira, são humanizadores da cidade, e este fato foi valorizado pelo urbanismo desde o início. Já no primeiro documento sobre urbanismo, a Carta de Atenas, concebida no IV Congresso Internacional de Arquitetura (1933), o lazer se apresentava como uma categoria básica na organização do espaço urbano. Os signatários desse manifesto urbanístico preconizavam uma cidade cujo espaço se estruturava em torno de quatro funções: o trabalho, a moradia, a circulação e o lazer.

Por constituir um meio profissional muito dinâmico e conectado com as inovações, é natural que o urbanismo logo introduzisse novas ideias sobre o planejamento urbano e críticas à Carta de Atenas, inclusive à sua inspiração funcionalista, à rigidez na delimitação daqueles espaços (Brasília é um exemplo) e mesmo à pretensa capacidade de o espaço organizado induzir comportamentos. Mas, passados quase cem anos da Carta e com toda a energia transformadora que o urbanismo carrega, em nenhum momento a importância do lazer foi contestada.

O crescimento selvagem das cidades na América Latina, a fuga das classes abastadas para as periferias urbanas transformando os centros das cidades em espaços esquizofrênicos (ocupação intensa durante o dia e espaços mortos às noites), que mereceram do antropólogo Claude Lévi-Strauss a sentença de que são cidades que passaram da infância à velhice sem conhecerem a maturidade, estão na base de novas reivindicações quanto ao planejamento urbano.

Os urbanistas, diferentemente dos sociólogos, perceberam a simbiose entre o comércio e o lazer e não endossaram o processo que, como diz Daniel Roche (2000), os sociólogos moveram contra o consumo. A chegada dos shopping centers na década de 1960 é um exemplo. Sociólogos e urbanistas expuseram suas críticas e receios. Para os sociólogos, eram o ícone do consumo

capitalista. Para os urbanistas, um problema para a circulação e o pequeno comércio. Talvez até quisessem, como ocorre em várias grandes cidades do mundo, que eles fossem aceitos apenas fora dos centros urbanos expandidos, mas anteviram o fato de serem predominantemente centros de lazer.

Esses centros comerciais, cuja âncora inicial eram os grandes supermercados e hipermercados, pouco a pouco tiveram essa âncora substituída pelos equipamentos de lazer: cinemas, teatros, espaços de boliche, patinação etc, tendo como ligação entre os ambientes comerciais e lúdicos aquilo que viria a ser difundido e conhecido como praça de alimentação.

Mais do que ninguém, os urbanistas souberam entender a observação de Gilberto Freyre (1961) de que as catedrais góticas medievais estavam para a Idade Média como o Grande Hotel para a passagem do final do século XIX para o século XX e, pode-se acrescentar, como o macroequipamento de lazer (hotel, estádio, biblioteca, centro cultural etc.) está para a transição do século XX para o XXI.

Se é possível antecipar o futuro do espaço de lazer, cabe lembrar as tendências que vêm se firmando, seja no bojo de iniciativas pioneiras, seja como conclusões de pesquisas, como projetos urbanísticos etc.

a) A cidade é lazer

Por que as cidades incharam tanto? É óbvio que os migrantes desempenharam um papel, mas seus novos habitantes eram moradores de zonas rurais e pequenas cidades esquecidas no interior do país. Por muito tempo, interpretou-se o êxodo rural apenas do ponto de vista da problemática da terra, do indivíduo expulso. Desde o estudo de Antonio Candido (1964) sobre a cultura caipira, conhecem-se os elementos mais trágicos da vida rural: o tédio do cair da noite e a atração das luzes da cidade. Isso explica em boa parte o fracasso dos programas de reassentamento rural de boias-frias: não voltar a ser o “jeca”, ficar na cidade era o que fazia sentido para eles.

As luzes da cidade! No imaginário do homem rural que veio para a cidade, construiu sua infraestrutura e dela se fez infraestrutura, a cidade é, em si, a festa. Na cidade existe a diversidade, a animação, os diferentes e nela também é possível encontrar os iguais, os *peer groups* de Riesman (1995), a nova bússola para viver no novo meio, substituindo o pai e a família.

Talvez seja apenas assumindo a visão de um “jeca” que o homem urbano de hoje possa entender por que, para ele, a cidade tem o dever de ser bela, por que sua fealdade é abominada e vivida como um constrangimento e por que o entretenimento na cidade é tão necessário como sua família e seu trabalho. A cidade foi feita para flunar, para caminhar sem rumo, a menos que entendamos ruas, avenidas e praças unicamente dentro da utilidade urbana para a mobilidade. Não é por outro motivo que a estética urbana é essencial inclusive como uma política pública de lazer. Nos tempos mortos do cotidiano, mormente nas longas horas de engarrafamento do tráfego, a beleza da cidade talvez seja a única forma de reconciliação do indivíduo com as vicissitudes do cotidiano.

Enfim, mais do que um conjunto de equipamentos de lazer, a cidade é vivida e desejada como um espaço de lazer em si (BRANDÃO, 2006). Como observa Rolnik (2000), ao invés do lazer na cidade, hoje se fala da cidade como lazer ou do lazer encarnado na cidade, “estreitando a relação de uns cidadãos com os outros, ou seja, um lazer com funções pessoais e sociais, identificando com a dimensão pública da cidade. O lazer passa a ser o componente primordial da denominada qualidade de vida”.

A primeira inovação que se descortina sobre o futuro da cidade é, pois, que dela se esperam as condições de um equipamento de lazer, inclusive a beleza de seus cenários. Espera-se uma cidade-lazer com os mais diversos equipamentos produzidos pela imaginação mais lúdica possível de arquitetos: ginásios esportivos, escolas de esporte, arte e música, restaurantes, bares, parque urbanos e temáticos com áreas de aventura para os mais exóticos esportes existentes e a serem criados, zoológicos respeitadores dos direitos animais, campings, rios recuperados e adaptados ao lazer dos habitantes, salas de teatro, de cinema, hotéis, todos capazes de suscitar o desejo da experiência (de que se falará adiante).

b) O rural entremeado ao urbano

A noção de área verde é essencial desde que a cidade industrial de crescimento selvagem e habitada por maus odores de toda espécie passou a incomodar a população, com doenças de toda ordem. A partir das pesquisas de Koch e principalmente de Pasteur, no início do século XIX, concluiu-se que o mal não estava no próprio organismo (miasmas), e sim no meio ambiente, nos micróbios. Com a revolução higienista iniciada na época, abriu-se a necessidade de parques e praças como espaço de respiração, de ar puro, em meio à poluição das cidades. Não por acaso os grandes parques nascem por volta da metade do século XIX – Hyde Park (Londres), Bois de Boulogne (Paris) e Central Park (Nova York).

Aos poucos, contudo, mais do que o verde na cidade, o ideal passou a ser a cidade verde, donde o conceito de cidade-jardim de Ebenezer Howard, “como um esquema teórico de uma cidade autônoma, de gestão comunitária, de dimensão limitada por extensa faixa agrícola que a circundava e caracterizada por altas taxas de áreas verdes” (REGO, 2001), tão difundido no mundo, inclusive em São Paulo, com seus Jardins (América, Europa, Paulistano etc.).

Hoje, a ideia vai além. Propõe-se uma progressiva integração entre o urbano e o rural, o conceito de espaços transicionais entre a cidade e o campo. Conforme Simard (2012), esses espaços “podem ser definidos como territórios cuja paisagem, arquitetura e utilização do solo são diversas dos tipos ideais do rural e do urbano” (p. 118, tradução livre). Entendem-se, assim, iniciativas como hortas em avenidas, em terraços de edifícios, jardins implantados em empenas cegas de edifícios etc., tão comuns hoje.

Iniciativas do gênero, favoráveis a uma ambiência positiva de lazer, constituem, certamente, uma tendência no horizonte das cidades.

c) Ênfase na mobilidade associada ao lazer

O tema da mobilidade nasce no foco de uma discussão sobre o homem em movimento, tanto em sua cidade como no mundo. Por isso interessa ao estudo tanto do lazer como do turismo, sendo uma forma, inclusive, de estabelecer um nexos entre ambos (ALLIS, 2014).

De forma didática e correndo o risco de reduzir o peso do argumento do autor, é como se a mobilidade turística de alguma forma se ligasse ao lazer deficiente das cidades. Aliás, essa tese está presente também em Krippendorf (1989), para quem o paradoxo é que antigamente se viajava para conhecer paisagens e culturas e hoje se viaja porque não se aguenta a má qualidade de sua vida cotidiana na cidade onde se mora, donde a razão de seus conselhos finais de viajar para cada vez mais perto e não sair de casa. A mudança de paisagem, de estilo e de ritmo de vida, essencial na noção antropológica de turismo, pode acontecer perto do indivíduo, às vezes na própria casa, numa pesquisa sobre seu próprio passado e si mesmo, o que bem se poderia qualificar de proposta de um turismo interior.

Cuidar da mobilidade urbana é, assim, uma estratégia que valoriza, no indivíduo, a circulação em sua própria cidade, de certa forma tornando-o um turista em sua própria cidade, sempre percebendo que está ligado com o mundo. Tudo se passa como se a diretriz fosse aprender a divertir-se em casa para melhor divertir-se no mundo. Iniciativas como a criação de ciclovias (em algumas cidades do Canadá já existe uma divisão de pistas para ônibus, carro, bicicleta e patins) e outras deste molde devem começar a surgir.

Outro foco de ação será o terminal de transporte. Esse tipo de equipamento urbano destina-se a pessoas que aguardam uma condução, querem sair no horário de pico, mesmo com o risco de enfrentar congestionamentos nos seus percursos de ida e volta do trabalho. Qualquer demora pode ser um tempo morto, perdido. O terminal pode fornecer-lhe incentivos para ali permanecer e aguardar o horário mais apropriado para sua viagem. Não apenas por uma lógica econômica, mas por outra associada ao lazer, as estações de metrô de São Paulo descobriram sua vocação de shopping center.

d) Do shopping center ao centro moderno de convivência

Os shoppings centers nasceram como espaços comerciais e logo descobriram sua vocação para o lazer. Muito rápido, aqui no Brasil, esse equipamento passou a ser objeto da reivindicação de cidades que o queriam associado à sua identidade. Ter um shopping, nas cidades médias, passou a ser questão de status e de valor.

Enquanto lazer, o shopping é uma forma lúdica de uso de um espaço comercial. As vitrines em si são atração, sem falar do cinema, do teatro, da livraria, da academia, da piscina, da pista de boliche ou de patinação. Não por acaso, tornaram-se os programas prediletos dos domingos à tarde e dos fins de semana em geral e seu prestígio derrotou até mesmo o tabu da proibição do trabalho aos domingos e feriados.

Não por acaso, também, esse modelo passou a se multiplicar adaptado a outros espaços. Hoje, os saguões de faculdades, hospitais e várias formas de comércio e serviços percebem o apelo lúdico do shopping e têm uma arquitetura que remete de imediato ao seu modelo: um espaço central utilitário cercado por diversos espaços lúdicos associados, inclusive a praça de alimentação.

Há, contudo, um risco no horizonte. O comércio on-line hoje é uma ameaça aos shoppings e surge um novo conceito: o de centros de convivência. A última Expo Retail Real Estate, realizada em São Paulo em 2017, já trouxe à discussão esse novo modelo: mais do que um centro de compras, o shopping do futuro será um polo de entretenimento e lazer – com muitos serviços, bons restaurantes e, claro, também lojas. Sem necessidade de âncora, o que importará são os amplos espaços de lazer, propícios ao convívio, tudo dentro de um belo cenário e bom suporte tecnológico².

Já há várias evidências do sucesso desse conceito. As áreas 24 horas, que tiveram como pioneira a cidade de Curitiba, hoje copiadas com sucesso, e o modelo do Kinoplex em São Paulo, são dois bons exemplos.

e) O caso do Brasil

Como entender tudo isso quando se vê no Brasil todas as formas de patologia do espaço – residências em área de risco de alagamento e destruição, periferias cuja arquitetura pode ter no câncer não uma metáfora, mas uma metonímia? Tal como a proliferação de células sem uma espécie de comando central do organismo, que explica o câncer, as periferias crescem ao sabor dos especuladores urbanos, sem nenhum controle do poder público.

O mais admirável é que, ao invés de reduto de patologias, são espaços de uma efervescência cultural que causa inveja aos moradores das regiões mais nobres. Equidistante do risco de resvalar numa romantização dessas áreas e do risco contrário de pregar sua extinção como chagas urbanas, esses cânceres com certa facilidade transformam-se, ganham vida e, ao invés de negar, confirmam a importância do lazer. Ao lado de uma infraestrutura urbana mínima de educação, saúde e segurança, os atrativos de lazer é que elevam o autoconceito dos moradores. Eles também querem lazer em todas as suas formas: esporte, ginástica, música, dança, centros comunitários.

A necessidade de equipamentos de lazer em nosso país está em todas as áreas e em todas as escalas: vizinhança, bairro, cidade, metrópole. Sem dúvida, os gastos da Copa do Mundo e das Olimpíadas em elefantes brancos são causa de escândalo porque invertem a regra de que a função cria o órgão. O contrário também pode ser verdade, como dizia o bordão do saudoso Jorge Wilhelm, mas à condição de um esforço sério e concentrado na criação e manutenção da função. Em todo caso, sempre é melhor contar com o esforço disseminado em pequena e média escala nas cidades, clubes, academias físicas e de arte e de música, que pouco a pouco clame por espaços mais amplos.

² <https://exame.abril.com.br/negocios/economidia/os-shoppings-do-futuro-terao-cada-vez-mais-areas-para-convivencia-e-lazer/>.

Existe na sociedade brasileira, em especial nas faixas mais carentes, alguma aspiração a essas noções de uso do espaço observadas em países desenvolvidos? A resposta é certamente positiva. Pode-se citar, como evidência empírica, o resultado de pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em 1972 na periferia de São Paulo. Na resposta à questão sobre as necessidades sentidas pelos moradores, os parques públicos estavam em quarto lugar, atrás de hospitais, escolas e infraestrutura de saneamento, mas à frente das reivindicações de entrepostos de alimentação e mesmo de transporte. Esses dados foram considerados pelo primeiro analista um sinal evidente de que o lazer não era uma necessidade básica da população, apreciação excluída na publicação da pesquisa, certamente como ideológica (CARDOSO, 1975). Pode ser considerado igualmente ideológico afirmar-se que os dados eram um sinal evidente da alienação ou de sacrifício dos moradores de suas necessidades pessoais em benefício das necessidades dos filhos, mas é uma hipótese a ser levantada conjuntamente.

Quem sabe, um dia, a depender do desenvolvimento do país, esses espaços ocupados pelas faixas mais carentes da população sejam destruídos e transformados em modernas instalações de trabalho ou de habitação e de lazer. Hoje, ao que tudo indica, o desafio que se apresenta a arquitetos e urbanistas é um olhar hospitaleiro para essas áreas degradadas sob viadutos, favelas, terminais de transporte etc., visando transformá-las em espaços de convívio e valorização da cidadania.

O FUTURO DAS ATIVIDADES DE LAZER

Segundo Pronovost (2015), algumas das principais tendências nas sociedades desenvolvidas quanto às práticas de lazer são as seguintes:

- Uma nítida preferência por esportes e atividades ao ar livre

Mesmo que a participação em clubes esportivos seja importante, não é a forma de atividade esportiva mais popular. A atividade dominante já há algumas décadas é a caminhada, seguida da bicicleta sob todas as suas formas, os esportes náuticos, em particular o banho ocasional, e mesmo a jardinagem.

- Reconfiguração das atividades culturais na cidade

Observa-se uma popularidade continuada das práticas culturais amadorísticas, em particular no campo das artes plásticas e da música, mas concorrência cada vez mais forte da “criação apoiada no computador”.

- Diminuição das saídas de casa para programas culturais devido à concorrência do digital

Há evidências de estabilização da frequência a equipamentos culturais e mesmo leve declínio: o exemplo típico é a frequência a museus de arte, ainda que se note crescimento da frequência a museus de ciência; as livrarias tornam-se mais populares que as bibliotecas. A sala de cinema resiste e mantém-se como programa predileto.

- O gosto da festa

Importância crescente da participação nas festas urbanas e de todos os tipos de festivais: a maioria da população declara frequentá-las; depois do cinema, é a atividade mais popular.

Quais as tendências? A busca da experiência através do recurso à tecnologia deve ser o mote para as principais perspectivas para as atividades de lazer:

- a) A ênfase na experiência

Essa é uma tendência hoje difundida no turismo, mas que começou no lazer. Em vez de simplesmente o olhar, exige-se a experiência, o uso de todos os sentidos. Já na década de 1970, nascem as primeiras iniciativas como forma de evitar a banalização do artesanato na França, que se chamou de *industrialianato*. Se o turista gostou de um objeto, por que não aprender a fazê-lo no mesmo lugar, com os mesmos artesãos, em vez de aumentar artificialmente a oferta e banalizá-la? A partir daí surgem outras iniciativas: aprender a técnica para elaborar as receitas gastronômicas nos mesmos restaurantes em que são apreciadas; no agroturismo, visitar e participar da ordenha e das tarefas rotineiras de fazenda etc., formas de turismo em que existe interação real com o espaço visitado, em experiências que façam sentido.

Aqui se incluem também as chamadas experiências de sentidos que não suscitam desejo de retorno. Um bom exemplo responde à pergunta: como seria dormir num iglu? Surgem os hotéis de gelo que são construídos no inverno e derretem na primavera para turistas de apenas uma noite, que não gostariam de voltar a dormir sob uma manta de rena suada pelos turistas anteriores, nem de dormir novamente num quarto belíssimo, ornado de obras de arte temporárias, mas numa temperatura de -5°C e sem possibilidade de ir ao banheiro de madrugada...

A imaginação se move sem limites, e os esportes radicais estão aí em número cada vez maior para a experiência individual, desde os mais conhecidos, como montanhismo, alpinismo, paraquedismo, rapel, *rafting*, *canyoning*, até os menos conhecidos como *base jump*, *boulder*, *sky surfing*, numa lista que não deve parar nunca de crescer.

Os menos ousados também terão sua vez de experimentar através dos simuladores de todos os tipos: de voo, de carro, de vida virtual etc., e um sem-número de outros já a caminho: a experiência da gravidade zero, a viagem espacial, a viagem dentro do corpo humano. A salvo dos perigos, os praticantes poderão ter a mesma dose de vertigem e adrenalina que os mais dotados da necessária *ataraxia*, aqui entendida como a ausência de medo ou de sensação de perigo.

Outro recurso que deve em breve se difundir para a valorização da experiência individual é a chamada Realidade Aumentada³ ou RA (KIRNER;

³ A *Revista Hospitalidade* publicou um número especial sobre esse tema, acessável em <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/issue/view/67>.

TORI, 2004), ambiente criado por gráficos, gerados por computadores em três dimensões e em tempo real, com a inserção do mundo virtual no mundo real. A recente febre do Pokémon é um exemplo da aplicação da RA. Em breve, ao entrar numa exposição sobre dinossauros, o visitante não deverá se espantar se, do nada e do chão, emergir um exemplar da espécie.

A holografia, uma imagem tridimensional obtida a partir da projeção da luz sobre figuras bidimensionais, deve deixar as mesas dos programadores de efeitos especiais no cinema para frequentar salas de exposições. Da mesma forma como no cinema, em breve se poderá passear num centro histórico de São Paulo da década de 1920 ou na pororoca do rio Amazonas.

Outros recursos estão na fila? Certamente que sim!

b) As transformações do museu, da biblioteca e dos espetáculos

Museus e bibliotecas estão em franco processo de mudança de conceito. Pouco a pouco se tornam centros culturais, espaços para atividades variadas tanto de prática como de assistência e estudo. Essas mudanças devem continuar a acontecer na velocidade da tecnologia e das experiências passíveis de serem suscitadas.

É necessário entender o movimento de baixa da frequência a museus e bibliotecas convencionais em contraponto ao enorme entusiasmo que despertam as mostras e exposições que, em São Paulo, provocam filas inimagináveis décadas atrás. De depósitos da cultura e do passado, museus e bibliotecas tornam-se produtores de cultura viva, estabelecendo nexos entre o conservado e o transformável, entre o presente e o futuro.

O mesmo se passa com os espetáculos. Há uma enorme diferença entre o show de Frank Sinatra no estádio do Maracanã, no Rio, em 1980, e os atuais espetáculos musicais, como o Rock in Rio, o Lollapalooza e os shows das celebridades musicais. No Maracanã, no show que, segundo ele mesmo, atraiu o maior público de sua carreira, de 200 mil pessoas, Sinatra e orquestra evoluíam num tablado e com o microfone na mão girava como se quisesse aparecer inteiramente para todos os cantos das arquibancadas.

Já hoje o espetáculo é uma mistura de cinema (efeitos especiais), teatro (há um diretor de cena) e música, com direito a todas as inovações tecnológicas conhecidas. O feito de Sinatra em matéria de público já foi superado várias vezes, e é certo que a tendência de aprimoramento tecnológico dos espetáculos vai continuar.

c) A banalização da música, da fotografia e do cinema

É famosa a crítica de Adorno (1975), que conheceu apenas fonógrafos, gramofones e vitrolas, sobre a perda de qualidade da escuta musical quando se passa da música ao vivo para a música gravada. Que diria ele se conhecesse a febre da escuta pelos celulares? O que seria mais criticável? A perda de qualidade da audição musical ou o aparente autismo e autoisolamento dos que parecem olhar metafisicamente para um ponto qualquer do espaço com um fone de ouvido?

Sem dúvida, há várias formas de se analisar o fenômeno e nem todas são tão negativas. Afinal, antes dos celulares, as pessoas nos ônibus não tinham o hábito de confraternizar-se indistintamente nem de provocar conversa com o vizinho de banco. Ao contrário, pode-se dizer que a música do celular anima horas que, de outra forma, seriam mortas.

Nem negativo nem positivo, vê-se que as pessoas, da mesma forma que no cinema assistido pela televisão, perdem em qualidade de fruição: as atividades permitem apenas tomar conhecimento da obra, e às vezes nem isso.

A banalização da música também vem de seu uso indiscriminado como ilustração de comerciais. As pessoas pensam que conhecem a Nona Sinfonia de Beethoven de tanto ouvir a frase musical célebre do último movimento, cantada com a *Ode à alegria* de Schiller. Exemplos como esse podem ser numerados à exaustão.

O mesmo pode ser observado com a fotografia. Antes um exercício complicado que envolvia compra de aparelho, de filmes, a clicagem comedida (“filme custa caro!”) e revelação obrigatória, já que de outra forma não se saberia o conteúdo filmado, hoje é uma atividade possível a um simples toque do celular (que se repete várias vezes, já que não há custo) e com resultado imediato no visor. Essa facilidade está na origem da febre de fotos pelo celular, aumentada pela tecnologia de *selfies*.

O que os indivíduos fazem com tantas fotos? Eis aí a questão que, sem resposta, pode levar à exaustão da prática... Haverá uma reação a essa tendência?

d) A explosão de práticas patológicas de lazer

Nem sempre a tecnologia está a serviço de melhoria da civilização. Ao contrário, até pode dar origem a práticas indesejáveis sob qualquer ótica. O antropólogo Roger Caillois (1990) já alertava para o fato de que o lúdico tem sua outra face, que ele chamou de corrupção do lúdico: a aventura pode dar lugar ao jogo profissional; a vertigem, às drogas; a competição, à violência física ou simbólica (consumo); a fantasia, à concretude psicótica. O sociólogo Joffre Dumazedier (1979) alertava para práticas como rachas noturnos, alcoolismo e drogas pesadas como patologias do lazer. O filósofo Michel Bellefleur (2002) fala de determinadas práticas socialmente indesejáveis no tempo livre como a face sombria do lazer, e o sociólogo inglês Chris Rojek (1995) fala de *deviant leisure*, a propósito do sadismo e do masoquismo sexual.

Qualquer que seja o nome, é certo que a tendência é a diversificação de formas, na contrapartida do esforço dos órgãos de segurança por reprimi-las em suas manifestações mais perturbadoras. No que diz respeito às drogas, a tendência é o abandono das ditas drogas naturais produzidas por plantas, como é o caso da maconha, da cocaína e do ópio, para as drogas de laboratório e, nesse caso, a lista é infinita. Também é certo que o reduto de tais práticas é o lazer noturno, associadas à demanda de sexo, sendo difícil separar o que representa uma simples alternativa a práticas tradicionais – como o *swing*, o poliamor – e as formas em que estas atividades se conjugam com

práticas incontrolláveis que facilmente descambam para o indesejável individual e socialmente.

Em contraponto a tudo isso, existe a área do lazer terapêutico, mais conhecida entre nós como terapia ocupacional que, segundo o próprio Guia do Estudante, “estuda e emprega atividades de trabalho e lazer no tratamento de distúrbios físicos ou mentais e de desajustes emocionais e sociais”⁴. Seus principais campos de trabalho incluem clínicas, casas de repouso, hospitais, instituições geriátricas, psiquiátricas e penais, centros de reabilitação, creches e empresas. Além disso, o profissional está habilitado a prestar atendimento aos pacientes em domicílio.

Esta área aponta para um conteúdo importante na formação dos profissionais de lazer em geral. A exclusão no lazer não pode ser tratada apenas e tão somente no âmbito da cultura. A bioquímica e mesmo a etologia podem prestar grandes serviços para entender o problema da dificuldade de acesso ao lazer por pessoas afetadas por distúrbios hormonais que comprometem o equilíbrio do humor, em suma, por todas as formas de depressão e estresse.

e) O caso do Brasil

Trago aqui um resumo das observações desenvolvidas no meu posfácio a Pronovost (2011). Infelizmente, não há estudos longitudinais em relação a práticas de lazer. Para preencher essa lacuna, citam-se aqui três pesquisas: duas conduzidas por mim, a primeira em 1978, na cidade paulista de Americana⁵; a segunda, na cidade de São Paulo, em 1995⁶; a terceira, na região metropolitana de São Paulo, junto ao CEBRAP, em 2005⁷. Para que a análise longitudinal fosse mais consistente, haveria necessidade de bases amostrais iguais e assemelhadas, e não, no caso aqui, de uma cidade média, de uma metrópole e de uma região metropolitana. Não obstante, os dados colocados em perspectiva podem ao menos prevenir certos preconceitos ainda correntes no meio acadêmico sobre o campo de estudos do lazer.

Com todas essas ressalvas, os resultados foram os seguintes:

- Televisão – os resultados mostraram um número cada vez menor de espectadores diários: 83% em 1978, 67% em 1995 e 69,1% em 2005. As conclusões possíveis: acompanhando a evolução internacional, o modelo atual com grade fechada está sendo substituído por outro, em que a tevê é apenas o melhor aparelho reproduzidor de produções, ao lado do computador e do celular, no modelo do *streaming*.

4 <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/pordentrodasprofissoes/o-que-o-terapeuta-ocupacional-faz-e-onde-como/>.

5 “Práticas e aspirações culturais no tempo livre da população de cidade média moderna brasileira”. Sondagem realizada pelo Sesc em Americana, em 1979, com uma amostra probabilística de 1.298 habitantes acima de 14 anos. A pesquisa foi assessorada por Joffre Dumazedier e realizada em moldes semelhantes aos de sua pesquisa clássica em Annecy, uma cidade francesa também média (Dumazedier, 1974).

6 “Práticas e aspirações culturais da população da cidade de São Paulo”, Sesc, 1995. Sondagem realizada com uma amostra de 1.233 habitantes acima de 15 anos, em moldes semelhantes aos da pesquisa anterior.

7 “O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo”, Cebap, 2005. Sondagem realizada com uma amostra probabilística de 2.002 habitantes.

- Leitura de livros – a sondagem de 1978 mostrava que 38,5% dos entrevistados tinham lido ao menos um livro nos últimos 12 meses; a de 1995 registrou 53% e a de 2005, 40,5%. Como interpretar essas diferenças? A pesquisa de 1995 registra uma progressiva queda percentual entre os que disseram ter lido apenas um livro (10%) e seis livros (4%) voltando a subir para os que leram mais de 6 livros (10%), como se atividade estivesse em franca decadência, mas, uma vez instalado o prazer, o indivíduo não se contentasse mais com um só livro.
- Escrever – a escrita desinteressada, prazerosa, seja ou não para publicação, mostra que, tal como no caso da leitura, é reduto cada vez maior de aficionados (8,2%, em 1978, 10,1% em 1995 e 9,3% em 2005). Para quase 90% da população, é um hábito que resiste nas redes sociais, à margem da ortodoxia gramatical. Supõe-se que a escrita como prática corrente subsistirá apenas até que a reprodução escrita da voz esteja mais dominada.
- Frequência a salas de cinema – estas conhecem uma capacidade de sobrevivência inesperada. Apesar do ataque do *home theater*, a frequência mensal subiu de 12,9% para 19,4% entre 1995 e 2005. A que tributar tal aumento? A hipótese que parece dar mais conta do fenômeno é a curiosa tendência da tecnologia em criar uma forma de entretenimento externo mais elaborada, acompanhada de uma alternativa de menor qualidade para uso doméstico.
- Frequência ao teatro – de 1995 a 2005 o percentual se manteve entre os que assistiram ao menos uma vez nos últimos 12 meses a uma peça de teatro: 11% em 1995 e 11,5% em 2005; em 1995, o percentual foi de 2% para os de renda familiar de até 1 salário mínimo e 14% entre os que tinham renda acima de 20 salários mínimos.

O que ocorre no teatro talvez seja significativo para todos os lazeres mais “sofisticados”, valendo igualmente para ópera, tênis, golfe, badminton etc.: trata-se de práticas de minorias em todas as classes sociais.

- Esportes – em outra pesquisa, de 1993, o Sesc e o Instituto Gallup chegaram aos seguintes resultados na região metropolitana de São Paulo: os praticantes dividem suas preferências entre caminhada e corrida (37%), futebol e futebol de salão (36%), ginástica (17%), vôlei, basquete e handebol (15,5%), ciclismo (13%), natação (12%), dança (5,5%), orientais/marciais (7%). Os locais destas práticas são parques/ruas/praças (52%), academias (22%) e a própria casa (9%). A pesquisa de 2005 mostrou dados assemelhados: 30,3% de praticantes de futebol, outros esportes 29%, ginástica 35,7%.

Esses resultados mostram que, com o avanço da escolarização, a diferença entre o esporte e outras práticas físicas tende a diminuir. Vale a pena ressaltar que as práticas sondadas nessas pesquisas se acomodam demasiado em parâmetros de um lazer que se formatou a partir de meados do século XIX: as principais modalidades esportivas e de produção artística, ou seja, o rol de atividades hoje conhecidas em suas diferentes manifestações.

Como mostrou Magnani (2004) em sua pesquisa sobre a periferia de São Paulo, há uma enorme distância entre as atividades que as pessoas declaram praticar, conforme seu prestígio (shoppings, cinemas, parques etc.), no mais das vezes conhecidas através da televisão e das novelas, e sua prática efetiva, circunscrita ao “pedaço”... Na realidade, quando se caminha do centro de uma grande cidade brasileira em direção à periferia, à medida que se avança, encontra-se um lazer cada vez mais misturado de práticas codificadas e não codificadas, que, por sua vez, resultam de uma mistura entre uma cultura contemporânea, vinda quase que inteiramente das mídias, e da cultura tradicional, quase sempre uma releitura desta. Aqui pode ser observada uma criatividade que brota de raízes marcadas daquela alegria, quem sabe, da qual falou Julián Marías⁸ – “no mercado de Olinda, há mais alegria do que em toda a Suíça” – e que é o signo da permanência da cultura tradicional.

As tendências? Em tempos de mundialização da cultura, o que se faz lá de alguma forma repercute aqui, embora, como lembra García Canclini (1998), na América Latina o lazer, assim como a cultura em geral, é um produto da hibridação entre o antigo e o moderno e entre o local e o global. Diferentemente dos países da Europa Ocidental, nos quais a cultura tradicional é hoje folclore, esta ainda permanece viva nas nossas cidades, e como importante fonte de inspiração para os nossos criadores e mediadores culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias dificuldades rondaram este texto, e já foram em parte mencionadas na abertura. Resta acrescentar que o método da sociologia ativa de Dumasiedier, mesmo com o alerta inicial de que se trataria apenas de um roteiro e não de um método com a rigidez de observância que se espera, ainda assim deixa a sensação de que algo ficou a dever. Fica, contudo, como uma sugestão e uma possibilidade aberta para futuros pesquisadores que ousarem seguir na senda da previsão.

Ao longo deste texto, buscou-se mostrar que as perspectivas para o lazer, ao menos no curso de uma geração, podem ser lidas pelo que já hoje é discernido, a saber:

1. Que o tempo de lazer tem uma perspectiva nebulosa, mas que cada vez mais é poroso nas suas relações com o trabalho. Ou seja: o lazer não será talvez beneficiado com novas reduções da jornada diária e semanal, mas isto pode vir a ser compensado por outras expectativas já claras de um trabalho mais lúdico, menos rígido, com formas cada vez mais possíveis de realizar em âmbito doméstico. Enfim: mais do que aumento do tempo de lazer e diminuição do tempo de trabalho, a aspiração é por um equilíbrio entre os tempos de trabalho, lazer e família.
2. Que o espaço de lazer tende a se confundir com o espaço urbano e que

⁸ Entrevista concedida a Jean Lauand, em Madri, em 26 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur8/entrevista.htm>. Acessado em: 12. maio 2008.

novas formas de produção de espaços e equipamentos devem surgir numa busca de maior integração com a natureza e dentro de um esforço de mobilidade humana.

3. Que as atividades de lazer têm suas perspectivas associadas à busca de experiência, mais do que à simples participação, e têm seu futuro cada vez mais ligado à tecnologia.

Na década de 1990, tornou-se muito conhecida a tese de que o século XXI seria o século do entretenimento. Esta palavra tornou-se chave não apenas para entender a tendência das práticas de lazer, mas também as práticas das religiões tradicionais e recentes associando a dança e a música popular nos cultos, o showmício político e mesmo o cotidiano das empresas. Ser lúdico, antes uma alternativa ao ser humano, tornou-se obrigatório para empresários, executivos, médicos, sacerdotes, políticos etc.

No plano profissional, resultou numa aposta muito grande em cursos de turismo, lazer e recreação. Parecia que era a hora e a vez dos egressos nessas áreas. Apenas a Universidade Anhembi Morumbi chegou a ter sete mil alunos matriculados nas áreas associadas (lazer, turismo, hotelaria, eventos e gastronomia).

No limiar do século XXI, a aposta já mostrou que não vingaria. A área continuou oferecendo os mesmos postos mal remunerados e sazonais de antes. Apenas alguns que se lançavam no empreendimento próprio mostravam resultados positivos. Então surgiu a pergunta: tudo não passou de um alarme falso?

A verdade é que para muitos a perspectiva era e é verdadeira. Para Michel Maffesoli (1989), os séculos XVIII e XIX foram marcados pela sombra de Prometeu e do trabalho. Os séculos XX e XXI seriam de Dionísio, do sexo e do lazer. Mas Keynes (1930) já previra que, no final do século, “turnos de três horas, ou uma semana de trabalho de quinze horas, poderiam resolver em grande medida o problema [do trabalho]”, e todo o tempo restante poderia ser dedicado a pequenas tarefas domésticas, em especial, ao lazer. A lista de previsões poderia estender-se longamente.

Na verdade, o século XXI parece ser, sim, o século do entretenimento, inclusive nos negócios, mas sobretudo na *epistème*, no espírito do tempo e, nesse sentido, podemos acompanhar Maffesoli e Keynes em suas observações citadas acima. A busca do entretenimento e da ludicidade em todos os tempos e espaços do cotidiano é uma tendência clara. Não é por outra razão que, desde 1930, a antropologia considera o lazer uma categoria-chave para compreender a cidade moderna (LYND, R. S.; LYND, H. M., 1965).

Pode-se concluir que hoje o lazer, mais do que uma área de formação profissional específica, com lugar assegurado no concerto de profissões, é uma noção a ser compreendida em suas dimensões de descanso, divertimento e desenvolvimento. O profissional da área, mais do que todos os demais, deve saber identificar as situações em que tais categorias se realizam, e esta deve ser, ao que parece, sua verdadeira especialidade. O lazer é também uma

noção a ser disseminada em todos os cursos de qualquer área de formação profissional que tenha como requisito a interação com o público, dada a grande utilidade que oferece para sua evolução futura.

Resta uma última observação. O pensamento sociológico e antropológico brasileiro soube reconhecer a qualidade lúdica do tempo presente no nosso homem tradicional. Esse pensamento está presente no homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda (1991), no homem ibérico de Gilberto Freyre (1963), no malandro de Antonio Candido (1970). Mais recentemente, foi lembrado por Roberto DaMatta (1978) e Lilia Schwarcz (1995). Já o pensamento econômico, desde as teorias da Comissão Econômica da América Latina – CEPAL, passando pela Teoria da Dependência, apenas decretou que esse tipo de uso do tempo era inadequado ao projeto de desenvolvimento do país, sempre lembrando que o início da industrialização somente foi possível com a importação de mão de obra de imigrantes italianos e espanhóis na passagem do século XIX para o século XX.

Houvesse um verdadeiro diálogo interdisciplinar além do respeito acadêmico, do menear a cabeça em pretensa concordância com o colega de outra área, e uma série de perguntas poderia ser feita. Para que serve esse tempo herdado da nossa sociedade rural e que é ainda tão importante no nosso cotidiano? Ele é totalmente inútil para a economia? Será que a ludicidade marcante na nossa cultura tradicional não tem um papel a desempenhar no século XXI, quando as próprias sociedades ditas desenvolvidas parecem aceitar o protagonismo dessa ludicidade, inclusive na dinâmica do trabalho, e quando as maiores fortunas do mundo se estabelecem com base em negócios ligados ao entretenimento, midiático ou não? Será que devemos continuar tão tímidos para falar da importância do lazer, do turismo e áreas assemelhadas para o desenvolvimento do país?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. O fetichismo na música e a regressão da audição. In ARANTES, Otília B. Fiori; LOPARIĆ, Željko (org.). *Os pensadores*, v. 48. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp. 173-199.
- ALLIS, Thiago. Viajantes, visitantes, turistas... Em busca de conceitos em um mundo urbano. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, pp.23-38, nov. 2014.
- BELLEFLEUR, Michel. *Le loisir contemporain : essai de philosophie sociale*. Québec: PUQ, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Antônio L. (org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

- CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CAMARGO, Luiz O. L. *Genèse du loisir dans les pays en voie de développement : le cas du Brésil*. Tese (doutorado em Ciências da Educação) – Université Sorbonne René Descartes (Paris V), 1982 (a).
- _____. Temps Libre – Temps Inoccupé dans les sociétés en voie de développement : le cas du Brésil. *Loisir et Société / Society and Leisure*, Québec, v. 5, n. 2, pp. 295-306, 1982 (b).
- _____. Perspectivas para o lazer com o impasse da luta pela redução da jornada de trabalho: o caso brasileiro. *Licere*, v.12, n. 2, pp. 1-32, 2009.
- _____. The prospects of leisure in the face of the decline of workers' fight for the reduction of working time: the Brazilian case / Perspectives pour le loisir suite a l'affaiblissement de la lutte pour la reduction de la journée du travail – le cas brésilien. *World Leisure Journal*, Londres, v. 48, n. 2, pp. 3-15, mar. 2011.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1970. pp. 19-54.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Cultura e participação na cidade de São Paulo. *Cadernos Cebrap*, n. 14, 1975, pp. 3-30.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do malandro brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FREYRE, Gilberto. On the iberian concept of time. *The American Scholar*, Washington D.C., v. 3, n. 32, pp. 415-430, 1963.
- _____. *Ordem e progresso*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOURASTIÉ, Jean. *Les 40 000 heures*. Paris: Gonthier-Laffont, 1965.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp. 1998.
- GERSHUNY, Jonathan. Increasing Paid Work Time? A New Puzzle for Multinational Time-diary. *Social Indicators Research*, Dordrecht , v. 101, n. 2, pp. 207-213, abr. 2011.
- GLORIEUX, Ignace; VAN TIENOVEN, Theun-Pieter. *Genre et emploi du temps : Différences et évolution dans l'emploi du temps des femmes et des hommes belges (2005, 1999 et 1966)*. Bruxelas: Institut pour l'Égalité des Femmes et des Hommes, 2009. Disponível em: <http://igvm-iefh.belgium.be/sites/default/files/downloads/36 - GenreEmploi-DuTemps_FR.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- GOMES, Christianne L. Lazer – concepções. In _____. (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. pp. 119-126.

- GROSSIN, William. *Des resignés aux gagnants : 40 cahiers de doléances sur le temps*. Nancy: Publications Université de Nancy II, 1981.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. 2016.
- KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- KEYNES, John Maynard. Economic Possibilities for our Grandchildren (1930). In *Essays in persuasion*. Nova York: Classic House Books, 2009.
- KIRNER, Cláudio; TORI, Romero. *Realidade virtual: conceitos e tendências*. São Paulo: Mania de Livro, 2004.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LYND, Robert S.; LYND, Helen M. *Middletown in Transition. A Study Cultural Conflicts*. Nova York: Harcourt, Brace and World, 1965.
- MAFFESOLI, Michel. *À sombra de Dionísio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- MAGNANI, José G. Cantor. *A festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- MUNNÉ, Frederic; CODINA, Núria. Psicología Social del ocio y el tiempo libre. In ÁLVARO, José L.; GARRIDO, Alicia; TORREGROSA, José R. (org.). *Psicología social aplicada*. Madri: McGraw-Hill, 1996. pp. 429-447.
- PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, 2007, pp. 561-586.
- PRONOVOST, Gilles. *Introdução à sociologia do lazer*. São Paulo: Senac, 2011.
- _____. *Que faisons-nous de notre temps?*. Québec: PUQ, 2015.
- REGO, Renato L. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 6, pp. 1.569-1.577, 2001.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROJEK, Chris. *Decentring leisure*. Londres: Sage Publications, 1995.
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In SESC-SP (org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: Sesc-SP /World Leisure and Recreation Association, 2000. pp. 179-184.
- SAINSAULIEU, Renaud. *Sociologia da empresa*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia K. M. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, out. 1995. pp. 49-63.
- SIMARD, Martin. Urbain, rural et milieux transitionnels : les catégories géographiques de la ville diffuse. *Cahiers de géographie du Québec*, Québec, v. 56, n. 157, pp. 109-124, abr. 2012.
- TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

ÓCIO NA CONTEMPORANEIDADE CANSADA

José Clerton de Oliveira Martins¹

RESUMO

Este artigo objetiva oferecer compreensões sobre o ócio a partir de discussões recentes, resultado de investigações no âmbito do OTIUM – Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Ócio e Tempo Livre, filiado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza e suas redes de colaboração. O trabalho resulta de um estudo de enfoque teórico e abordagem reflexiva. Sugerimos aqui que o ócio envolve muito mais que descanso, contemplação e um *nada fazer*. Entendemos que, para além destas possibilidades, está o que decorre da experiência apreendida por quem a vivencia.

Palavras-chave: Ócio. Contemplação. Tempo livre. Cultura contemporânea.

INTRODUÇÃO

Os estudos do ócio têm sua origem marcada pelo pensamento grego, segundo o qual apenas a partir de sua apropriação seria possível alcançar um estado de reflexão, e assim encontrar a verdadeira liberdade. Esta, por sua vez, seria decorrente da apreensão subjetiva do mundo, o que conduziria o homem a se orientar pela descoberta de sua verdade, a conhecer-se a si mesmo e, por esta via, encaminhar-se a uma vida digna.

Vê-se, portanto, que os estudos teóricos do ócio provêm do pensamento filosófico, embora no mundo ocidental moderno sejam abordados a partir da sociologia, em vista de sua relação com as demarcações do tempo do trabalho na vida das pessoas e dos sentidos que emergem dessa relação.

A palavra “ócio” deriva do latim *otium*, termo que, por sua vez, nos remete ao usufruto das horas vagas, do descanso e do sossego, abrigando ainda a ideia de repouso e de pausa desejada, num âmbito que está para além de um tempo e de um lugar. É uma vez que, nesse contexto, se acolhe e se propicia o deixar vagar os pensamentos em atitude contemplativa, mais tarde seria fácil tomá-lo como sinônimo de ociosidade nas sociedades em que emerge o capitalismo, e que passaram a atribuir ao trabalho um caráter divino (MARTINS, 2015, p. 1).

¹ Doutor em Psicologia pela Universitat de Barcelona. Pós-doutorado em Estudos do Ócio realizado na Universidad de Deusto (Espanha) e em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro (Portugal). Professor titular da Universidade de Fortaleza. Coordenador do OTIUM – Laboratório de Estudos sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre. Membro fundador da OTIUM – Associação Iberoamericana de Estudos do Ócio e da ANPEL – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos de Lazer - E-mail: jclertonmartins@gmail.com.

Ao delinear o percurso histórico do ócio, dos gregos chegamos ao Império Romano, em cujo âmbito se forja a distinção entre *otium* e *nec-otium*, o ócio como descanso e diversão contraposto ao negócio, que estreia para demarcar o tempo de trabalho. Assim, a partir de Roma, o ócio deixa de ser um fim em si mesmo e torna-se meio para descansar e logo regressar ao negócio ou para convocar outras atividades, de preferência ligadas aos afazeres dos negócios.

Há que se ressaltar que as classes dominantes se utilizavam da diversão e do espetáculo para conter a plebe com “pão e circo” (*panem et circenses*). É daí que provêm os lazeres das massas, tão desprezados pelas elites, mas muito utilizados por estas como ferramenta de dominação.

Chegando à Idade Média, nos deparamos com o chamado “ócio cavalheiresco”. Este era próprio da nobreza e se manifestava em eventos marcados pelo exibicionismo da classe, o que os diferenciava em muito dos divertimentos das classes populares, que encontravam esse espaço nas festas religiosas (domingos e dias santificados), nas quais se reservavam âmbitos para a diversão.

O ócio cavalheiresco antecipava traços do que viria a marcar a nova classe burguesa. Com a diferença de que os nobres não trabalhavam, pois o trabalho era uma atividade que cabia apenas aos camponeses, artesãos e comerciantes.

Gestou-se no contexto do final da Idade Média a crescente valorização da ocupação produtiva, decorrente do puritanismo religioso protestante, que via a chamada “vida ociosa” como pecado, ao passo que elevava o trabalho a meio de acesso à “salvação”. Segundo essa moral, portanto, somente o trabalho podia conduzir à liberdade. E foi daí que, paralelamente, emergiu a condenação do ócio como campo de onde brotam os males e os vícios, devendo ser evitado a todo custo.

Já nos modelos culturais que se desenvolveram no mundo moderno, as chamadas sociedades industriais foram substituindo o poder da herança patriarcal rural pelo poder dos salários. As classes trabalhadoras passaram a lutar pela redução das horas de trabalho e pela conquista do tempo liberado, impulsionando, nesse momento, uma reconfiguração do ócio em outros âmbitos e novas formas de temporalidade social. É nesse contexto que surge a noção do lazer moderno, fruto do novo tempo liberado das obrigações do tempo do trabalho.

Cabe assinalar que, nesse cenário, as reivindicações da classe trabalhadora se voltavam para fins bem específicos: tempo para a família, tempo para as obrigações religiosas e tempo, principalmente, para a recuperação física e psíquica dos efeitos do trabalho.

Percebe-se que então não se pensava em um tempo de autonomia e liberdade (tempo livre), tratava-se muito mais de um tempo liberado (do trabalho). No entanto, há que se ressaltar, nada impedia que os trabalhadores se apropriassem do momento conquistado para outros fins que não os especificados junto aos patrões.

Apesar de importantes e necessários, os estudos sobre o ócio demonstram que seu conceito e sua aplicação são imprecisos para um tempo em que o pensamento cartesiano exige precisões conceituais. Porque, na verdade, nada é assim tão estanque ao se lidar com os fenômenos humanos e tudo o que os envolve. Uma vez entendida a natureza humana na dinâmica existencial, e compreendendo-se a existência como complexa e em constante transformação, é difícil propor conceitos que comportem tantas possibilidades.

Creemos que o ócio em sua potência se inclui nesse tipo de fenômeno humano. Ele é fácil de entender, pois sentimos e conhecemos bem sua dinâmica em nós mesmos, mas difícil de explicar mediante parâmetros que exijam precisões, dada sua complexidade.

Paradoxalmente, falamos sobre o ócio todo o tempo, pois ele nos falta, apesar de, ao mesmo tempo, esperarmos o momento em que possamos reunir as condições para desfrutá-lo. E no nosso desenho de possibilidades, nos deparamos sempre com a impossibilidade de acessá-lo. No entanto, como já disseram muitos, por exemplo, Manuel Cuenca Cabeza (2003), Viktor D. Sallis (2004), Martins e Baptista (2013), entre outros, o ócio está ao alcance de todos, embora nem todos consigam alcançá-lo.

1 - CULTURA CONTEMPORÂNEA E ÓCIO

Conforme apontou Jonathan Crary (2015), vivemos “em modo 24/7”. O autor denomina assim um novo estilo de vida em que, conectados 24 horas por dia, 7 dias por semana, o tempo do nosso existir é demarcado pela satisfação dos ditames do mercado global. Esse modelo significa a imposição generalizada à vida humana de uma duração sem interrupções, de um tempo homogêneo.

O autor ressalta que esse estilo redundava numa exposição, numa visibilidade permanente num mundo sempre claro, iluminado de forma constante. Perdeu-se o sentido da intimidade, do privado. Na verdade, trata-se de uma implacável tradução a valor monetário de tudo o que nos diz respeito, todos os elementos de nossas vidas, que se tornam passíveis de conversão aos valores do mercado. Assim, as necessidades básicas da vida, como a fome, a sede, o desejo sexual e, de pouco tempo para cá, a necessidade de amizade, foram transformados artificialmente em formas mercantilizadas (CRARY, 2015).

Como podemos ver, numa sociedade com tais características, pensar em gratuidade, tempo de nada fazer, ocupar-se em contemplar, convoca de imediato a ideia de resistência, de ir no sentido contrário ao hegemônico. Por outro lado, ao pensarmos que nossa contemporaneidade desloca o termo para os domínios do hegemônico, o ócio aparece confundido com o lazer dos tempos livres, é justificado por este, encampando o hiperconsumo e orientado pelo mercado. Podemos encontrar seus sujeitos nas atividades do consumo e do turismo, nas festas e eventos, na indústria das diversões e das férias, na verdade, generalizados no senso comum pela distração, convocados pelos apelos da indústria do entretenimento.

2 - O ÓCIO DA SOCIEDADE HIPERMODERNA CANSADA

Recentemente, por volta de 2015, nos deparamos em nossos estudos com a obra de Byung-Chul Han, filósofo germano-coreano, e nos chamou a atenção especialmente seu livro *Sociedade do Cansaço* (2015). Vamos, portanto, explorar este tópico a partir do estudo de Han e de uma pesquisa produzida no âmbito dos debates do OTIUM, sobre o lugar do ócio na sociedade contemporânea, fruto do diálogo entre os pesquisadores Ieda Rhoden (Rio Grande do Sul), Kátia F. Pinheiro (Rio de Janeiro) e José Clerton Martins (Ceará), que gerou o artigo intitulado “A experiência de ócio na sociedade hipermoderna” (2010).

No referido estudo, partimos de algumas questões que retomamos aqui, pois estas continuam a nos inquietar: como os valores da era hipermoderna interferem na vivência do ócio? Como os estilos de vida predominantes interferem na possibilidade ou impossibilidade do ócio? Seja como for, prestigiar o ócio como constituinte da vida, qualificá-lo como oportunidade de construção e aprimoramento humano, valorizá-lo em contextos educativos e de trabalho e conviver com a complexidade das temporalidades no mundo hipermoderno são aspectos primordiais do ócio como fenômeno humano e objeto de estudo.

Há muito entendemos como aspectos característicos de nossa contemporaneidade fenômenos como “apressamento dos ritmos sociais”, “hiperconsumismo” e “liquidez”. Tais termos foram emprestados, respectivamente, de Josetxo Beriain (2008), pesquisador espanhol; Gilles Lipovetsky (2007), pesquisador francês, e Zigmunt Bauman (1998), pesquisador polonês radicado nos EUA.

Tratamos então de discutir sobre uma *hipermodernidade*, advinda da dimensão *hiper*, tomada como expressão da cultura do excesso, própria desse estágio social, que qualifica e demarca tal momento, como aponta Lipovetsky (2007). Nesse tempo, observa-se certa urgência de realização por parte da sociedade – urgência essa marcada pela aceleração temporal (Beriain, 2008) e uma forma de realização pessoal centrada no individualismo.

O consumo é a característica mais destacada, segundo os autores citados. E é no contexto social por eles elucidado que encaminhamos indagações sobre a visão do ócio no Brasil, entendendo que, apesar das realidades específicas do nosso país, nele cabe convocar o pensamento concebido nos grandes centros.

Segundo Lipovetsky (2007), o consumo contemporâneo não é apenas o “consumo comum” corrente, que guarda relação com a necessidade de comprar algo para a satisfação de necessidades diárias. O consumo a que o autor se refere é aquele elevado à dimensão *hiper*, ligado à ideia de “exagero” e “excesso”.

Já o apressamento dos ritmos sociais na contemporaneidade, outra característica própria do nosso momento social, é sugerido nos estudos de Beriain (2008). Este autor aponta a aceleração social como produtora do ritmo que orienta os tempos da hipermodernidade, e este aceleração conduz os

sujeitos a uma arritmia, capaz de transformar o presente na única dimensão temporal possível, influenciando assim os demais âmbitos da vida.

Nessa sociedade tomada pela pressa, os sujeitos procuram viver o máximo de experiências simultaneamente – o que, no fim, acarreta o empobrecimento das suas experiências e o incremento da vida nervosa, desenvolvendo sintomas de ansiedade, estresse e fadiga, sobretudo no trabalho (Beriaín, 2008). Isso porque o modo como agimos e percebemos o tempo está ligado ao que apreendemos a partir de conceitos gerais, que explicam e traduzem valores éticos, que aferem significados aos conceitos enquanto construções sociais, e suas implicações subjetivas.

Assim, a cultura de uma sociedade pautada na pressa e no consumo, típica da hipermodernidade, nos termos de Lipovetsky (2007), também convoca a característica da liquidez, na definição de Bauman (1998, 2008), que menciona que nesta sociedade não existe nada que possa durar muito tempo, como as impressoras fabricadas com um prazo definido para parar de funcionar depois de um número “x” de impressões, ou das baterias criadas para ser usadas, perder a validade e ser substituídas por novas.

O culto ao novo é fascinante para os sujeitos desse tempo. O último modelo seduz por sua imagem de inovação e dinamismo. Tudo se torna obsoleto e velho rapidamente. Isso vale para pensamentos, ideias, sentimentos e, passamos, relações. Essas dinâmicas agora são rápidas e fluidas, não existindo mais o sentido do vínculo e do tempo da apuração dos valores que antes sustentava as tradições, as relações, as crenças etc.

E diante da fluidez característica dos líquidos, agora tudo nos escapa das mãos, exigindo sempre a busca de outra coisa, de algo mais, que novamente nos escapará, e nos impelirá a novas e novas buscas (BAUMAN, 2005).

Han (2015) vem ao encontro dessas reflexões ao apontar as consequências de um modelo de produtividade direcionado para o consumo, indicando que é no ato de produzir que cada vez mais reside o referencial de sucesso na atualidade. Tal condição convoca uma nova característica: nossa sociedade se revela por seu cansaço, e este está em estado *hiper* (LIPOVETSKY, 2007; HAN, 2015).

Estamos de acordo com o autor na conclusão de que, na sociedade do cansaço, o sujeito é marcado por um excesso que o lança sempre a mais atividade, para livrá-lo o máximo possível de sua angústia. E essa sociedade, tal como apresentada por Han (2015), vem se constituindo como lugar propício aos males deste tempo: síndrome do pânico, síndrome de burnout, depressão, TDAH, todas doenças que não se transmitem por vírus ou bactérias, mas se desenvolvem a partir do *não acesso* a nós mesmos.

Os indivíduos deste tempo se apresentam confusos e com uma necessidade contínua de comunicação com outros para provar a si mesmos que não estão sozinhos. E então, via blog, e-mail, facebook, celular, são lançados nas redes sociais para a ilusão de se sentirem acompanhados, sem saber ou conhecer o valor e a necessidade da verdadeira companhia.

Nessa sociedade hiperconectada no “modo 24/7”, conforme a já citada definição de Crary (2015), não há lugar para o tempo da desconexão, pois a vivência de não estar conectado pressupõe algo que se reconhece como tédio, onde reside o lado negativo do ócio, isto é, um *nada fazer sem sentido*, um âmbito de ausências, sem rumo, sem ocupação, sem vibração, sem força, sem potência essencial, sem nenhuma conexão consigo próprio. É a ociosidade contemporânea e, paradoxalmente, a *tibieza*, na acepção que se dava ao termo nos antigos mosteiros, quando os monges se deprimiam por não encontrarem sentido em suas meditações. Eis a verdadeira oficina do diabo.

Assim, observamos que na sociedade hiperconectada não há a condição de contemplação, reduz-se o homem a um constante fazer e parecer fazer, não ser e parecer ser. E o que vemos é a somatória de informações e imagens sem fim, onde o sujeito não consegue elaborar uma experiência e dela extrair narrativas.

3- A EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA DO ÓCIO

Falar sobre ócio na perspectiva que assumimos, a partir de seu encaminhamento subjetivo, implica o conceito de experiência. Assim, uma vez explicada a nossa apreensão do termo, prosseguimos na exploração desse aspecto.

De acordo com Larrosa Bondía (2002), a experiência é aquilo que se passa conosco, o que nos toca e nos acontece, algo que se prova, se experimenta, faz-se e produz-se enquanto sabor e saber. O autor considera que tudo o que se passa ocorre muito depressa e numa velocidade excessiva, da qual também deriva a informação acelerada, que acaba por não deixar possibilidades para a experiência. Desse modo, para que aconteça uma experiência é necessário que se cessem alguns exageros, como por exemplo o excesso de informação e de opiniões. A experiência, portanto, requer rupturas, e é necessário “parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar (...), cultivar a atenção e a delicadeza, (...) cultivar a arte do encontro” (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 21).

Encontramos em Pinheiro, Rhoden e Martins (2010) que, diante de subjetividades marcadas por esses novos estilos que acarretam sofrimento, resta ao sujeito encontrar lugar para seu amparo. Uma das possibilidades é a retomada do ócio, que reaparece na contemporaneidade como sinônimo de busca desejada e guiada pela escolha livre, para assim construir novos âmbitos no reencontro com o *nada fazer* pleno de sentidos.

Encontramos essa ideia também em Cuenca Cabeza (2008), quando ajusta ao nosso tempo o pensamento de Aristóteles sobre o ócio, situando-o em face dos diversos significados na perspectiva mais inerente à condição humana. Segundo o autor, estas experiências de ócio se destacam enquanto uma “atitude pessoal e/ou comunitária que tem sua raiz na motivação e na vontade” (CUENCA CABEZA, 2016, p. 11). Tais experiências convocam autonomias e satisfação daquele que as realiza, e proporcionam ao sujeito um constante desafiar-se na busca pela superação de seus limites, contribuindo assim para o desenvolvimento humano, acrescentando valor à vida.

Rhoden (2009), por sua vez, trata o ócio enquanto experiência a partir de alguns atributos que, segundo a autora, nele se destacam: sensação de liberdade pela escolha de entregar-se ao ócio; sensação de autonomia; contemplação; sensação de desafio a si em meio à experiência, entre outros.

Outra pesquisadora, Amigo F. de Arroyabe (2009), aborda o ócio em sua característica *estética* e o toma como experiências voluntárias e conscientes, nas quais existe a sensação de fascínio ao longo de sua apreensão. Em tal processo se experimenta uma suspensão de valores e juízos (p. 400).

Ressaltamos que o termo “conscientes” não se refere, nesse contexto, a algo relativo a aspectos da razão, nem aos conceitos com que se poderia nomear o que vem dos sentidos, e sim à sensação mesma, ao fascínio que a experiência suscita. Isso porque nem todos que vivem o ócio conhecem ou se utilizam deste conceito como tal, apenas o vivem (RHODEN, 2009).

A partir disso, amparados em nossos referenciais, propomos o ócio do nosso tempo como uma experiência integral, centrada em ações desejadas, livres e satisfatórias, necessárias ao desenvolvimento humano (CUENCA CABEZA, 2003). É o que percebemos ao retomarmos o conceito de experiência, focada no que se apreende do que nos acontece, nos atravessa e sobretudo, nos transforma, tal como aponta Larrosa Bondía (2002). cremos que aí reside a clara compreensão do ócio nestes tempos complexos.

REFLEXÕES FINAIS

Para finalizar, revisitaremos algumas conclusões apresentadas ao longo do estudo. Primeiro, que a compreensão do ócio como atividade nociva é totalmente oposta àquela que comportava sua concepção original grega, como âmbito da recriação da vida, de contemplação e apreensão da integridade humana. Ao nos percebermos como sujeitos de um tempo que nos toma a vida, nos lançamos em busca desse lugar de recriação.

O percurso sócio-histórico das sociedades modernas reafirmou o trabalho como fonte de todas as virtudes e, conseqüentemente, a jornada de trabalho aumentou de maneira considerável, o que ocasionou descompensações psicossomáticas de diversas ordens na maioria das pessoas, conforme demonstraram críticos contemporâneos da mitificação do trabalho e de seu excesso desnecessário.

Ócio, o termo tal como é, segue ainda muito marcado pelas conotações infundidas por sua aceção negativa. Sabemos que esta aceção tem lugar em tempos de vida em “modo 24/7”, como o âmbito de tédio, de ausências, ou incapacidade de acesso a si mesmo. Mas trata-se aí, na verdade, do deplorável medo de, no tempo de *não fazer nada*, encontrar-se com a realidade do vazio que este estilo de vida promove.

Assim, aqui provocamos o pensamento com reflexões recentes, sem pretender uma definição final sobre o termo e sua aplicação, pois muito ainda pode e deve acontecer nos *devires*.

Nesse ponto da reflexão nos deparamos com os textos de David Le Breton, doutor em antropologia e professor da Universidade de Estrasburgo, especialmente uma de suas obras que nos chamou a atenção: *Do Silêncio* (1999). Nesse livro, o autor nos provoca a partir de sua experiência com o silêncio, na qual observamos claramente o que, para nós, pode ser o ócio.

Do silêncio advindo da experiência do caminhar, o autor sugere âmbitos de transformação e consciência. Logo o lugar do silêncio, que é lugar de abominação para a vida em modo de conexão 24/7. Eis aí, pois, o silêncio enquanto um lugar de resistência ao pensamento hegemônico que atravessa as práticas desse modo de vida.

Le Breton diz ser o silêncio a tomada de consciência de que há determinadas experiências para as quais a linguagem não serve, ou que a linguagem não alcança, e que é um traço decisivo do conhecimento.

O autor crê que a partir do silêncio nos distanciamos do ruído e assim podemos nos escutar. Aí está uma forma ociosa de reivindicar o presente. Le Breton aponta a meditação como forma de nos encontrarmos conosco e assim criarmos um espaço de reflexão em nosso cotidiano.

Sugere o autor citado que andar sem rumo e sem um fim pode oferecer âmbitos para a apropriação de si mesmo, e que a prática do caminhar nas cidades encerra conotações ligadas ao prazer. Trata-se, pois, de apreciar aquilo que se percebe no percurso descomprometido, no deleite dos atrativos que a cidade oferece, orientando-se pela sugestão dos sentidos. Há uma aproximação com a experiência estética: apela-se para os sentidos para conhecer pelo som, pelo que chega aos olhos, o odor de cada ambiente.

Caminhar descompromissadamente sem interesse em consumo, somente pelo fato de vagar sem direção, é uma forma de se sentir mais integrado ao seu momento, ao lugar no qual se flana e, nessa ação, deixar o lugar impresso por seu caminhar, sendo ainda uma forma de rebelar-se contra a ordem geral de consumir, que converte todas e cada uma das interações humanas num processo econômico.

Ainda de acordo com Le Breton, caminhar, flunar, sair sem rumo pela cidade é resistir ao culto à velocidade, marca dos apressamentos de nosso cotidiano. É também tentar retomar o controle da própria vida, cultivando o silêncio no percurso da caminhada. Na obra referida, o autor aprofunda sua reflexão e comenta como tem mantido tais hábitos de resistência e o que tem elaborado a partir dessa experiência.

Estamos aí diante de um exemplo do que consideramos uma possibilidade de ócio em sua dimensão humana e autotélica, segundo o que sugere Cuenca Cabeza (2003). Cremos que o valor do ócio nunca estará vinculado a um prazer passageiro, imediato, ou a uma satisfação pontual. O ócio está, portanto, relacionado ao florescimento da vida, no qual se convoca um eterno criar-se e recriar-se, sem lugar para determinismos.

Para concluir, sugerimos que, ao adentrarmos nos estudos do ócio, somos lançados ao desconforto de caminhar nas penumbras conceituais, a encarar

desvelamentos que suscitam mais dúvidas que certezas. Assim sendo, em muito ajudaria encarar o tema com enfoque multidisciplinar, dada sua potência para o desenvolvimento humano.

Por fim, propomos que pensar o ócio em tempos de conexão 24 horas por dia, 7 dias por semana é uma necessidade numa sociedade exaurida pelo cansaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIGO FERNÁNDEZ DE ARROYABE, María L. Benefícios de la experiencia de ocio estético. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 9, n. 2, pp. 397-432, jun. 2009.
- AQUINO, Cássio A. Braz; MARTINS, José C. de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 7, n. 2, pp. 479-500, set. 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERIAIN, Josetxo. *Aceleración y tiranía del presente: la metamorfosis en las estructuras temporales de la modernidad*. Barcelona: Anthropos, 2008.
- CRARY, Jonathan. 24/7 – A vida sem pausa. *El País – Edição Brasil*, São Paulo, 20 maio 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/20/cultura/1432123650_805121.html>.
- CUENCA CABEZA, Manuel. Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. *Documentos de Estudios de Ocio*, v.16. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio, 2003.
- _____. Ócio humanista. In _____; MARTINS, José C. O. (org.). *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas, 2008. pp. 33-55.
- _____. O ócio autotético. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação – Sesc-SP*, São Paulo, n. 2, pp.10-28, maio 2016.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, pp. 20-28, jan./abr. 2002.
- LE BRETON, David. *Do silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MARTINS, José C. de Oliveira. Ócio e promoção da saúde. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, vol. 28, n. 3, pp. 297-300, jun./set. 2015.
- _____. Tempo livre, ócio e lazer: sobre palavras, conceitos e experiências. In _____; BAPTISTA, Maria Manuel (org.). *O ócio nas culturas contemporâneas*. Coimbra: Grácio, 2013. pp.11-22.

- _____; BAPTISTA, Maria Manuel. (org.). *O ócio nas culturas contemporâneas*. Coimbra: Grácio, 2013.
- PINHEIRO, Kátia F.; RHODEN, Ieda; MARTINS, José C. de Oliveira. A experiência do ócio na sociedade hipermoderna. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 10, n. 4, pp. 1.131-1,146, dez. 2010.
- RHODEN, Ieda. O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 9, n. 4, pp. 1.233-1.250, dez. 2009.
- SALIS, Viktor D. *Ócio criador, trabalho e saúde*. São Paulo: Claridade, 2004.

PANORAMA DA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

Sílvia Cristina Franco Amaral¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama dos estudos em políticas públicas de lazer no Brasil. Para tanto, realizou-se uma análise sumária dos estudos precursores da temática, dos atuais grupos de estudos que têm por objeto este tema e do foco das análises promovidas pelos pesquisadores de tais políticas, apontando por fim outras possibilidades e necessidades de investigação nesse subcampo do lazer.

Palavras-chave: Lazer. Políticas públicas. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

O lazer é hoje um fenômeno sociocultural importante, mesmo que se possa discutir e divergir sobre os critérios que pautam essa avaliação. Tampouco é questionável sua inserção na agenda de diferentes níveis do governo brasileiro – esferas municipal, distrital, estadual e federal – como um dos direitos sociais que devem ser implementados por meio das políticas públicas. Embora saibamos que desde o início do século XX tal fenômeno era objeto de políticas públicas – por exemplo, a iniciativa pioneira em Porto Alegre, na Praça Alto da Bronze, em 1926; os Jardins de Recreio da gestão de Mário de Andrade à frente da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, nos anos 1930/1940; a criação do Serviços de Recreação Operária, pelo governo federal, em 1943 –, foi somente a partir da aprovação da Constituição de 1988 que o lazer passou a constar como um direito social e, portanto, como objeto desejável de uma política de Estado, não só como política de governo².

Além da Constituição, o direito ao lazer foi reconhecido por diversas leis infraconstitucionais: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990); Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001); Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003); Sistema Nacional de Juventude e Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013). Entretanto, diferentemente

1 Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), obteve a livre-docência na mesma área junto à Universidade Estadual de Campinas (2011) e realizou um pós-doutorado no Departamento de Geografia Humana da Universitat de Barcelona (2014). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Pública e Lazer Unicamp, onde leciona. E-mail: scfa@fef.unicamp.br.

2 Existe uma diferença importante no Estado de Direito entre política de estado e política de governo. Política de Estado é aquela implementada por meio de debate e votação no Poder Legislativo, desdobrada em leis que não podem ser descumpridas pelos diferentes governos. Política de governo é aquela implementada pela vontade do governante eleito, como um programa de sua gestão, que ao cessar a gestão pode deixar de existir.

dos outros direitos sociais cujas diretrizes, orçamento e formas de implementação foram descritos na própria Constituição, como é o caso da educação, saúde, cultura, habitação etc., o lazer figura solto na Carta Magna. Não há capítulos que versem especificamente sobre ele, e isto ocorre também nas legislações infraconstitucionais. O que há é a citação do lazer ligado a termos como “participativo”, “recreativo”, “lúdico”, “associativismo”, no trato de outros fenômenos como esporte, educação, cultura, vida urbana. Isto denota, já no início da frágil redemocratização brasileira, que o direito ao lazer seria campo de disputa de diferentes concepções de mundo. Embora a Constituição nominalmente aponte o direito ao lazer como política de Estado, o ele é garantido, quando o é, por meio de políticas de governo ou “pulverizado” em outras legislações.

Foi nesse cenário pós-redemocratização que se intensificaram os estudos sobre políticas públicas de lazer no Brasil. Na década de 1990, alguns importantes investigadores deram o pontapé inicial. Antes deles, porém, já havia uma obra pioneira, embora não se tratasse de uma pesquisa científica em sentido estrito: o livro *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*, de Renato Requixa, publicado pelas Edições Sesc em 1980.

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama dos estudos em políticas públicas de lazer no Brasil. Para tanto, realizou-se um levantamento analítico dos estudos precursores da temática, dos atuais grupos de estudos que a têm por objeto e do foco das análises promovidas pelos pesquisadores dessas políticas.

OS ESTUDOS PRECURSORES

Os estudos de políticas públicas são definidos como uma disciplina da ciência política, com características interdisciplinares (MELO, 1999). É possível observar que tais estudos ganharam corpo nas últimas décadas, coincidindo com o avanço da produção em políticas públicas de lazer, já que houve um esforço da comunidade científica em analisar as diferentes políticas setoriais.

Em termos cronológicos, os estudos de políticas públicas são recentes. Surgiram em 1950 nos Estados Unidos e foram denominados *Policy Science* (FREY, 2000). Na Europa, por sua vez, esse tema de pesquisa surgiu somente depois de 1970. Na América Latina, com a redemocratização de vários países da região, incluindo o Brasil, a expansão das demandas sociais impôs a necessidade de adotar um modelo de democracia que ultrapassasse um quadro meramente procedimental, e buscou-se então criar instrumentos e mecanismos que oferecessem garantias de participação a uma massa de cidadãos excluídos das políticas públicas, as quais, explícita ou implicitamente, passaram a se pautar nas reivindicações da sociedade.

Como afirmei na introdução, o lazer, ao ser incluído na Constituição Federal de 1988, foi promovido ao status de direito social, e a partir daí foram sendo implementadas várias políticas no setor, o que também permitiu o surgimento de diversos estudos dedicados a analisá-las. Também é fato que nessa década e nas subsequentes os diferentes governos disputaram a direção

das políticas sociais, naquilo que Evelina Dagnino denomina “confluência perversa”. Argumenta a autora que o processo de construção democrática no Brasil passa – eu diria, vem passando desde 1990, e agora, de 2014 para cá, configurando o período mais difícil – por uma confluência perversa entre dois processos distintos a) o alargamento da democracia, em busca da criação de espaços públicos (Conselhos Gestores e Orçamento Participativo) e da participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão; b) a eleição de Collor em 1989, com os ajustes neoliberais, marcados pela isenção do Estado na garantia dos direitos, transferindo-os para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

Foi sobre essa confluência que se debruçaram inicialmente os estudos sobre políticas públicas de lazer no Brasil. Em minha análise, em sua maioria tais estudos criaram uma agenda sobre as políticas embaladas pela redemocratização. Poucos estudos tiveram a preocupação com os efeitos do neoliberalismo sobre as políticas públicas de lazer. Isto talvez se deva ao que já aponte anteriormente, ou seja, à necessidade de criar ferramentas que pudessem garantir políticas públicas distributivas. Também é possível identificar que a criação da Rede Cedes³ estabeleceu demandas específicas oriundas de governos populares e, portanto, pautados em investigações sobre políticas que se pretendiam distributivas.

Foi dentro desse processo que, em 1996, publicou-se a primeira obra sistemática a tratar das políticas públicas de lazer, organizada por Nelson Carvalho Marcellino: a coletânea *Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. O livro mescla estudos científicos de pesquisadores oriundos do grupo de pesquisa que o professor coordenava naquele período com relatos de experiências de gestão pública do lazer em governos de esquerda brasileiros. A apresentação do livro informa que se trata de “um conjunto de textos, especialmente elaborados para a publicação, que procura combinar o estudo e a reflexão de aspectos fundamentais das políticas públicas setoriais de lazer, com relatos de experiência de ações desenvolvidas por executivos municipais”. Salienta-se que em toda a obra tais relatos são de gestões de governos populares e de esquerda.

Nessa mesma época é possível identificar outros estudos que tratam da temática sob o mesmo viés. Patrícia Zingoni (1998) tem um artigo intitulado: “Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à cogestão”. Nele a autora “analisa as relações políticas que se estabelecem entre a sociedade civil e o Estado no mundo e no Brasil, desde os anos 60, com os movimentos sociais, até hoje, com o surgimento do Terceiro Setor e suas implicações no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer” (p. 31). Leila M. Pinto (1998), em seu artigo “Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos”, escreve sobre as políticas públicas de lazer em Belo Horizonte. Como detalha a autora, “os temas sobre qualidade de vida, qualidade de relações no trabalho e de políticas públicas de Esporte e Lazer são a tônica deste estudo, construído com base em experiência político-técnico-científica da Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte”. Entre

3 <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>.

outros estudos, vale também destacar o de Marco P. Stigger (1998), intitulado “Políticas sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta”. Neste artigo, o autor buscou refletir sobre a temática de lazer e participação. Esses três artigos foram publicados na revista *Motrivivência* que organizou um dossiê sobre as políticas públicas de esporte e lazer naquele ano.

OS GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO CNPQ

Do começo dos anos 2000 para cá, houve um grande desenvolvimento da pesquisa sobre o tema das políticas públicas de lazer no Brasil. Como mencionei anteriormente, a criação da Rede Cedex, bem como a expansão de programas de pós-graduação pelo Brasil afora, propiciaram a abordagem dessa temática em várias universidades e por diferentes instituições de pesquisa e ensino. Em vista disso, aqui nos propusemos a lançar um olhar sobre os grupos de estudo e pesquisa que estão cadastrados no CNPq⁴ no ano de 2018, verificando aqueles que têm em seu escopo as políticas públicas de lazer como objeto de estudo.

Fizemos nossa busca pelo nome do grupo, e pelo nome e palavra-chave da linha de pesquisa. Encontramos 46 ocorrências, mas ao acessar cada um desses grupos pudemos identificar aqueles pesquisadores cuja produção de fato se concentra nessa temática. São eles:

1. Coletivo de Estudos de Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Educação Física, coordenado pelo professor Dr. Marcelo Paula de Melo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
2. Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Saúde, coordenado pelo professor Dr. Junior Vagner Pereira da Silva, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).
3. Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade – MOÇARAI, coordenado pelos professores Dres. Carlos Nazareno Ferreira Borges e Lucilia da Silva Matos, na Universidade Federal do Pará (UFPA).
4. Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer – GEPPOL/UEM, coordenado pelo professor Dr. Fernando Augusto Starepravo, na Universidade Estadual de Maringá (UEM).
5. Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer, coordenado pelo professor Dr. Edmilson Santos dos Santos, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).
6. Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física, coordenado pelos professores Drs. Silvana Martins de Araujo e Raimundo Nonato Assunção Vianna, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁴ http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf (acesso em 05/05/ 2018).

7. Laboratório em Gestão de Políticas Públicas de Saúde, Esporte e Lazer – LABGESPP, coordenado pelos professores Drs. Vilde Gomes de Menezes e Edilson Fernandes de Souza, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
8. Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer, coordenado pelos professores Drs. Hélder Ferreira Isayama e Marcília de Sousa Silva, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
9. POLIS – Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, coordenado pelo professor Dr. Luciano Pereira da Silva, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
10. Políticas Públicas de Lazer e Esporte, coordenado pelas professoras Dras. Sílvia Cristina Franco Amaral e Olívia Cristina Ferreira Ribeiro, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
11. Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – AVANTE, coordenado pelos professores Drs. Fernando Mascarenhas Alves e Edson Marcelo Hungaro, na Universidade de Brasília⁵.

Os grupos de pesquisa têm produzido constantemente sobre políticas públicas de lazer, entre outros temas correlatos, contudo não são somente estes grupos que publicam sobre o tema. Há diferentes abordagens metodológicas e referenciais teóricos, contudo, é possível afirmar que esta produção aponta para a crítica a dois modelos de governo, como abordo na seção posterior.

ENTRE O ANTIPOPULAR E O PARTICIPATIVO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

Sem a pretensão de traçar aqui um estado da arte das investigações sobre políticas públicas de lazer no Brasil, verificamos que os diversos estudos sobre o tema apontam dois claros direcionamentos ao direito ao lazer: um modelo que denominaremos aqui antidemocrático e outro que chamaremos de participativo. Entretanto, no contexto atual, não é possível traçar com clareza os limites entre esses dois modelos, porque os pesquisadores, em suas análises, muitas vezes não explicitam tais contradições. Assim, optou-se aqui por demarcá-los didaticamente, observando a produção mais recente sobre o tema.

O modelo antipopular (neoliberal)

Optou-se por denominar modelo antipopular os estudos das políticas públicas de lazer que se pautam no neoliberalismo. Mas o que é o neoliberalismo? O que fizeram e fazem os governos neoliberais? Perry Anderson afirma:

⁵ O último grupo não aparece na busca parametrizada, contudo o identificamos como grupo importante e constante em diferentes eventos da área no Brasil.

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação antissindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (1995, p. 10)

Mas o neoliberalismo não parou nas experiências do Primeiro Mundo. A segunda onda se expandiu para o Leste Europeu e a terceira chegou tardiamente à América Latina. Perguntavam-se os críticos se aqui essa onda seria diferente, dado que os governos eram mais populistas. A resposta é não. Ao que assistimos, diferentemente de lá, foram medidas gradualmente implementadas numa realidade que já era desigual, já que, aqui, o Estado de bem-estar social também não foi pleno. Os parques direitos trabalhistas e sociais têm sido dilapidados, e isso afeta frontalmente o acesso da classe menos favorecida a tais direitos e pressiona a classe média a ombrear-se aos detentores do capital, já que o discurso neoliberal tem sido muito bem-sucedido também nas subjetividades. Margareth Rago (2017) conclui que, para o neoliberalismo, a captura da subjetividade é fundamental. “Nesse novo regime empresarial socialmente generalizado, (...) o indivíduo deve passar a perceber sua vida como um tipo específico de capital, ‘um capital que se acumula na forma de uma melhor aptidão, de uma melhor capacidade, de uma melhor competência para se auferir no futuro uma determinada remuneração’” (AMBRÓZIO, 2011, p. 117 apud RAGO, 2017, s/p).

As análises demonstram que as políticas públicas são pensadas a partir da transferência da responsabilidade do Estado para o setor privado ou para a sociedade, do coletivo para o indivíduo: não há mais colegas de trabalho, há colaboradores da instituição pública ou privada que devem competir entre si. Rago vai mais longe e afirma, pautada em Foucault, que, no neoliberalismo, o *homo oeconomicus* deixa de ser percebido como parceiro de troca para ser visto como “um empresário e um empresário de si mesmo (...), sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (2008, p. 311 apud RAGO, 2017, s/p), e conseqüentemente a fonte de seu prazer e lazer.

A política neoliberal, além de adentrar a subjetividade, concretamente tem sustentação na tríade descentralização da prestação de serviços, desconcentração participativa e focalização das políticas sociais em áreas de vulnerabilidade social.

As políticas públicas de lazer não são mais distributivas como no Estado de bem-estar social. Os parques recursos públicos destinados ao setor circunscrevem-se aos mecanismos de renúncia fiscal, com é o caso das leis de incentivo ao esporte e à cultura, que delegam ao setor privado a decisão sobre a destinação dos recursos. Um exemplo paradigmático é a Lei Rouanet (de incentivo à cultura), já analisada em muitos estudos, dentre os quais tomamos o trecho a seguir, que explicita bem o significado dessa legislação nas políticas públicas:

Se a intenção inicial do governo ao instituir esse mecanismo de financiamento à cultura pautava-se no estabelecimento de uma política de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o desencadeamento desse modelo de intervenção acabou por atestar que o Estado (...) cumpriu apenas um papel de coadjuvante no processo de fomento à cultura, quer dizer, de mero repassador de verba pública para a decisão das empresas privadas, ao estabelecer suas bases em um sistema de dedução integral do imposto. (PITOMBO, 2006, pp. 11-12)

Isso dificulta ainda mais a possibilidade de realizar projetos mais participativos e democráticos, já que a captação de recursos não é tão fácil em propostas com pouco apelo midiático.

Há financiamentos diretos em políticas públicas de lazer, mas são direcionados à indústria do entretenimento e ao desenvolvimento do turismo, buscando principalmente a atração de turistas estrangeiros. Por fim, as outras ações diretas em políticas públicas são em áreas de extrema vulnerabilidade social, muitas vezes erigindo políticas “pobres para pobres”.

O MODELO PARTICIPATIVO

Começamos definindo o que significa o modelo participativo defendido na análise dos pesquisadores de políticas públicas de lazer. Nesse modelo, a relação entre Estado e governo e a sociedade civil está aberta a um constante aperfeiçoamento, baseado no diálogo entre representantes e num sistema amplo de participação, com o qual se procura desenvolver processos de autonomia que acrescentem, concreta e simbolicamente, indicadores de cidadania ativa. Como exemplo deste tipo de ação, podemos elencar aqui o orçamento participativo, as conferências setoriais, os sistemas para os direitos sociais que criaram espaços paritários de participação entre representantes de governo e da sociedade. Mas há duas críticas importantes a fazer quando observamos tais exemplos. Primeiro, que seria fundamental atuar sobre o sistema educativo, criando fóruns que promovessem uma cultura de não hierarquização dos direitos sociais, uma vez que o lazer, embora figure discursivamente como fundamental à vida humana, quando aparece como reivindicação, ganha contornos de algo supérfluo ou dispensável. Segundo, que a população tenha acesso efetivo a esses canais de participação, seja incentivada por processos que promovam sua formação política e técnica em torno dos temas debatidos, seja pela definição de horários e locais compatíveis das reuniões.

Outro ponto importante para uma gestão participativa é uma mudança estrutural do Estado, adotando-se procedimentos constitutivos da máquina em que deixasse de imperar o discurso de ineficiência e inoperância. Mas como fazer isso? Talvez esta seja a pergunta mais difícil de responder, frente aos constantes ataques promovidos pelo discurso neoliberal, incorporado ao senso comum como a suposta verdade de que tudo que é público é ruim. É necessário restabelecer o protagonismo da administração pública direta e combater o discurso do gerencialismo, segundo o qual o ser humano é peça da engrenagem e não um sujeito histórico, porque

a ideologia gerencialista reforça esse processo, legitimando uma representação do mundo que tende a transformar o humano em um recurso explorável ao mesmo título que os recursos financeiros, as tecnologias e as matérias-primas. Assistimos ao triunfo da racionalidade instrumental diante da razão, da inteligência comutativa – a do cálculo – sobre a inteligência compreensiva – que produz sentido” (GAULEJAC, 2007, p. 308).

Tomando algumas experiências em políticas públicas implementadas sob a lógica participativa, podemos apontar como seus principais eixos a articulação setorial e de saberes, a ampliação de abrangência, a diversificação da oferta e a descentralização participativa, diferente da descentralização neoliberal.

A articulação setorial deve acontecer entre setores da administração pública e também com as comunidades atendidas, bem como entre os saberes que compõem o fenômeno lazer. Aqui reside uma grande dificuldade, já que, como foi comentado anteriormente, o lazer, quando em diálogo com outros setores, costuma ser entendido como política não prioritária. O fenômeno é filtrado por um entendimento de senso comum que não permite que seja atendido em toda sua abrangência, ou seja, de que ele abarce processos de produção da cultura visual, artística, corporal, musical etc. Além disso, na administração setorializada há dificuldade de trabalhos conjuntos e compartilhados. Costa e Franco Amaral, ao estudar duas gestões de cidades do estado de São Paulo que tinham a intersectorialidade como modo de operar a gestão, constataram que vários programas que poderiam ser feitos em conjunto não o eram, e que a cultura de gestão centrava-se em pessoas, não no coletivo. Afirmam os autores que

Todos estes dados nos levaram a outra informação de extrema relevância para pensarmos em obstáculos à matricialidade, pois com uma fragmentação explícita nas gestões, decorre daí um outro problema, o da precária comunicação e cooperação intersecretarias. Isto configura um quadro no qual muitas secretarias (ou departamentos) não promovem ações que não estejam sob sua tutela. Parece que tal conjuntura denota uma incapacidade dos sujeitos de trabalharem coletivamente, descrevendo um singular jogo de vaidades e centralidades, o que pode tornar a gestão pública, e seus serviços, patrimônios particulares de alguns grupos e/ou pessoas. (COSTA; AMARAL, 2012, p. 217)

Contudo, não podemos esquecer que o estabelecimento de políticas públicas envolve disputas, que não é isento de tensões. No modelo participativo, isto é mais evidente, porque a gestão necessita acolher todas as opiniões, discutindo e buscando consensos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi constatado ao longo do artigo, os estudos sobre políticas públicas de lazer tiveram mais constância a partir da redemocratização do Brasil, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, quando o lazer passou a figurar como um direito social. As diferentes esferas de governo passaram

então a implementar políticas setoriais para o lazer, embora o tema seja abordado em diferentes áreas, quase sempre de forma pulverizada. Esse quadro procedimental permitiu a construção de uma agenda de pesquisa sobre políticas públicas de lazer no Brasil, motivada pelo interesse de diversos pesquisadores, mas também demandada pela criação da Rede Cedex.

Também foi possível perceber que dos primeiros estudos na década de 1990 decorreu a criação de diversos grupos de estudos que se debruçam especificamente sobre o tema, e que, além disso, há pesquisadores que em algum momento de sua carreira dedicaram esforços de pesquisa ao tema.

A análise dos pesquisadores enfocou gestões democráticas e populares, talvez pela necessidade de criar ferramentas para elaborar políticas distributivas, já que na América Latina o “Estado de bem-estar social” e o acesso aos direitos sociais não se concretizou como em alguns países da democracia europeia e no Canadá. Assim, hoje é fundamental que os grupos de pesquisa criem uma agenda para estudar as políticas públicas de lazer sob a égide neoliberal, pois dessa forma se poderá buscar um caminho alternativo ao cenário de destruição dos parques direitos adquiridos pelos brasileiros nestes mais de trinta anos de redemocratização.

Claro que, além de políticas públicas de lazer participativas, necessitamos erigir relações de cooperação, de compartilhamento e de comunhão – da “política do comum” –, pois só abrindo mão do eu que opera em detrimento do coletivo se poderá abrir caminho para a criação de outros modos de existência, pautados pela “razão do comum”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBRÓZIO, Aldo. *Empresariamento da Vida: discurso gerencialista e processos de subjetivação*. Tese (doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.
- DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In GRIMSON, Alejandro (org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004. pp. 195-216. Disponível em: http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf. Acesso em: 3 jun. 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRANCO AMARAL, Sílvia Cristina; COSTA, Eduardo Tadeu. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer. *Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, pp. 205-220, jan./mar. 2012.

- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, pp. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em: 3 jun. 2018.
- GAULEJAC, Vicent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- PINTO, Leila M. de Magalhães. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. *Motrivivência*, Florianópolis, ano X, n. 11, pp. 47-70, set. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/4986/20400>>. Acesso em 3 jun. 2018.
- PITOMBO, Mariella. Sintomas dos deslocamentos de poder na gestão do campo cultural no Brasil: uma leitura sobre as leis de incentivo à cultura. In PINHEIRO, Marco Túlio (org.). *Temas Contemporâneos*. Salvador: FIB, 2006. vol. 1, pp. 56-62.
- RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (org.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em Lazer, Esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta. *Motrivivência*, Florianópolis, ano X, n. 11, pp. 83-98, set. 1998.
- ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. *Motrivivência*, Florianópolis, ano X, n. 11, pp. 31-46, set. 1998.

ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA DO LAZER NA AMÉRICA LATINA: UM PANORAMA

Christianne Luce Gomes¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão panorâmica sobre os estudos do Lazer/Recreação e objetiva investigar as fragilidades e avanços desse campo no contexto latino-americano atual. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma investigação de abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e questionário, que foi respondido por catorze especialistas latino-americanos dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Optou-se por realizar uma pesquisa longitudinal que focalizasse as fragilidades e os avanços, que, segundo a bibliografia e as informações fornecidas pelos participantes da investigação, são consideradas relevantes no campo de estudos do lazer/recreação, tanto no que se refere aos seus países, como à região.

Palavras-chave: Lazer. Recreação. Estudos. América Latina.

Delinear um panorama dos estudos do Lazer na América Latina é uma tarefa pretensiosa e, de certa forma, impossível. Afinal, de acordo com o PNUD (2016), essa região engloba 42 países e territórios, distribuídos no continente e no Caribe. Mesmo que seja possível identificar características comuns entre eles, a região contempla realidades heterogêneas e uma expressiva diversidade cultural.

Num cenário de impossibilidades, a discussão panorâmica sobre os estudos do Lazer/Recreação² é aqui vislumbrada como uma possibilidade de contemplar alguns aspectos dessa temática. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar as fragilidades e avanços desse campo de estudos no contexto latino-americano atual.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma investigação de abordagem qualitativa (LAVILLE; DIONNE, 1999) que contou com uma pesquisa bibliográfica e um questionário, respondido por especialistas latino-americanos na área, tendo em vista ampliar o alcance da discussão.

1 Doutora em Educação com Pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Pesquisadora de Produtividade do CNPq e da FAPEMIG/PPM. Bolsista CAPES/Estágio Sênior na Universidade de Barcelona. Líder do Grupo de Pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação. E-mail: chris@ufmg.br.

2 Sempre que necessário, os termos lazer/recreação serão utilizados neste texto para designar o campo de estudos abarcado, o que não significa desconsiderar as possíveis diferenças conceituais entre essas duas palavras (GOMES, 2008, 2010, 2017).

Os critérios de seleção de voluntários para responder o questionário foram os seguintes:

- a) ser latino-americano;
- b) estar inserido profissionalmente no campo do lazer/recreação em seu país;
- c) ter participado de projetos e ações nesse campo de estudos e intervenções;
- d) ter proferido palestras e/ou publicado trabalhos sobre a temática;
- e) ter disponibilidade para responder o questionário no prazo preestabelecido;
- f) participar voluntariamente da pesquisa, aceitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi possível contar com a participação de voluntários de catorze países: Argentina (Silvana Suárez), Brasil (Ricardo Uvinha), Chile (Andrés Ried), Colômbia (Esperanza Osorio), Costa Rica (Carmen Grace Salazar), Cuba (Aldo Pérez Sánchez), Equador (Carmita Quizhpe), México (José Luis Cervantes), Paraguai (Graciela Jara), Peru (Oscar Colque), Porto Rico (Josue Giménez), República Dominicana (Rosmery Paulino), Uruguai (Ricardo Lema) e Venezuela (Alixon Reyes).

Esses especialistas possuem vínculos com alguma rede de investigação ou grupo de pesquisa sobre Recreação/Lazer. Considerando a qualificação acadêmica, todos realizaram mestrado. Três deles estão finalizando o doutorado e nove são doutores, entre os quais três já fizeram pós-doutorado. A alta qualificação desse grupo não condiz com a realidade de todos os estudiosos latino-americanos, pois, segundo García Guadilla (2010), aproximadamente um terço dos pesquisadores da região possui doutorado.

Considerando a bibliografia e as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa³, os resultados do trabalho investigativo serão apresentados a seguir.

FRAGILIDADES E AVANÇOS DOS ESTUDOS SOBRE LAZER/ RECREAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Geralmente, o ponto de partida para muitas intervenções recreativas no contexto latino-americano é situado no início do século XX, como parte das propostas concretizadas pela YMCA (sigla internacional, em inglês, da Associação Cristã de Moços – ACM) e pelo movimento Boy Scout. Outro aspecto relevante é a ênfase no empirismo e na técnica que, muitas vezes, caracteriza a recreação na América Latina como uma intervenção educativa (GOMES et al., 2009).

³ As respostas dos especialistas que, originalmente, estavam em espanhol, foram traduzidas neste artigo para o português, com exceção dos termos *recreación*, *ocio* e *tiempo libre*, que foram preservados conforme o registro feito nos questionários. Os relatos foram citados da seguinte maneira: (Sobrenome, país, 2018).

No que diz respeito à produção acadêmica, as sistematizações sobre o lazer (*leisure/ocio*) foram ampliadas em alguns países da região na década de 1970, mas continuam embrionárias em outros países, sobretudo naqueles situados no Caribe. Apesar da recente abertura do campo acadêmico latino-americano de língua espanhola aos estudos sobre o *ocio*, é importante esclarecer que a palavra mais difundida e legitimada nesse contexto continua sendo *recreación* (recreação/*recreation*). (GOMES, 2011, 2017).

Alguns autores latino-americanos consideram que as dificuldades e imprecisões conceituais em torno dos termos *recreación*, *ocio* e *tiempo libre* (OSORIO, 2009; SUÁREZ, 2009; RIED; LEIVA; ELIZALDE, 2009) precisam ser debatidas, repensadas e superadas. Nesta pesquisa, isso também foi considerado por alguns especialistas como algo problemático.

Fragilidades: a delimitação do objeto de estudo (...) muitas vezes, as abordagens se circunscrevem às atividades e jogos realizados, invisibilizando a complexidade do conceito. (Suárez, Argentina, 2018)

Debilidades: confusão por causa dos termos empregados (*recreación*, *ocio*, *esparcimiento*, *leisure*, lazer), sobretudo em espanhol. Não há consenso. (Salazar, Costa Rica, 2018)

Fragilidades: emprego das categorias *ocio*, *tiempo libre*, *recreación*, *animación*, *juego*, com diferentes significados às vezes na mesma fonte, o que confunde os pesquisadores principiantes. (Cervantes, México, 2018)

Uma das preocupações de Aguilar (2009, p. 307) é que as definições de *ocio*, *recreación* e *tiempo libre* continuam sendo utilizados de maneira indistinta. Esse problema foi também identificado por Noya Casas (2017) nas leis e planos de três dos quatro contextos nacionais/municipais latino-americanos por ela estudados, assim como nos entendimentos da maioria dos gestores entrevistados.

Na presente pesquisa, foi solicitado aos especialistas que explicitassem os conceitos de recreação e de lazer mais utilizados em seus países. Esse exercício evidenciou uma multiplicidade de visões, por vezes com sobreposições de categorias e imprecisões conceituais, o que é um desafio pendente para os pesquisadores da região. Mesmo que os autores adotem pontos de vista diferentes, é essencial identificar, reconhecer, legitimar e discutir as distintas abordagens e perspectivas de análise conceitual, elaboradas tanto nos países latino-americanos como em outros continentes, de forma contextualizada e crítica.

O uso descontextualizado de teorias produzidas em países que contrastam com as realidades latino-americanas foi salientado por vários especialistas.

As formas de *recreación* devem ser estudadas com uma ótica diferente da adotada pelos países industrializados. É necessária uma epistemologia própria, pois os autores são em sua maioria estrangeiros. (Osorio, Colômbia, 2018)

Existe pouca informação significativa que gere mudanças; ainda adotamos conceitos europeus, o que não é ruim, mas não é próprio de nossa identidade. (Colque, Peru, 2018)

[É importante] situar os estudos ancorados em nossas realidades e, a partir disso, interpelar conceitos eurocêntricos e colocá-los em tensão, para tentar (re) construí-los a partir de nossas experiências e saberes. (Suárez, Argentina, 2018)

O estudo do *tiempo libre* e da *recreación* na América Latina tem poucos anos e requer pesquisas que possam oferecer a oportunidade de analisar este fenômeno conforme a ótica da nossa região. (Quizhpe, Equador, 2018)

Pouca pesquisa empírica baseada no que as pessoas fazem, sentem, pensam e dizem a respeito do *ocio*, *tiempo libre* e *recreación*, a partir da qual se teorize; (...) Teorias importadas (“colonização teórica”), descontextualizadas. (Cervantes, México, 2018)

A preocupação contida nesses relatos diz respeito à necessidade de produzir conhecimentos sobre a recreação e o lazer que dialoguem com as particularidades históricas, socioeconômicas, políticas, culturais e étnico-raciais, entre outras, que são partilhadas pelos países e territórios da América Latina. Não se trata de desvalorizar o conhecimento produzido por autores dos países centrais, mas de assumir uma postura consistente e crítica diante dessa produção, sistematizando conhecimentos novos e contextualizados.

Outro especialista destacou a importância de os pesquisadores latino-americanos estabelecerem intercâmbios e parcerias propositivas com centros de pesquisa sobre o lazer em âmbito mundial:

(...) defendo a possibilidade de uma congregação de grupos de pesquisa latino-americanos, destacando a nossa tradição nos estudos do lazer numa relação propositiva, e não subserviente. (Uvinha, Brasil, 2018)

O intercâmbio com centros de pesquisa e pesquisadores de todo o mundo é fundamental para a construção de propostas inovadoras, baseadas em relações de reciprocidade, interdependência e solidariedade entre as partes envolvidas. Como explicam Ullrich e Carrion (2015), é imprescindível construir propostas de cooperação bilateral onde não haja imposição de ideias, postulados e práticas, e onde prevaleçam o respeito e valorização das particularidades locais. Num cenário de cooperação, os países envolvidos têm muito a ganhar, assim como os pesquisadores de diferentes disciplinas.

Outra fragilidade identificada pelos especialistas está relacionada com as tensões entre as áreas de Lazer/Recreação e de Educação Física:

(...) a *Recreación* continua sendo considerada como parte, como um apêndice, da Educação Física. (Salazar, Costa Rica, 2018)

A proliferação de agentes que operam no campo [recreativo] gerou, ao longo do tempo, uma sólida trama em que diversos atores operam e disputam um espaço. Isso gera tensões lógicas entre diferentes atores, mas principalmente com o profissional que historicamente foi associado a essas práticas, o professor de educação física. (Lema, Uruguai, 2018)

Embora haja avanços nas discussões no campo acadêmico/científico, ainda falta resolver a delimitação do campo de estudo. Isto se vincula à ideia mais tradicional dos estudos, associada à *Recreación* e ao campo da Educação Física/Esporte. (Suárez, Argentina, 2018)

Os estudos sobre *Recreación* se relacionam mais com a área da Educação Física, por isso eles se encontram nos programas de graduação das universidades que contam com carreiras de Educação Física e Ciências do Esporte. (Jara, Paraguai, 2018)

Em geral, os vínculos entre essas duas áreas são históricos na América Latina (GOMES, 2008; GOMES; MELO, 2003; GOMES; ELIZALDE, 2012). Nesse âmbito, em muitos países as políticas públicas de lazer/recreação têm como conteúdo cultural predominante o físico-esportivo, negligenciando outros conteúdos culturais (NOYA CASAS, 2017).

Esse tipo de dificuldade foi citado pelos especialistas:

O campo da *recreación* se mantém num lugar subalterno nas políticas públicas em relação ao esporte e à atividade física, o que compromete a destinação de recursos a ele. (Osorio, Colômbia, 2018)

Cada dia há menos recurso, por parte do ministério, para apoiar as atividades de *recreación* e esportes. (Paulino, República Dominicana, 2018)

O principal déficit hoje, em nosso país, é a ausência de uma política pública de desenvolvimento do campo em nível nacional. Há boas experiências em algumas prefeituras, mas o Estado nacional está ausente no campo. (Lema, Uruguai, 2018)

Uma política pública, de fato, é essencial para promover avanços no campo de estudos do Lazer/Recreação, inclusive no que diz respeito à pesquisa:

A criação do Plan Nacional de *Recreación* (primeira expressão histórica de política pública no campo da *recreación* na Venezuela) gerou possibilidades para o desenvolvimento exponencial da pesquisa, mas é uma situação que ainda não foi aproveitada pelo setor universitário e pela comunidade acadêmica. (Reyes, Venezuela, 2018)

De acordo com Núñez Jover (2010), a América Latina precisa de mais investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia, e de maiores aproximações com o mercado de trabalho, o que também foi sublinhado por Mollis (2010). A escassez de pesquisas e de análises qualitativas, de publicações e de eventos científicos consistentes foi amplamente ressaltada pelos especialistas latino-americanos:

A produção de conhecimento é incipiente quanto ao desenvolvimento de técnicas, ao desenvolvimento metodológico ou aos fundamentos teóricos que orientam a ação. (Lema, Uruguai, 2018)

(...) a pesquisa em lazer entre os países da América Latina ainda se realiza de forma pontual. (Uvinha, Brasil, 2018)

As principais fragilidades no país, dentro do campo de estudos da *Recreación*, residem na pouca pesquisa realizada nesse terreno e na sistematização da gestão de projetos recreativos, que abranja a maior população possível. (Jara, Paraguai, 2018)

(...) como fragilidade pode ser citado, principalmente, o campo da pesquisa e publicação de trabalhos sobre o tema de *recreación e ocio*. (Paulino, República Dominicana, 2018)

(...) ainda que tenham sido realizados certos esforços investigativos e o estado geral do trabalho realizado nos últimos anos possa ser caracterizado globalmente como de inquestionável crescimento quantitativo, não se logrou paralelamente a coerência e o enfoque integral e perspectivo que permitam elevar qualitativamente seu nível, utilização e eficácia. (Pérez, Cuba, 2018)

Falta de grupos e redes de pesquisa sobre *ocio, tiempo libre e recreación* (...). A pesquisa é incipiente; faltam eventos acadêmicos sobre esta temática que resgatem pesquisadores ou estudiosos desconhecidos; faltam traduções latino-americanas para outros idiomas. (Cervantes, México, 2018)

Debilidades: poucas pessoas pesquisam, ainda há poucos graduados em *Recreación*, a pesquisa só é fomentada e apoiada nas universidades (...), não se conta com uma revista especializada na profissão, há carência de políticas públicas em *recreación e recursos*. (Salazar, Costa Rica, 2018)

Em primeiro lugar, citaria a falta de revistas acadêmicas indexadas que acolham o pensamento e o desenvolvimento dos estudos de *ocio* realizados pela e na América Latina. Também considero como uma fragilidade o fato de não contar com um encontro científico regional que reúna a maioria dos pesquisadores do tema. (Ried, Chile, 2018)

Se por um lado o desenvolvimento acadêmico-científico dos estudos sobre Lazer/Recreação na América Latina apresenta fragilidades, por outro lado, vem sendo acompanhado de muitos avanços. De acordo com a avaliação de vários especialistas consultados nesta pesquisa, esse campo vem sendo continuamente qualificado:

A produção acadêmica sobre o lazer nos últimos anos tem obtido crescimento notável no volume de pesquisas e publicações. (Uvinha, Brasil, 2018)

Avanços: A existência de fóruns sobre *ocio e recreación*; pesquisadores responsáveis; artigos em revistas indexadas. (Paulino, República Dominicana, 2018)

Avanços/êxitos: as revistas que aceitam pesquisas ou artigos relacionados com a *Recreación* têm aumentado, a quantidade e a variedade de temas investigados têm sido incrementadas, a participação em congressos e a divulgação de estudos tem crescido. (Salazar, Costa Rica, 2018)

Nos últimos anos, notam-se avanços na sistematização de experiências e a divulgação dos êxitos nas pesquisas iniciais que vêm sendo realizadas em nosso campo, a partir de uma perspectiva transdisciplinar. (...) Um aspecto fundamental no processo de construção do campo tem sido a internacionalização dos espaços de discussão, compartilhando esses intercâmbios com países da região que assumem desafios similares. (Lema, Uruguai, 2018)

Há um impulso considerável na produção de conhecimento sobre esses campos no Brasil, Colômbia, Argentina, Venezuela (mais produções acadêmicas), México, entre outros, o que é captado pelas publicações que são encontradas na web. Os autores aumentam, assim como programas de capacitação e treinamento. (Cervantes, México, 2018)

Como foi anunciado no relato anterior, boa parte dessas conquistas está relacionada com a consolidação das propostas formativas em Lazer/Recreação na América Latina, como resposta à ampliação do interesse pelo tema.

O avanço mais significativo pode ser constatado no número crescente de pessoas interessadas em estudar o campo da *Recreación* em nível universitário. (Giménez, Porto Rico, 2018)

Avanços: Maior interesse sobre *ocio, tiempo libre e recreación*. (Cervantes, México, 2018)

Avanços: o objeto de estudo e as habilidades e competências relativas ao desempenho de um profissional que possa inserir-se neste âmbito é reconhecido pela sociedade, e existem diversas vias de formação. (Pérez, Cuba, 2018).

Países como México (Universidad YMCA) e Porto Rico (Universidad de Puerto Rico, campus Río Piedras) investem na formação universitária em *Recreación*, assim como o Brasil, que oferece um “Bacharelado em Lazer e Turismo” (USP).

A Especialização em Lazer (Diplomado en *Recreación*), em nível de pós-graduação, pode ser realizada no Brasil, México, Uruguai e Venezuela, entre outros países. Cursos técnicos também são ministrados, como ocorre, por exemplo, no Uruguai (Tecnatura en *Recreación*) e no Brasil, onde há várias opções ofertadas em diferentes estados (Amapá, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo).

Quanto ao mestrado na área de Lazer/Recreação, atualmente algumas propostas são concretizadas na Universidad del Comahue, Argentina; na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, que também oferece doutorado em Estudos do Lazer; na Universidad de Costa Rica; na ESPE, Equador; na Universidad Regional Miguel Hidalgo e na Universidad YMCA, ambas no México, e também na Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Venezuela.

Pode ser citado, também, o mestrado em Estudios Latinoamericanos de Ocio realizado em parceria por duas instituições mexicanas e uma colombiana (Instituto de Pensamiento y Cultura para América Latina, Centro Intradisciplinar para la Investigación del Ocio e Fundación Colombiana de Tiempo Libre y *Recreación*), bem como a recém-criada Maestría en Ocio, Turismo y *Recreación*, na modalidade semipresencial (Universidad Católica del Uruguay).

Nesse sentido,

Os avanços se percebem no impulso sério e sistemático de algumas universidades que conseguiram oferecer estudos de mestrado e doutorado em *Ocio e Recreación*. (Ried, Chile, 2018)

Acredito que no âmbito latino-americano o campo foi fortalecido pela consolidação de experiências formativas realizadas na universidade (graduação, mestrado e doutorado), a criação de grupos e centros de pesquisa, o surgimento de periódicos científicos para atender o campo. (...) Quanto aos avanços, temos o surgimento de linhas de pesquisa em *Recreación* e a criação de mestrados em *Recreación* no país, que fomentam o estudo no campo para que mais pessoas participem dos programas. (Reyes, Venezuela, 2018)

(...) houve avanços na mobilização em torno da oferta de programas de pós-graduação e processos organizacionais que ultrapassam fronteiras e mecanismos institucionais, que sem dúvida abrem as portas para fortalecer a construção do conhecimento próprio. (Osorio, Colômbia, 2018)

Avanços: A temática da *Recreación* foi inserida na agenda acadêmica como objeto de estudo que merece ser reconhecido e abordado no campo da formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação, como objeto de estudo no campo das Ciências Sociais e Humanas. (Suárez, Argentina, 2018)

Incremento na oferta de capacitação e formação em nível técnico superior (graduação, mestrado) em *Ocio, Tiempo Libre e Recreación*. (Cervantes, México, 2018)

A fundação do mestrado em *Recreación* na Universidade da Costa Rica e outras carreiras em outras universidades tem fortalecido a profissão. (Salazar, Costa Rica, 2018)

A concretização de propostas formativas no campo do Lazer/Recreação é, portanto, um avanço importante na região latino-americana. Cabe salientar, ainda, que essa temática é estudada em mestrados e doutorados de diversas áreas do conhecimento, e não apenas nas propostas formativas específicas citadas acima.

Como se trata de um objeto/campo de estudos multi e interdisciplinar, a produção de conhecimentos sobre o lazer requer ações colaborativas que possam ir além dos limites disciplinares, expandindo as fronteiras nacionais e também as fronteiras latino-americanas.

Gazzola (2008) esclarece que a produção intelectual se dá em rede, tanto de pessoas como de instituições e grupos. As redes de colaboração funcionam como um espaço de intercâmbio de conhecimentos, ideias, experiências, metodologias de ação e encaminhamentos político-pedagógicos entre pessoas e instituições inseridas em um determinado campo de estudos.

No que concerne ao desenvolvimento do campo de estudos do Lazer/Recreação, essa diretriz pode contribuir para superar as assimetrias entre os países que compõem a América Latina, entre os demais desafios que aqui foram tratados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mapear e discutir alguns aspectos que distinguem o campo de estudos do Lazer/Recreação na América Latina, este artigo procurou identificar as fragilidades e os avanços que, segundo a bibliografia e as informações fornecidas por especialistas de catorze países latino-americanos, são considerados relevantes na região.

Entre as fragilidades, podem ser mencionadas: a) as dificuldades e imprecisões conceituais em torno dos termos *recreación*, *ocio* e *tiempo libre*; b) o uso descontextualizado de teorias produzidas em países que contrastam com as realidades latino-americanas; c) as tensões entre Recreação/Lazer e Educação Física/Esporte no âmbito da formação e da intervenção profissional/política, e d) o incipiente desenvolvimento científico do campo de estudos do Lazer/Recreação, que é heterogêneo e assimétrico do ponto de vista regional.

Apesar dessas dificuldades, muitos avanços foram identificados, destacando-se: a) o contínuo desenvolvimento acadêmico-científico do Lazer/Recreação, b) a valorização da temática e o maior interesse por ela e c) a consolidação das propostas formativas em Lazer/Recreação na América Latina, do nível médio ao doutorado. Esses avanços podem ser potencializados por meio de uma maior articulação regional entre pesquisadores e instituições latino-americanas e de outros continentes, abertos a estabelecer parcerias baseadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade.

Concluindo, as fragilidades e os avanços no campo de estudos do Lazer/Recreação na região latino-americana apresentam muitos desafios. Para que esse processo continue sendo incrementado é essencial que pesquisadores, professores, estudantes e profissionais interessados na temática se comprometam, coletivamente, em superar esses desafios em prol de conquistas comuns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Lupe. El desarrollo de la formación y la investigación en la recreación y el tiempo libre en México. In GOMES, Christianne L. et al. (org.). *Lazer na América Latina / Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- GARCÍA GUADILLA, Carmen. Heterogeneidad y concentración en las dinámicas geopolíticas del conocimiento académico. Reflexiones y preguntas para el caso de América Latina. In _____; MOLLIS, Marcela; NÚÑEZ JOVER, Jorge. *Políticas de posgrado y conocimiento público en América Latina y el Caribe: Desafíos y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2010. pp. 135-164.
- GAZZOLA, Ana L. Cooperación universitaria: Internacionalización solidaria. *Educación Superior y Sociedad / Nueva Época*, ano 13, n. 1, pp. 125-136, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ess.iesalc.unesco.org/ve/ess3/index.php/ess/article/view/38/26>>. Acessado em: 26 fev. 2018.

- GOMES, Christianne L. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Polis - Revista de la Universidad Bolivariana*, Santiago do Chile, v. 9, n. 26, pp. 199-217, 2010. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682010000200010&script=sci_art-text>. Acessado em: 27 mar. 2018.
- _____. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. *Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer / UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, pp. 1-25, set. 2011. Disponível em <<http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>>. Acessado em: 27 mar. 2018.
- _____. Leisure in Latin America: A Conceptual Analysis. In SPRACKLEN, Karl et al. (eds.). *The Palgrave Handbook of Leisure Theory*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. pp.71-85.
- _____; ELIZALDE, Rodrigo. *Horizontes latino-americanos do lazer / Horizontes latinoamericanos del ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- _____; MELO, Victor A. Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 9, pp. 23-44, 2003.
- _____ et al. (org.). *Lazer na América Latina / Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MOLLIS, Marcela. Imágenes de posgrados: entre la academia, el mercado y la integración regional. In _____; NÚÑEZ JOVER, Jorge; GARCÍA GUADILLA, Carmen. *Políticas de posgrado y conocimiento público en América Latina y el Caribe: Desafíos y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2010. pp. 13-56.
- NOYA CASAS, Luciana C. *El derecho a la recreación/ocio en las políticas públicas de las capitales de los países andinos: Posibilidades y limitaciones para su concreción*. Dissertação (mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional / UFMG, 2017.
- NÚÑEZ JOVER, Jorge. Las políticas de posgrado, sus fundamentos conceptuales y la larga batalla contra el subdesarrollo. In _____; MOLLIS, Marcela; GARCÍA GUADILLA, Carmen. *Políticas de posgrado y conocimiento público en América Latina y el Caribe: Desafíos y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2010. pp. 57-134.
- OSORIO, Esperanza. La recreación en Colombia: Un campo en construcción. In GOMES, Christianne L. et al. (org.). *Lazer na América Latina / Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp. 217-389.

- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y Caribe: Progreso multidimensional – Bienestar más allá del ingreso*. Panamá: PNUD, 2016.
- RIED, Andrés; LEIVA, Roberto; ELIZALDE, Rodrigo. La recreación en Chile: Una mirada desde la actualidad y la precariedad. In GOMES, Christianne L. et al. (org.). *Lazer na América Latina / Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp. 181-216,
- SUÁREZ, Silvana. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: Aportes para resignificar el concepto. In GOMES, Christianne L. et al. (org.). *Lazer na América Latina / Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp. 41-65.
- ULLRICH, Danielle; CARRION, Rosinha. Gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento sul-sul à luz dos postulados e princípios da gestão social. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, pp. 657-669, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0657.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

HISTÓRIA DO USO DO TEMPO LIVRE: A EMERGÊNCIA DO LAZER (INGLATERRA, SÉCULO XVIII)¹

Victor Andrade de Melo²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir como se conformaram costumes e usos do tempo na Inglaterra do século XVIII tendo em conta que, no período, a estruturação das fábricas e a subsequente necessidade de facilitar a circulação de mercadorias transformaram a cidade no *locus* privilegiado de vivências sociais. À necessidade de forjar um conjunto de comportamentos considerados adequados para a consolidação do modelo de sociedade em construção, adentrou-se a reorganização dos tempos sociais, dando origem a um mais claro delineamento do tempo livre. Que relação se pode estabelecer entre essa nova dinâmica dos tempos sociais e as tensões relacionadas à construção de um novo *modus vivendi*? Como se estruturou um conceito moderno de lazer?

Palavras-chave: História do Lazer. Revolução Industrial. Inglaterra.

INTRODUÇÃO

A palavra *leisure* surgiu na Inglaterra do século XIV, com o sentido de “oportunidade de fazer algo”, derivada do francês medieval *leisour*, que, por sua vez, era originário do francês antigo *leisir*, que significava “ser permitido”. Sua origem era a palavra em latim *licere*, que significava “ser lícito”. O conceito moderno de lazer, contudo, somente começou a se sistematizar a partir do século XVIII.

No decorrer dessa centúria, a articulação entre o desenvolvimento de um novo modelo econômico, que tem como um dos parâmetros centrais o modo de produção fabril; uma nova organização política – o fim do absolutismo e a gestão da ideia de Estado-nação –; a melhor estruturação de um conjunto de posições acerca da vida em sociedade, decorrentes do iluminismo e do liberalismo, e a nova conformação social, com o delineamento de classes sociais, o crescimento do poder da burguesia e o surgimento da classe operária, configuraram um momento histórico marcado pela ruptura com o passado: “A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo” (KOSELLECK, 1999, p. 9).

1 Este artigo incorpora de forma resumida e atualizada algumas reflexões sobre o tema que tenho apresentado nos últimos anos.

2 Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho, com estudos de pós-doutorado em Estudos Culturais (UFRJ, 2004), História (UFF, 2010) e Educação (UFSC, 2016). É professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionando também no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

Eric Hobsbawm (2009) assim se refere ao conjunto de mudanças que marcou a transição do século XVIII ao XIX:

(...) foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo. (p. 16)

A estruturação das fábricas e a subsequente necessidade de facilitar a circulação de mercadorias transformaram a cidade no *locus* privilegiado de vivências sociais, sede das tensões que se estabeleceram na transição entre o antigo e o novo regime. À necessidade de forjar um conjunto de comportamentos considerados adequados para a consolidação do modelo de sociedade em construção, adentrou-se a reorganização dos tempos sociais. A artificialização/desnaturalização do tempo do trabalho, uma decorrência da industrialização, deu origem a um mais claro delineamento do tempo livre.

Que relação se pode estabelecer entre essa nova dinâmica dos tempos sociais e as tensões relacionadas à construção de um novo *modus vivendi*? Este artigo tem por objetivo discutir como se conformaram costumes e usos do tempo na Inglaterra do século XVIII, tendo em conta que aquele conjunto de mudanças foi fundamental na configuração do que podemos definir como conceito moderno de lazer, o novo formato da diversão delineado no cenário do conjunto de mudanças antes descrito, algo que teve larga propagação por outros países na esteira dos avanços da Revolução Industrial.

NOVOS COSTUMES

O Reino Unido foi, com efeito, o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazes e à urbanização sem precedentes que a revolução industrial produziu. (PORTER, 2001, p. 21)

Na Inglaterra do final do século XVII, depois de décadas de tensões, nas quais a questão religiosa foi central, o rei Jaime II (católico) foi deposto e substituído por Guilherme de Orange (protestante), casado com a filha do antigo monarca, Maria II, que assumiu o trono com seu marido (1688). Com a assinatura da Declaração de Direitos, aprovada no Parlamento, encerrou-se o absolutismo inglês.

No âmbito das autodenominadas Revoluções Inglesas, exponenciou-se a influência dos interesses fundiários e demarcaram-se as condições tanto para o delineamento de uma aristocracia diferenciada quanto para a emergência da *gentry*, um estrato social que adotou um estilo de vida que combinava o rural e o urbano. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se uma classe média que gozava de bom grau de liberdade para suas ações.

O contexto histórico da Inglaterra do século XVIII ajuda a entender por que foi por lá que surgiram as “matrizes da criação do mundo moderno”, relacionadas, inclusive, a uma elite intelectual que defendia liberdades civis, reformas sociais e inclusão social das classes médias (SOARES, 2007, p. 19). Nesse cenário, observa-se a gestação de estilos de sociabilidade relacionados à nova conformação do espaço urbano, ao fortalecimento de um mercado consumidor (que tem impactos nas práticas de entretenimento), à valorização da iniciativa e da propriedade privadas, do acúmulo de riquezas, da busca de instrução e conhecimento.

Alfabetizados, com maior formação escolar, com maior poder aquisitivo, os membros da classe média foram mesmo fundamentais no delineamento dos primórdios de uma indústria do entretenimento. Tendo-os como público-alvo, gestaram-se alternativas de diversão. Para os membros da aristocracia e da *gentry*, tais alternativas já existiam de forma clara. Para os populares, havia as feiras e festivais. Faltava algo mais especificamente relacionado ao estilo de vida desse estrato intermediário. Balneários e termas, cafés e cervejarias, espaços esportivos: a vida transfere-se cada vez mais para a esfera pública. Distendem-se, não sem polêmica, os costumes.

No decorrer do século XVIII, pode-se observar a diversificação do mercado de entretenimento. Lembra Roy Porter que a cidade inglesa, até então caracterizada pelas atividades comerciais, naquele momento tornou-se “cada vez mais um lugar de consumo e de diversão, onde os ricos podiam mostrar-se no teatro, ‘a águas’ nas estâncias termais, no baile e nas lojas elegantes das avenidas. Tinha nascido a cidade do lazer” (2001, p. 23).

Soares (2007) lembra que John Plumb, um dos historiadores pioneiros a se preocupar com os momentos de diversão, sugeriu que o entretenimento tornou-se uma indústria entre os anos 1750 e 1760, estabelecendo uma “relação direta entre a Revolução Industrial e o processo de expansão do consumo (aqui incluído o consumo relacionado ao lazer, à arte, à cultura e aos esportes), aspectos fundamentais para a emergência de uma sociedade capitalista-industrial” (p. 140).

Se a valorização do consumo é anterior, foi mesmo em função dos desdobramentos da Revolução Industrial que a ideia se consolidou, algo simples de entender se tivermos em conta o maior número de mercadorias disponível, a consequente possibilidade de barateamento de preços e o cenário de potencialização de trocas internacionais, aspectos diretamente ligados ao desenvolvimento científico: a tecnologia aperfeiçoa as condições de produção, mas também tem impactos significativos na nova dinâmica de diversão.

Isto é, o processo de transição da manufatura para uma indústria cada vez mais mecanizada e pesada não só tem relação com as mudanças econômicas, como também com o forjar de novos hábitos culturais, com a gestação de um forte mercado interno e com a busca de produtos cada vez mais refinados, ou que pelo menos expressassem o refinamento possível para cada estrato social.

No novo “teatro público”, o uso de certos produtos e a frequência em determinados espaços passam a funcionar como elementos de status e distinção, marcando as diferenças sociais e mesmo estabelecendo horizontes de possibilidades para os que sonhavam com outra vida. Mudava também o perfil do público, impelido a ter comportamentos controlados, e o modo de organização das atividades, crescentemente profissionalizadas.

Não devemos, contudo, negligenciar a influência do puritanismo nas classes médias em ascensão, um processo que fora se fortalecendo no decorrer dos séculos XVI e XVII, marcando a própria constituição da burguesia. Essa constatação é, aliás, o ponto de partida de Max Weber em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (lançado em 1904/1905 e relançado em 1920): “o caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão de obra qualificada” (2004, p. 29).

Weber não deixou passar despercebido o impacto do puritanismo na construção de uma ideia racional de diversão. O autor recorda que a Reforma Protestante não se dera em função do excesso de controle religioso dos católicos, antes o contrário, de sua insuficiência. Nesse sentido, entende-se o porquê das estratégias de regulamentação de todos os aspectos da vida, entre os quais as práticas de entretenimento.

Por que as classes médias teriam, a princípio, aderido a esses pressupostos com tanto fervor? Para os emergentes era interessante a ética proposta pelo pensamento puritano, o trabalho visto como um dever, ganhar dinheiro como uma obrigação:

Ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão completamente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensado tão exclusivamente como um fim em si mesmo, que, em comparação com a “felicidade” do indivíduo ou sua “utilidade”, aparece em todo caso como inteiramente transcendente e simplesmente irracional. (WEBER, 2004, p. 46)

A ascese se instituiu como padrão dessa nova ética em construção, não só no que se refere a combater comportamentos que desvirtuassem o que deveria ser o objetivo central da vida (a profissão e os benefícios financeiros daí advindos), como também o próprio uso “inadequado” do capital acumulado.

O puritanismo, todavia, não combatia qualquer forma de diversão, mas sim aquelas, tanto das classes mais altas quanto das camadas populares, que, de acordo com seu olhar, desviassem os indivíduos do que devia ser sua devoção. Mesmo que propugnando a centralidade do trabalho, ressaltava-se a necessidade de momentos de descanso, desde que não interferissem na obrigação – a menos que servissem para potencializá-la –, nem contradissem a moral que justificava a sua reificação.

Essa forma de pensar, curiosamente, se contrapunha a uma das dimensões marcantes do século XVIII, a já citada valorização do consumo, que, para os puritanos, só deveria ser aceito se estivesse relacionado a posses absolutamente necessárias. Com isso, estimulou o enriquecimento, tornando-o legítimo, desde que fosse fruto de uma vida devotada ao trabalho.

Resultado: trabalha-se muito, ganha-se muito, gasta-se pouco – acumula-se capital, fundamental para tocar as grandes iniciativas empresariais que logo estariam em curso. Em um contexto em que eram favoráveis as condições econômicas e culturais para que o capitalismo pudesse se desenvolver, não é surpresa que a Inglaterra tenha sido o país da Revolução Industrial.

Como se coadunavam a ascese puritana com o consumo potencializado pelas novas iniciativas comerciais? Como bem lembra Hobsbawm (1996), “a moral da abstinência, moderação e contenção entrava dramaticamente em conflito com a realidade do sucesso burguês” (p. 329). Na verdade, “esses ideais de vida puritanos fraquejaram diante da duríssima prova de resistência a que os submetem as ‘tentações’ da riqueza, suas velhas conhecidas” (WEBER, 2004, p. 158). De qualquer forma, mesmo que paulatinamente abandonada pelas classes médias, a noção de ascetismo ainda poderia ter utilidade como estratégia de controle da massa de trabalhadores, sem que se possa dizer que houve sucesso total nessa iniciativa.

Na verdade, no século XVIII, a princípio, a influência religiosa não era generalizada para o conjunto da população. Os mecanismos de coerção só se desenvolveriam mais adequadamente no decorrer da centúria em curso e na seguinte. A própria *gentry*, desejando algum apoio/reconhecimento popular, preocupada em não permitir o crescimento da influência do poder religioso, não só adotava uma postura de permissividade, como chegava diretamente a apoiar algumas das atividades populares.

Essa postura tinha, entretanto, limites: o momento em que se percebia que essas manifestações geravam alguma forma de organicidade popular que punha em risco os projetos das elites. De fato, mesmo que houvesse alguns espaços de contato, observa-se um claro distanciamento entre ricos e pobres.

Enquanto as pessoas civilizadas reservavam diversos locais para seu uso próprio, tais como cortes, assembleias, óperas, bailes etc., as pessoas do vulgo, fazendo círculo em volta de uma praça real chamada Cercado dos Combates de Ursos de sua Majestade, tiveram sempre por quinhão os bailes, as feiras, as pândegas (...). Bem longe de se verem, uns aos outros, como “irmãos”, na linguagem cristã, dificilmente se consideravam da mesma espécie. (FIELDING apud THOMPSON, 2001, p. 218)

De qualquer forma, estavam semeadas as condições para que se gestasse uma solidariedade popular que teria grande impacto na constituição definitiva de uma economia mercantil e industrializada. A classe operária vai forjar-se a partir de uma série de experiências culturais em comum.

NOVOS USOS DO TEMPO

O século XVIII inglês foi marcado pela convivência (quase nunca pacífica) entre os primeiros momentos de uma economia renovada sustentada na ideia de mercado e um *modus vivendi* ainda tradicional.

A princípio foi “doméstico” o modelo de produção: antigos artesãos ou camponeses no tempo entre as colheitas trabalhando em sua própria residência, com seus próprios recursos, manipulando a matéria-prima que compravam de mercadores, estes também responsáveis por distribuir o produto final. Logo, entretanto, o tear manual foi sendo substituído pelo tear a vapor. A manufatura transformou-se na fábrica; a fábrica, na indústria. Foi um processo paulatino, em certa medida mais lento do que a burguesia esperava.

Thompson sugere, inclusive, que o uso do termo *lazer* (no seu sentido moderno) é ainda inadequado para alguns momentos do século XVIII já que “persistiam a pequena lavoura e a economia doméstica, bem como, em grandes áreas da indústria manufatureira, a organização do trabalho era tão variada e irregular que é ilusório traçar uma distinção nítida entre trabalho e lazer” (1998a, p. 52).

De toda maneira, conforme o novo modelo de produção foi se consolidando, observa-se uma maior diferenciação dos tempos sociais. Paulatinamente, o ritmo da fábrica passou a regular a vida cotidiana, delineando um tempo livre em horário definido, possível porque a classe operária teve sucesso em algumas de suas reivindicações, entre as quais a regulação da jornada diária e semanal (a semana inglesa). Aos poucos, os tempos mais flexíveis (do ritual, da natureza, do artesanato) foram sendo substituídos pelo tempo da produção racionalizada.

As tensões se exponenciaram nesse processo. Não foi fácil a adequação ao novo modelo de trabalho, não foram poucos os conflitos. O caso da santa segunda-feira parece ser, nesse sentido, luminar. Apesar dos ataques que sofreu, “perpetuou-se na Inglaterra até o século XIX – e, na verdade, até o século XX – por complexas razões econômicas e sociais” (ibidem, p. 283). Ainda tardaria a se generalizar a jornada diária capitalista. As festas e feiras eram utilizadas como forma de negativa aos intuitos de coerção. As fugas e pequenas atividades diárias de diversão, como as idas às tabernas, também.

Foi nesse cenário que se desencadearam as disputas pela redução e regulamentação do tempo de trabalho. Uma articulação entre o eco das reivindicações dos trabalhadores, posições de intelectuais que repercutiam tais proposições e mesmo compreensões econômicas (vislumbrando o aumento de ganhos pela potencialização da força do trabalhador) foi tornando mais comum a aceitação de que devia-se limitar a jornada diária, oficializar os feriados, estabelecer dias livres aos fins de semana, reconhecer os direitos trabalhistas reivindicados.

Foram entabuladas ações de controle que iam desde a melhoria da eficiência da atuação judicial/policial à criação de “organizações humanitárias” destinadas a “amenizar” as diferenças. Fundamentalmente buscava-se

umentar o rigor das normas sociais. Tratava-se de manipular e reformular códigos culturais no intento de promover comportamentos considerados adequados para não pôr em risco o *establishment*. Os divertimentos populares foram um dos alvos prioritários dessas ações:

As diversões dos pobres foram alvo de uma forte oposição religiosa e legal, e até mesmo as mais inócuas foram consideradas impróprias. A Sociedade pela Supressão do Vício estendeu sua esfera de ação para as “cervejas de 2 penies, bazares de pão de gengibre e quadros obscenos”. Os banhistas nus eram perseguidos como se fossem criminosos sujeitos às carretas de condenados e à guilhotina (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 293).

As autoridades cada vez mais passaram a se preocupar com “as tabernas, feiras e quaisquer grandes concentrações de gente – fonte de ociosidade, rixas, sedição ou contágio” (ibidem, 1987, v. 1, p. 60). Eram encaradas como potencialmente perigosas por serem consideradas perturbadoras da ordem, porque se opunham à lógica do trabalho extenuado, porque estavam relacionadas a antigos estilos de vida que precisavam ser combatidos: “O processo de industrialização precisava impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível” (ibidem, v. 2, p. 29).

Além disso, era no tempo/espço dos divertimentos que se congregavam os indivíduos que sofriam com as mesmas contradições e problemas. Se era o mundo do trabalho, da forma como estava sendo concebido pelo modelo de produção industrial, que incomodava, era no mundo do não trabalho que se tinha a oportunidade de refletir mais profundamente sobre as consequências das mudanças. Nas tabernas, feiras e festas populares, os contestadores se reuniam para articular suas ações:

(...) sabemos que as seções nem sempre se encontravam aos domingos em casas particulares: muitas seções, nos bairros mais pobres, eram expulsas de taberna para taberna. E o relato de W. H. Reid sobre as reuniões do clube no final dos anos 1790 – com “canções onde o clero era tema constante de insultos, cachimbos e tabaco, as mesas forradas com publicações de 1, 2, 3 penies” – parece tão plausível (...). (Ibidem, v. 1, p. 171)

Como estratégias de controle, mais do que a ação jurídica e policial, havia ainda as iniciativas de cunho religioso, marcadas pela propagação de “um protestantismo beato, rígido, farisaico, sem intelectualismo, obcecado com a moralidade puritana a ponto de tornar a hipocrisia sua companheira automática” (HOBSBAWM, 2009, p. 263). O metodismo ampliou significativamente sua influência no operariado nascente, buscando imprimir uma lógica de vida ascética, na qual se destacava a utilização da noção de pecado como ferramenta. Tratava-se de disciplinar o trabalhador levando a coerção para o interior de cada indivíduo.

Os metodistas muito se empenharam no combate aos divertimentos populares; afinal, se a obrigação era considerada uma virtude suprema, o ócio deveria ser substituído pela prece e oração:

O metodismo incluiu entre suas proibições os jogos de cartas, as roupas coloridas, os ornamentos pessoais e o teatro. Escreveram-se opúsculos contra as danças e as canções “profanas”. Consideravam-se profundamente suspeitas as artes e a literatura que não tivessem motivações devocionais. O terrível *Sabbath* vitoriano começou a estender sua opressão antes mesmo do nascimento da Rainha Vitória. (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 300)

Como bem define Thompson, “as pressões em favor da disciplina e da ordem partiam das fábricas, por um lado, e das escolas dominicais, por outro, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta” (ibidem, p. 292).

Curiosamente, entre lideranças sindicais também houve iniciativas de controle das práticas de diversão. A exemplo do que se podia observar no comportamento das elites, percebe-se naquele grupo uma “clara reação das pessoas instruídas em relação aos divertimentos tradicionais do povo” (idem, 2002, p. 28). Desenvolveu-se uma tradição que propugnava a ideia de que a cultura era um privilégio de poucos, de uma vanguarda que deveria conduzir a organização da maioria, que supostamente não teria condições de escolher seus caminhos em meio a uma sociedade turbulenta.

Nesse âmbito podemos situar a oferta de um conjunto de atividades no que se denominou “recreação” ou “recreação racional”, as primeiras excursões de trabalhadores organizadas por Thomas Cook, o próprio redimensionamento da escola. Não raro, os “divertimentos adequados” que se ofereciam eram simples apropriação de antigas práticas populares proibidas reconfiguradas. Higienizadas, não seria equivocado dizer. Um bom exemplo foram as iniciativas contrárias às “práticas bárbaras” (touradas, lutas de animais etc.) e a simultânea configuração do esporte em seu sentido moderno, manifestação cultural que logo dialogaria com as ideias de saúde e compleição muscular.

Paralelamente, fortaleceu-se um mercado de entretenimento que, além de garantir lucros diretos aos empresários envolvidos, reforçava a continuidade da manipulação de códigos culturais de acordo com os interesses do *status quo*. Começava a delinear-se aquilo que Guy Debord (1997) define como centralidade da articulação espetáculo-consumo na conformação dos rumos sociais.

Há que se ter em conta que, mesmo com enormes restrições, e certamente com transformações, verifica-se a manutenção de antigos estilos de vida. Os momentos de diversão eram, nesse sentido, e não obviamente de um ponto de vista institucional, uma forma de resistência. No cotidiano se estabeleciam importantes estratégias de luta, muitas vezes manifestas como desordem, deficiência, indisciplina.

Na transição dos séculos e nas primeiras décadas do XIX, identifica-se algo aparentemente paradoxal: “uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde” (THOMPSON, 1998c, p. 19). O “costume” era elemento fundamental no enfrentamento à implementação da nova disciplina fabril, às interferências nos comportamentos, inclusive no que tange às dinâmicas de diversão.

Se houve algo que contribuiu para a mudança de hábitos, centralmente não foi o combate moral, não foi a ação religiosa direta, tampouco as intervenções policiais, e sim os próprios desdobramentos da consolidação do capitalismo. A industrialização não só aumentou a miséria, como reduziu o tempo e o espaço de diversão.

Havia uma compreensão de que a pobreza era fundamental para manter o trabalhador ativo. O raciocínio era: se ele tiver muito dinheiro, trabalha menos e preenche o tempo livre com futilidades. Mais ainda, em uma dinâmica social em que a demonstração exterior de capacidade de consumo se apresentava como elemento de poder, não ter como pagar o que exibir era um importante indicador de inferioridade.

Os desdobramentos desse processo se tornam mais claros no decorrer do século XIX. Isso seria tema para outro artigo.

CONCLUSÃO

O conjunto de ocorrências discutido neste artigo foi primordial na conformação do que podemos definir como conceito moderno de lazer (ou a diversão em seu sentido moderno). No decorrer dos séculos XIX e XX, os desdobramentos desse processo foram marcados pelo aumento do caráter público dos divertimentos; aperfeiçoamento das estratégias comerciais ao seu redor; maior difusão da nova organização dos tempos sociais; aumento das tensões entre classes sociais no âmbito da diversão, bem como seu uso para estratégias de autoformação. Vale considerar que aquilo que ocorreu na Inglaterra do século XVIII teve grande influência mundial, espalhando-se para um número cada vez maior de países na esteira do protagonismo britânico no que tange à Revolução Industrial.

Ao observarmos tais fatos, parece possível afirmar que, no processo de consolidação do capitalismo, o controle do tempo do não trabalho foi compreendido como uma dimensão fundamental para garantir o “progresso”. Frente às iniciativas de controle, o tempo/espaço dos divertimentos foi também uma esfera de tensão e resistência. Não parece absurdo dizer que um dos grandes fóruns de luta para a consecução do ideário capitalista foi mesmo o âmbito do lazer.

Se a manufatura e as novas ordenações temporais decorrentes gestaram o que hoje chamamos de lazer, o novo formato da diversão no âmbito de uma sociedade marcada pela artificialização/desnaturalização dos tempos sociais, esse novo fenômeno histórico (moderno) também foi um dos responsáveis por gerar a indústria da forma como hoje a concebemos: trabalho e diversão, indústria e lazer se gestaram mutuamente.

Assim sendo, se é um equívoco pensar o lazer somente como um subtrato do trabalho, o oposto é igualmente equivocados: abandonar a questão do trabalho na análise da importância do lazer. É fundamental tentar captar a complexidade social e histórica em que ambos se inserem.

O que haveria de contemporâneo nesse debate? Mesmo que estejamos em uma sociedade pós-industrial, boa parte das tensões que marcaram aquele cenário permanecem, ainda que com outras conformações. Num de seus mais célebres textos, Thompson afirma: “estamos agora num ponto em que os sociólogos passaram a discutir o problema do lazer. E uma parte do problema é: como o lazer se tornou um problema?” (1998b, p. 302). Certamente algumas respostas a essa questão podem ser encontradas na história, desde que sejam bem entabulados os esforços de investigação.

Vale concluir este artigo com uma reflexão de Thompson, ainda que pareça utópica. Ao comentar a dinâmica de tempo controlado, supondo que pode chegar o dia em que a automação possa gerar mais tempo de lazer (algo que lamentavelmente não temos observado), o autor sugere que a questão central passa a ser “como empregar esse tempo” e discutir como a indústria de entretenimento se apropriará disso. Nesse sentido, teríamos que reaprender as “artes de viver” perdidas com a Revolução Industrial, o que acabou por gerar uma enorme separação entre trabalho e vida (quando não a construção de uma representação de que o trabalho é a vida). Assim:

Se as pessoas vão ter de satisfazer ao mesmo tempo as exigências de uma indústria automatizada altamente sincronizada e de áreas muito ampliadas de “tempo livre”, devem de algum modo combinar numa nova síntese elementos do velho e do novo, descobrindo um imaginário que não se baseie nas estações, nem no mercado, mas nas necessidades humanas. A pontualidade no horário de trabalho expressaria respeito pelos colegas. E passar o tempo à toa seria comportamento culturalmente aceito. (Ibidem, p. 303)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A era das revoluções*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editorj, 1999.
- PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer. In CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001. pp. 19-58.
- SOARES, Luiz Carlos. *A Albion revisitada*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Patrícios e plebeus. In _____. *Costumes em comum*. São Paulo:

- Companhia das Letras, 1998 (a). pp. 25-85.
- _____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (b). pp. 267-304.
- _____. Introdução: costume e cultura. In _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (c). pp. 13-24.
- _____. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 203-226.
- _____. Educação e experiência. In _____. *Os românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 11-48.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TRABALHO, TEMPO LIVRE E CONSUMO SOB O MANTO DA RACIONALIDADE DO CAPITAL

Valquíria Padilha¹

RESUMO

Neste ensaio, analiso a teia que se forma, no capitalismo, entre trabalho, tempo livre e consumo. Reforço a tese de que não é possível haver um tempo verdadeiramente livre sob a lógica do capital, pois o consumo de bens e serviços prevalece dominante no tempo disponível. Quando a organização do trabalho rouba a autonomia e a liberdade dos trabalhadores, o tempo de não trabalho não pode ter o êxito de fruição que se projeta nele. O tempo *verdadeiramente* livre seria aquele que se organiza e se concretiza em prol da emancipação humana. Uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita seu livre desenvolvimento sem que eles tenham que sacrificar a própria vida em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Somente haverá um tempo *verdadeiramente* livre quando o tempo de trabalho não for mais heterônomo e não mais estiver a serviço dos interesses de lucratividade do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Tempo livre. Consumo. Capitalismo. Emancipação humana.

Que bom seria poder depositar a alma, à entrada, no cartão de ponto, e retomá-la intacta à saída! Mas é o contrário que se dá.

Ela vai com a gente para a fábrica, onde sofre; de noite este esgotamento como que a anulou, e as horas de lazer são inúteis.

A história da filósofa francesa Simone Weil, que assina essa epígrafe, é incrível. No começo do século XX, deixou as salas de aula e os cursos de filosofia que ministrava a trabalhadores para experienciar o trabalho como operária numa fábrica de automóveis e viver, na pele e na alma, a opressão que ela só conhecia por meio de seus livros marxistas. Morreu aos 34 anos, doente e exausta. Deixou diários preciosos relatando esse mergulho na vida de opressão de quem labora sob o padrão de produção taylorista-fordista. Numa

¹ Socióloga. Professora doutora no departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Téluq/UQAM (Montreal, Canadá). Possui doutorado em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia e especialização em Lazer, todos pela Unicamp, e graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp). Autora de *Shopping center: a catedral das mercadorias* (Boitempo, 2006) e de *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* (Alínea, 2000). Organizadora de *Dialética do lazer* (Cortez, 2006) e *Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management* (Ideias & Letras, 2015). E-mail: valpadilha@usp.br.

passagem sobre a racionalidade taylorista, Weil afirmou: “A classe operária sofre por estar sujeita à vontade arbitrária dos quadros dirigentes da sociedade, que *lhe impõem, fora da fábrica, seu padrão de existência* e, dentro das fábricas, suas condições de trabalho”. (WEIL, 1996, p. 138, grifo meu). Mais adiante, reafirma que a exploração da classe operária pode ir além dos muros da fábrica, “ocupando as vinte e quatro horas do dia” (ibidem).

Aqui interessa pensar como ela nos possibilita juntar trabalho e tempo livre sob o manto da racionalidade do capital. Por isso começo este texto resgatando suas reflexões para reafirmar a tese que defendi há vinte anos (PADILHA, 2000) de que a lógica que oprime no tempo de trabalho não deixa de atuar e oprimir quando se está no tempo de não trabalho. O corpo-mente esgotado no trabalho não consegue se recuperar plenamente nos momentos fora da fábrica, chamados de “tempo livre”. Livre de quê? O que há no tempo de trabalho de que a pessoa se libertaria no tempo de não trabalho? É possível afirmar que o tempo livre pode existir independente da forma pela qual se realiza o trabalho? Reafirmamos que não. Karl Marx, Simone Weil, Theodor Adorno e Istvan Mészáros são algumas das referências teóricas que uso para construir a tese de que tempo de trabalho e tempo livre estão profundamente ligados no capitalismo, de forma que somente com a superação da alienação no trabalho pode-se garantir a verdadeira liberdade no tempo livre. Meu foco, neste ensaio, é a emancipação humana, único caminho que permitiria viver tempos *verdadeiramente* livres, ou seja, tempos vividos com e para a coletividade, para além dos mecanismos de valorização e acumulação do capital, tempos de *liberdade*².

Lembro que entendo emancipação como sendo

o processo de libertação dos homens em relação ao seu estado de sujeição ao sistema e aos imperativos econômicos oriundos do modo de produção. Uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita o livre desenvolvimento dos mesmos sem que eles tenham que sacrificar as próprias vidas em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Na verdade, homens emancipados são aqueles capazes de identificar os seus próprios interesses e alcançá-los, articulando atividades individuais com necessidades sociais. Uma sociedade emancipada, pode-se dizer, é uma sociedade tornada efetivamente humana e social. (PADILHA, 2000, pp. 16-17)

Marx fala da “emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos” e do humano como o “lugar que o sensível ocupa”, como a arte, por exemplo. A “humanização dos sentidos é um processo intrinsecamente social” (MÉSZÁROS, 2016, pp. 183-184).

² No marxismo, a liberdade é “a realização do propósito do próprio ser humano: *a autorrealização no exercício autodeterminado e exteriormente desimpedido das capacidades humanas*. Como autodeterminação, o fundamento desse livre exercício das capacidades do ser humano não é um ‘imperativo categórico’ abstrato que permanece *exterior* ao ser humano real, mas uma necessidade positiva realmente existente de trabalho *humano* autorrealizador”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 170, grifos do autor.)

A racionalidade neoliberal só retarda esse projeto, na medida em que é “um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas” com a finalidade de expandir a “racionalidade do mercado para toda a existência por meio da generalização da forma-empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 26-27).

Dentro das fábricas, o capital impõe suas condições duras de trabalho; fora da fábrica, impõe “seu padrão de existência”. Weil (1996) se referia à fábrica e aos operários porque eram o *locus* e os sujeitos que analisava mais de perto. Mas, obviamente, não devemos pensar apenas no espaço fabril e nos operários, se quisermos questionar, de forma ampla, o alcance do capital dentro e fora do trabalho. Podemos falar de organizações, no geral, e de diferentes tipos de trabalhadores (assalariados e autônomos, subalternos e chefes, trabalhadores braçais e intelectuais, urbanos e rurais). A coisificação do mundo do trabalho atravessa os muros (reais ou virtuais) das organizações e reifica o tempo de descanso, de lazer, de estudo ou de consumo. “No mundo da fragmentação capitalista”, “necessidade e fruição” adquirem uma nova “natureza egoísta” (MÉSZÁROS, 2016, p. 185). Pessoas são transformadas em coisas; trabalham como meros recursos das empresas ou clientes e são levadas pelo sistema ao desejo de comprar, alimentando a ilusão de que na esfera do consumo serão livres. A cadência acelerada no trabalho “impede o livre curso da reflexão e até do devaneio” (WEIL, 1996, p. 79); enquanto, fora do trabalho, as seduções da sociedade de consumo preenchem a mente e a alma com mercadorias, marcas, valores e pílulas de felicidade que tampouco permitem a existência dos “vazios” necessários para a fruição do pensar. “A sociedade capitalista empobreceu as relações sociais e nos afastou das possibilidades de emancipação humana quando nos reduziu a *vendedores precários de força de trabalho* para podermos atuar como *consumidores manipulados* de bens, lazeres e serviços prontos” (PADILHA, 2018, p. 15). Soma-se a isso que a racionalidade neoliberal, nos termos de Dardot e Laval (2016), transforma a sociedade, remodela a subjetividade e prescreve como devemos nos comportar e nos relacionar com os outros.

Dufour (2005, p. 25) elenca os sintomas do neoliberalismo dos tempos atuais:

(...) o desenvolvimento do individualismo, a diminuição do papel do Estado, a supremacia progressiva da mercadoria em relação a qualquer outra consideração, o reinado do dinheiro, a sucessiva transformação da cultura, a massificação dos modos de vida combinando com a individualização e a exibição das aparências, o achatamento da história na imediatez dos acontecimentos e na instantaneidade informacional, o importante lugar ocupado pelas tecnologias muito poderosas e com frequência incontroladas, a ampliação da duração de vida e a demanda insaciável de plena saúde perpétua, a desinstitucionalização da família, as interrogações múltiplas sobre a identidade sexual, as interrogações sobre a identidade humana, (...) a evitação do conflito e a desafetação progressiva em relação ao político, a transformação do direito em um juridismo procedimental, a publicização do espaço privado (...), a privatização do domínio público (...)

Em que consiste o “padrão de existência” do capital, do qual falou Weil? Atualizando o conceito, é possível pensar que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista é o neoliberalismo, ou seja, que a racionalidade neoliberal se transformou no “padrão de existência” do capital em todas as esferas da vida. Trata-se da “subjetivação contábil e financeira” que produz “uma relação do sujeito individual com ele mesmo (...) homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um ‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Importante frisar que o lugar de onde penso está embrenhado no marxismo, de forma não ortodoxa. Exercito o pensamento que não se contenta com a aparência dos fenômenos, buscando “acariciar a história a contrape-lo”, como sugeriu Benjamin (1994). A sociologia crítica/marxista não toma o consenso como certo ou como finalidade, mas, pelo contrário, considera os conflitos como inerentes à vida social e busca analisar os fenômenos dialeticamente, ponderando as contradições da continuidade e descontinuidade. Do marxismo aprendo a conhecer o capitalismo por dentro, seus alcances e limites, de forma a não o considerar natural e eterno, sabendo que a crítica precisa carregar consigo a força do movimento e não do imobilismo. Eis um enorme desafio.

OS ALCANCES DO CAPITAL NO TRABALHO

Não é possível ser explorado/alienado no tempo de trabalho e, ao mesmo tempo, ser livre/emancipado no tempo de não trabalho, pois ambos os tempos fazem parte de uma mesma teia de *estranhamento* regida pela lógica do capital (PADILHA, 2000; 2018; MÉSZÁROS, 2016)³. Quando o trabalho não é um fim em si mesmo (pois realiza necessidades exteriores, como as do capital) e o trabalhador é mera mercadoria, seu tempo fora do trabalho só pode ser também um tempo para o lazer-mercadoria. O capitalismo transforma os homens em “mercadoria humana”: no trabalho, são “produtores de mercadorias”, fora dele, buscam autoafirmação como “consumidores de mercadorias” (MÉSZÁROS, 2016, p. 168). Se o trabalho não é livre, por que o tempo fora dele seria? Por mais que eu reconheça que o tempo livre tenha a sua importância compensatória como descanso e recuperação de energia, é preciso ir

³ Estranhamento e alienação são duas faces da mesma moeda, para Marx. Infelizmente, não há espaço para explicar *comme il faut* esses conceitos importantes e complicados. O conceito de alienação “abrange as manifestações de estranhamento do homem da *natureza* e de *si mesmo*, por um lado, e as expressões desse processo na relação *ser humano-gênero humano* e *ser humano*, por outro” (MÉSZÁROS, 2016, p. 21, grifos do autor). O capitalismo, a divisão do trabalho e a propriedade privada fundam a exteriorização do trabalho e o estranhamento. “Na medida em que o trabalho estranhado rebaixa a atividade humana a mero *meio* de subsistência, a própria vida humana transforma-se em *meio* de efetivação da atividade estranhada”. (RANIERI, 2001, p. 62, grifos do autor). O estranhamento se manifesta no trabalho e na vida cotidiana, pois significa uma ruptura do ser individual com o ser social. É apenas na coletividade que o indivíduo pode se realizar plenamente e ser livre. Estranhamento está em oposição direta à emancipação humana.

além, pois a emancipação humana é algo mais complexo e requer reflexões mais radicais (no sentido de ir à raiz do problema).

Marx e Engels (1989) afirmavam que só poderia haver harmonia entre o *ser* e sua *essência* por meio de uma revolução concreta que superasse o capitalismo. A libertação dos homens, assim, é um ato histórico profundamente revolucionário, na medida em que propõe uma ruptura e uma superação, e não uma reforma.

Mas quais são, afinal, os problemas do capitalismo que nos motivam a sonhar com a utopia de sua supressão em defesa da emancipação humana?

O capitalismo é um sistema econômico, social, político e cultural que nasce com o declínio do feudalismo e se desenvolve entre os séculos XVIII e XIX, tendo se estabelecido com a Revolução Industrial na Europa. Desde então, tem-se conseguido aumento de produtividade com base não só na evolução de tecnologias, mas também por causa dos modos de organização do trabalho e gestão da força de trabalho. Sob o sistema de divisão do trabalho do século XIX e a imposição do ritmo acelerado das máquinas, os trabalhadores têm sido submetidos a controles rígidos dos tempos e movimentos. O padrão de acumulação taylorista-fordista⁴, típico do século XX, foi responsável por altas taxas de lucro dos empresários mediante a expropriação do *savoir-faire* dos trabalhadores, a separação entre execução e planejamento do trabalho, a disciplinarização da força de trabalho e da intensificação do trabalho pela tirania do cronômetro (HARVEY, 1993; ANTUNES, 1999; HELOANI, 2003; PINTO, 2010). Desde os anos 1930, o Estado passa a atuar cada vez mais a serviço do capital – o que hoje costumamos chamar de “mercado”. O neoliberalismo se transforma na “razão do capitalismo contemporâneo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Depois disso, a partir dos anos 1970, as crises do fordismo e do *welfare state* criam terreno fértil para o desenvolvimento de um novo modelo de acumulação, o modelo japonês ou toyotismo, erigido em torno da ideia de flexibilidade. A “acumulação flexível” se apoia na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1993, p. 140). Novas formas de contrato se desenvolvem: subcontratação, terceirização, tempo parcial, “pejotização” e, mais recentemente, contrato zero hora ou trabalho intermitente (aprovado no Brasil pela Lei 13.467/2017, chamada de Reforma Trabalhista).

Desde os anos 1980, há uma retração do poder de luta dos sindicatos. O neoliberalismo estrutura, com sua racionalidade, “não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). O individualismo, a lei do “cada um por si” e a competitividade

4 “Um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados’. Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’.” (LIPIETZ, 1986 apud HARVEY, 1993, p. 117). Ver também: Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*.

(agravada pelas metas a cumprir) são práticas correntes nas organizações, enquanto o discurso organizacional é de harmonia, autonomia, trabalho em equipe e colaboração (SIQUEIRA, 2009; BERNARDO, 2009). “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo *o princípio universal da concorrência*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17, grifo meu).

A natureza do capital é expandir e acumular; trata-se de uma tendência histórica no capitalismo. Para isso, vem aperfeiçoando métodos de gestão dos recursos naturais, financeiros e humanos – não sem dor, sangue e resistências. O capitalismo é uma das formas de se fazer a *economia*, no sentido da origem da palavra, ou seja, *oikos nomos* (o conjunto das regras da casa). Economia é, em última instância, a forma de administrar ou reger os recursos disponíveis numa casa ou num ambiente, para equilibrar escassez e abundância. Dependendo do sistema hegemônico – quem tem o poder de estabelecer o *nomos* –, as regras podem ser mais ou menos democráticas e mais ou menos justas socialmente. No capitalismo, as “regras da casa” são elaboradas e controladas pelos donos do capital (banqueiros, latifundiários e grandes empresários), com o imprescindível suporte das estruturas políticas e jurídicas do Estado, obviamente. Como é de sua natureza acumular e expandir, os donos do capital precisam se reinventar sempre, driblando os limites impostos pela finitude dos recursos naturais e pelas resistências dos trabalhadores (HARVEY, 2011).

Marx (1989a, 1989b) foi assertivo quando, ao descobrir as contradições internas do capitalismo, percebeu como o trabalhador é aviltado e perde seu tempo de vida para, na condição reduzida de “mero meio de produção”, satisfazer os interesses de lucro do capitalista.

Fica desde logo claro que o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que *todo seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho a ser empregado no próprio aumento do capital*. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical mesmo no país dos santificadores de domingo. Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo sempre que possível ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão, a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. (MARX, 1989a, pp. 300-301, grifo meu.)⁵

⁵ Lembrei-me de uma entrevista com Benjamin Steinbruch, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ele diz, em defesa da Reforma Trabalhista no Brasil, do negociado sobre o legislado, que, “em benefício do empregado”, deve-se reduzir o horário de almoço de 1 hora para 15 minutos e diz: “Se você vai hoje numa empresa nos Estados Unidos, você vê o cara almoçando, comendo o sanduíche, com a mão esquerda e operando a máquina com a direita”. A gravação ocorreu em 25 set. 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/Q4WyzCuWinE>>.

Podemos afirmar que a história do trabalho no capitalismo é a história da propriedade privada dos meios de produção, da inerente exploração da força de trabalho e do controle do tempo do trabalho, retirando a autonomia das pessoas e levando ao estranhamento. Os modelos de acumulação do capital e gestão do trabalho nos séculos XX e XXI são emblemáticos da precarização do mundo do trabalho – o que gera adoecimento, redução de solidariedade, dissolução dos coletivos, sofrimento, intensificação do trabalho, perda de direitos, imobilismo, desencantamento, senso de urgência e ansiedade, “quantofrenia”, entre tantas outras consequências (DEJOURS, 2000; DAL ROSSO, 2008; GAULEJAC, 2007).

Mas, se o trabalho aliena, o lazer tem o poder de desalienar? Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? (PADILHA, 2003). No tempo livre, já que não há, por princípio, a obrigação de fazer algo, as pessoas não estariam sujeitas a uma lógica de existência heterônoma? Quando o trabalho oprime, desgasta, cansa, esgota física e mentalmente, expropria o “saber tácito” (HELOANI, 2003) e a *mais-valia*⁶, alguns momentos de lazer, esporte, massagem ou ioga (muitas vezes oferecidos na própria empresa a título de Qualidade de Vida no Trabalho) teriam o poder de mitigar ou apagar isso? (PADILHA, 2008; 2010). Numa abordagem funcionalista, o lazer compensaria o que se perde no trabalho, e isso basta. Numa abordagem crítica, não é tão simples assim, porque sabemos que o sujeito se aliena na esfera do trabalho e essa alienação se prolonga na esfera do tempo livre. O descanso pode ocorrer e é bom, evidentemente, mas é meramente utilitarista e fugaz, sem efeito a longo prazo do ponto de vista da conquista da liberdade, da autonomia e da emancipação.

O “PADRÃO DE EXISTÊNCIA” DO CAPITAL NO TEMPO LIVRE

O termo “tempo livre” é entendido como o tempo disponível em que as pessoas estão liberadas das atividades obrigatórias, que não são exercidas por opção, mas por necessidade, como o tempo de trabalho (remunerado ou não) ou de busca por trabalho, por exemplo. Nesse tempo liberado, as pessoas encontram-se relativamente livres para escolher o que fazer: atividades de lazer, de fruição de cultura, de prática de esporte ou de descanso, de turismo, ócio ou contemplação. Nesse sentido, tempo livre é um conceito genérico compreendido pela cultura (numa concepção ampla do termo), mas que compreende o lazer e o ócio. Assim, quando se usa a palavra “lazer”, pensa-se em ocupação do tempo livre com atividades culturais (no sentido restrito do termo), esportivas, recreativas e turísticas (PADILHA, 2004). A *liberação* das obrigações do trabalho ou do estudo se confunde com *liberdade* e cria uma aura de positividade para o tempo livre.

6 Não é possível, nos limites destas páginas, discorrer sobre a *mais-valia*. Recomendo que o(a) leitor(a) busque SANDRONI, Paulo, *O que é mais-valia*, São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos, n. 65. Sugiro também BOTTOMORE, Tom (ed.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988/2012. Recomendo a leitura de MARX, Karl, *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1 – *O processo de produção do capital*. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Ver especialmente Parte Terceira e Parte Quarta.

No capitalismo, o homem se torna refém, sem perceber, de um círculo vicioso que leva a trabalhar para ter dinheiro porque quer consumir no tempo livre – de lazeres reificados a mercadorias das quais quase nunca se precisa de verdade (PADILHA, 2000; 2006). Aquelas “regras da casa” (*oikos nomos*) às quais me referi determinam como serão usados e distribuídos os recursos que se tem para viver: natureza, força de trabalho e tempo. Antes do capitalismo e depois dele, a economia foi e será a gestão dos recursos da casa. No capitalismo neoliberal, os donos do capital, de forma pouco democrática⁷, determinam o *nomos* e a distribuição e o uso dos recursos.

O tempo é um desses recursos: tempo de trabalho, tempo de estudo, tempo de lazer, tempo de ócio, tempo de descanso. Assim, interessa, para o processo de acumulação do capital e a reprodução da racionalidade neoliberal, que as 24 horas de cada dia sejam convertidas em valor que gera mais valor. O que realmente importa ao capital, como bem lembra Mészáros (1989), é que todas as coisas tenham valor de troca (para além do valor de uso). Nesse sentido, tudo passa a ter valor monetário, mudando a própria condição humana: o mercado “é o melhor produtor do sujeito esquizoide (...), um sujeito precário, acrítico e psicotizante” (DUFOR, 2005, p. 21). Os novos modos de subjetivação em tempos neoliberais mutilam a vida comum, no trabalho e fora dele (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Quando o capital compra o tempo de trabalho do assalariado, acaba também determinando o que seria seu oposto; o tempo livre se converte em tempo disponível para alimentar o mercado com o consumo de bens, serviços e valores. Quanto mais o Estado, que deveria se ocupar do bem comum, se submete aos interesses de acumulação do capital (neoliberalismo), menos atua nas esferas públicas (segurança, educação, saúde, lazer, cultura, esportes), deixando de prover recursos fundamentais para a satisfação das necessidades humanas e para o alcance da emancipação. Como não pode contar com o mercado para fazer isso de graça, pois nele reina o imperativo da lucratividade, o homem é levado a vender sua força de trabalho por dinheiro⁸. Como visto anteriormente, o mundo do trabalho não é exatamente um mundo de liberdade e autonomia, muito menos de emancipação – com raras exceções ou privilégios. No tempo livre, pouco muda, e o consumo é um argumento central nessa análise (PADILHA, 2006; 2018).

Se a esta altura pareço pessimista, cabe lembrar as sábias palavras de José Saramago quando escreveu: “(...) saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas” (SARAMAGO, 2001, p. 26.).

Meios de produção e produtos (serviços inclusos) são convertidos em capital. Assim, visam satisfazer as necessidades de acumulação e expansão

7 “O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na *era pós-democrática*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8, grifo dos autores).

8 Salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado (MARX, 1989b; MÉSZÁROS, 2016).

do capital, mais do que as necessidades humanas. Nesse sentido, concordo com Mészáros:

(...) “tempo disponível”, do ponto de vista do capital, é necessariamente percebido ou como algo a ser explorado no interesse da expansão do capital (desde a venda de ferramentas e materiais do tipo “faça-você-mesmo” à extrema comercialização de toda “atividade de lazer”, seja ela sexo, culto religioso ou arte), ou como vã “perda de tempo”, que como tal não pode ser explorada. É por isso que a tirania capitalista do *tempo mínimo* (autorizado na produção) unida à taxa de uso decrescente⁹ (na esfera de cada um deles, produção e consumo) tem de prevalecer sem obstáculos, até que o sistema como um todo desmorone sob o peso de suas próprias contradições. (1989, p. 39, grifo do autor.)

Para que o ciclo capitalista de produção e consumo continue ativo e veloz, é preciso que sejam ampliados os desejos e necessidades das pessoas, o que se faz com a fórmula do tripé publicidade + obsolescência programada + oferta de crédito (PADILHA, 2013; 2016). Aparentemente, todos ganham e vivem felizes para sempre. Como aparência e essência nem sempre coincidem, concordo com Adorno (1995, p. 70), quando diz que “nem em seu trabalho nem em sua consciência [as pessoas] dispõem de si mesmas com real liberdade. (...) o ‘tempo livre’ tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade (...)”. Também corrobora as provocantes reflexões de Fromm:

A atitude alienada com relação ao consumo não apenas existe em nosso modo de adquirir e consumir mercadorias, mas determina, além disso, o emprego do “tempo livre”. Que podemos esperar? *Se um homem trabalha sem verdadeira relação com o que está fazendo, se compra e consome mercadorias de um modo abstrato e alienado, como pode usar seu “tempo livre” de um modo ativo e significativo?* Continua sendo sempre o consumidor passivo e alienado. “Consome” partidas de futebol, filmes cinematográficos, jornais e revistas, livros, conferências, paisagens, reuniões sociais do mesmo modo alienado e abstratificado com que consome as mercadorias que compra. (...) *Na realidade, não é livre para gozar o “seu” tempo disponível; seu consumo das horas de lazer está determinado pela indústria, como acontece às mercadorias que compra; seu gosto é manipulado, quer ver e ouvir o que se lhe obriga a ver e ouvir; a diversão é uma indústria como qualquer outra, fazendo-se o consumidor comprar diversão assim como se lhe faz comprar roupa ou sapato.* (1963, p. 138, grifo meu.)

EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Os tempos neoliberais são tempos sombrios que impõem egoísmo social, negação da solidariedade, movimentos reacionários, austeridade e fascismo. Por isso, também são tempos de resistências e lutas que tentam construir uma força contrária à racionalidade neoliberal apesar das ideologias

⁹ Taxa de uso decrescente significa que as coisas compradas (mercadorias e força de trabalho) devem ser descartadas com mais rapidez, para acelerar o ciclo de produção e consumo do capital. (MÉSZÁROS, 1989).

que obscurecem a capacidade crítica de ver a totalidade dos fenômenos. A utopia marxiana, que assumo como minha também, é a plena realização do indivíduo, sem a preponderância dos valores individualistas; a liberdade dos homens, sem o neoliberalismo; a utilização da força de trabalho para a produção de coisas úteis que atendam às necessidades humanas e não a exploração do trabalho para produzir mercadorias com a finalidade da apropriação privada do lucro. Nessa utopia, que não nega o porvir, é apenas numa coletividade não alienada que os homens poderão ser livres e fruir da “liberdade autêntica”. Será a coletividade que definirá o que é liberdade autêntica. No pensamento marxista, superar a propriedade privada por meio de uma profunda reorientação da luta pela existência é condição *sine qua non* para que ocorra a emancipação humana completa.

O ser emancipado é aquele capaz de “ser-por-si-mesmo”, de “andar com seus próprios pés” (MARX, 1989b, p. 179), de reconhecer as necessidades do outro como sendo as suas próprias. O sujeito emancipado é autônomo em relação às formas de dominação do capital. É um sujeito coletivo que só pode realizar-se plenamente na convivência com os outros. O ser emancipado é o ser verdadeiramente *rico* porque ele necessita da totalidade da manifestação humana para viver: a vida humana plena. O homem *rico*, nesse sentido, é aquele que somente se realiza quando todos estão realizados – o que não ocorre sob a lógica competitiva e individualista do capitalismo neoliberal.

No capitalismo, a capacidade de identificar as verdadeiras necessidades humanas é desviada da consciência, pois não se sabe mais diferenciar o necessário do desnecessário, as necessidades reais (naturais) das falsas (artificiais). No entanto, é preciso saber que, conforme o próprio Marx ensinou, não só as circunstâncias fazem o homem, ele também faz as circunstâncias. Somos criadores e criaturas da sociedade, da cultura. Na mesma linha, Lukács (1969, p. 40) afirmou que “o homem constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade”. Somente os seres humanos salvarão os seres humanos das armadilhas que eles mesmos criaram; com o sistema “são criadas também as condições para a sua suplantação” (MÉZÁROS, 2016, p. 189).

Como bem argumentou Adorno (1978), não cabe a nós, intelectuais (também frutos da perversa divisão do trabalho que o capitalismo criou) dar conselhos ou resolver todos os problemas que denunciemos, da mesma forma que o pensamento não pode ser usado “apenas” para instrumentalizar a ação. Contudo, não basta termos consciência do estranhamento – dos efeitos perversos do neoliberalismo, da mais-valia, da submissão do valor de uso ao valor de troca – para que tudo isso deixe de existir. As teorias críticas ensinaram que não basta eliminar as contradições na teoria, pois é preciso conseguir resolvê-las na prática. Said resume brilhantemente o papel do intelectual na sociedade, com o qual me sinto solidária:

(...) ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison*

d'être é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. (...) *O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sintam bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável.* (2005, pp. 26-27, grifo meu.)

No exercício constante de ir além das certezas fáceis e obscurecidas pelas ideologias, aos intelectuais cabe fazer boas perguntas, daquelas que já contêm parte da resposta. Concordo com Said (2005) em que se trata de um esforço permanente, inacabado e cheio de dilemas pessoais. Como fazer a crítica sem gerar imobilismo? O que fazer quando vemos o quanto a televisão, a publicidade, o shopping center, os pais e as escolas estão atuando intensamente na “arte de reduzir as cabeças” (DUFOR, 2005)? Diante da sociedade ultraliberal, como pensar em conquistar melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, erigir coletivamente um “padrão de existência” mais emancipador para o tempo livre?

Todas as perguntas feitas neste ensaio parecem levar a um denominador comum: é utopia acreditar em mudanças radicais. Mas, como lembrou Fernando Birri, pela voz de Eduardo Galeano, a utopia serve para nos fazer caminhar e não desistir¹⁰. “Se um homem tem sede por causa de uma ferida na barriga não se lhe deve dar de beber, mas curar a ferida” (WEIL, 1996, p. 427). O desejo de ser radical é uma utopia necessária. Eu não tenho a menor dúvida de que, para mudar o mundo, precisaremos enterrar o capitalismo com sua roupagem neoliberal junto. As lutas sociais devem ser abrangentes e tratar política, economia e cultura de forma unívoca, incluindo a compreensão de que o Estado e o capital são duas faces da mesma moeda. Para isso, é urgente revisitar e atualizar o marxismo – apesar de todas as forças contrárias que pairam sobre nós –, lembrando que, para o marxismo, a utopia da emancipação humana é plenamente realizável, ainda que não seja agora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In _____. *Palavras e sinais. Modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Resignation. *Telos – Critical Theory of the Contemporary*, n. 35, 1978.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

10 “A utopia está lá no horizonte. Se eu caminho dez pasos, ela se afasta dez pasos. Quanto mais eu a procurar, menos vou encontrá-la, porque ela irá se afastando à medida que eu me aproximar. Boa pergunta ¿não é?, para que serve a utopia. É para isso que ela serve: para caminhar.” Eduardo Galeano citando o cineasta argentino Fernando Birri. Cf. < <https://youtu.be/9iqi1oaKvzs> >.

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do Toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensidade do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE GRAZIA, Victoria. La Taylorisation des loisirs ouvriers: les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste. *Recherches – Le soldat du travail*, Paris, n. 33-34, set. 1978. pp. 209-248
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1986.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ENRIQUEZ, Eugène. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Revista de Administração de Empresas*, v. 37, n. 1, jan./mar. 1997.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HELOANI, Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUKÁCS, György; KOFLER, Leo. Segunda conversa: sociedade e indivíduo. In KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 (a).
- _____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In FERNANDES, Florestan (org.). *Marx, Engels (História)*. São Paulo: Ática, 1989 (b).
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989. Série Pequeno Formato V.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.

- _____. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio?. In MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- _____. Tempo livre. In GOMES, Christiane L. (org.). *Dicionário crítico de lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. Trabalho e Gestão de Pessoas: o que o lazer tem a ver com isso? In MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.
- _____. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, pp. 549-563, nov. 2009/fev. 2010.
- _____. Desejar, comprar e descartar: da persuasão publicitária à obsolescência programada. *Ciência e Cultura.*, São Paulo, v. 68, n. 4, pp. 46-49, dez. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400015&lng=en&nrm=iso>.
- _____. Os fios invisíveis do capital costuram trabalho, lazer e consumo. In SANTOS, Cleito Pereira dos; ALMEIDA, Felipe Mateus de (org.). *Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socio-culturais*. Curitiba: CRV, 2018.
- PADILHA, Valquíria; BONIFÁCIO, Renata M. Obsolescência planejada: armadilha silenciosa na sociedade de consumo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 74, set. 2013.
- PINTO, Geraldo A. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RANIERI, Jesus. *A câmara escura*. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares. *Gestão de pessoas e discurso organizacional*. Curitiba: Juruá, 2009.
- WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

O QUE É MESMO UMA BRINCADEIRA?: O EXEMPLO DAS TRAVESSURAS EM SÃO PAULO

Denise Bernuzzi de Sant'Anna¹

RESUMO

O texto trata de algumas diferenças históricas entre travessura, brincadeira e lazer na cidade de São Paulo, durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Também indica algumas características da crescente desvalorização dos sentimentos tristes, outrora presentes no espaço urbano cuja paisagem continha muito mais fortemente do que hoje traços de ruralidade e noções de higiene pouco usuais atualmente. O foco principal do texto está nas brincadeiras infantis e todo ele resulta de uma pesquisa junto a jornais e revistas da época.

Palavras-chave: Brincadeiras. Cidade. Infância.

Pular amarelinha, jogar bolinha de gude, brincar de roda, passa-anel ou cobra-cega são algumas das experiências que marcaram a infância de milhões de brasileiros. Em meio a tais atividades lúdicas do passado, certa nostalgia tende a apoderar-se dos pais e educadores contemporâneos, como se, diferentemente dos jogos e brinquedos eletrônicos da atualidade, aquelas distrações antigas fossem sempre mais naturais e saudáveis. Tende-se ainda a lembrar das dificuldades de hoje para brincar na rua, longe dos equipamentos de segurança conhecidos. É, por fim, difícil mencionar aquelas formas de distração sem se perguntar sobre o valor da ludicidade e dos lazeres modernos, baseados em clubes esportivos, novas tecnologias e brinquedos eletrônicos.

No texto que se segue, a intenção principal é refletir sobre algumas travessuras infantis e juvenis típicas da história da capital paulista. Essas travessuras ou brincadeiras do passado nem sempre permaneceram vivas na memória e nas ruas da cidade. O crescimento de São Paulo e o progresso tecnológico do último século modificaram radicalmente a maneira de conceber a diversão e de praticá-la no espaço urbano.

Para iniciar esta reflexão, o melhor parece ser relembrar que as palavras “brincadeira” e “lazer” nem sempre tiveram os mesmos usos e significados ao longo da história. No final do século XIX, por exemplo, boa parte da imprensa brasileira não considerava que “brincar” fosse um assunto que merecesse muita atenção. Naquela época, “lazer” era um termo pouco utilizado. Falava-se mais em diversão, entretenimento, recreação, folguedos e folganças – ou, então, travessura. Esta podia ocorrer em qualquer idade, mas era

¹ Doutora em História pela Universidade de Paris VII (1994), com pós-doutorado na mesma área pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (2004). É professora livre-docente de História na PUC-SP e pesquisadora 1 do CNPq. E-mail: dbsat@uol.com.br.

mais comum entre crianças, especialmente aquelas do sexo masculino. Travessuras não eram necessariamente consideradas bem-vindas pelos adultos. No entanto, tendiam a ser vistas com alguma naturalidade, especialmente quando se tratava do período infantil e de meninos que demonstravam, por meio delas, coragem, ousadia e alguma dose de astúcia.

A travessura não tinha lugar certo nem determinado. Podia ocorrer em diferentes espaços da cidade ou fora dela. O Jardim Público, por exemplo, reformado em 1869, era um lugar conhecido de recreação dos paulistanos e em vários momentos de sua história ele também foi palco de travessuras e brincadeiras da molecada (MORSE, 1970, p. 172). Conforme o memorialista Ernani Silva Bruno, enquanto a capital paulista era um burgo estudantil com cerca de 20 mil habitantes, as procissões foram uma “recreação máxima”. Segundo o mesmo autor, “em 1857 começou a surgir na cidade o festejo carnavalesco em sua feição moderna, substituindo o entrudo primitivo: apareceram então os bailes de máscaras, os carros carnavalescos e o primeiro cordão: o dos Zuavos” (BRUNO, 1983, p. 755). O entrudo, tanto quanto o Carnaval, incluía travessuras de crianças e adultos. No primeiro, especialmente, a travessura podia adquirir contornos de agressão pública, mas esta fazia parte da tradição: lançar sobre os pedestres bolinhas cheias de água ou líquidos coloridos e indesejáveis constituía a festa anual que costumava alterar o ritmo cotidiano dos paulistanos.

Existiam passatempos, conforme se dizia, ligados ao jogo de bola, ao bilhar, ao circo, além das danças dos escravos no antigo Pátio do Rosário. Os festejos populares em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário eram ricos em tradições e criatividade. Segundo Antonio E. Martins, africanos cantavam e tocavam tambaque, uma música conhecida entre eles, enquanto suas parceiras dançavam com suas melhores roupas, pulseira de prata e rosário de contas vermelhas e de ouro ao pescoço (1963, p. 229). As peças teatrais, os jogos e os bailes eram igualmente importantes na cidade, quando “aproveitar a vida” era uma ideia comum entre os moradores de São Paulo (SANTOS, 2017, p. 69).

Muitas dessas experiências lúdicas incluíam crianças e adultos. Ou seja, a divisão entre, por um lado, brincadeira de crianças e, por outro, diversão de adultos nem sempre era uma realidade paulistana, justamente em momentos da história em que a infância era breve e a expectativa de vida era muito menor do que a atual. As separações entre adultos e crianças tinham outras funções e outro estatuto, o que significa que a hierarquia entre as faixas etárias nem sempre excluía as crianças de apostas e competições conhecidas de seus pais.

Desde o começo do século passado, as brincadeiras travessas das crianças brasileiras foram fartamente ilustradas na revista *O tico-tico*, lançada em 1905 no Rio de Janeiro. Esta revista foi a primeira a publicar histórias em quadrinhos no país. As alusões às travessuras ganharam diferentes formatos nessa publicação: desde “desenhar uma careta na cabeça do pai” até assustar os amigos com contos de assombração e sacis, ou destruir ninhos de juritis (O TICO-TICO, 1906, p. 26). A quantidade de vezes em que as crianças travessas

foram citadas ou mereceram descrição naquela revista chama a atenção do leitor atual. Em quase todos os seus números havia alguma menção às experiências travessas. Não se tratava apenas de narrar a travessura como maneira de incluir alguma mensagem pedagógica e moral dentro da educação das crianças. Tratava-se também de considerar a travessura uma experiência comum durante a infância, que poderia se estender até os 12 anos.

Além disso, na cidade de São Paulo, quando sua população não passava de 65 mil habitantes, as diversões e as travessuras podiam ocorrer em meio às atividades religiosas, tais como procissões, casamentos e quermesses, durante os bailes e mesmo em intervalos da labuta diária. Para a molecada, aliás, os banhos nos vários rios da capital paulista eram muito apreciados, assim como os passeios de barco no Tietê. Nos rios e em suas margens desenvolveu-se uma rica cultura dos jogos e brincadeiras entre os meninos. Eles frequentavam esses lugares com a intenção de se divertir e também de acertar apostas feitas, dentro de competições para averiguar quem era o mais forte e o nadador mais rápido, ou quem era o moleque mais destemido ao mergulhar depois de saltar para dentro de rios como Tamanduateí e Pinheiros. O meio do rio era um lugar propício para medir a força e a coragem masculina, enquanto suas margens tendiam a ser muito mais um território feminino, que servia à lavagem das roupas e louças, quando poucos possuíam água encanada. As margens do Tamanduateí, por exemplo, eram um local procurado para batizar as bonecas das meninas e brincar com cascalho e areia molhada (SANT'ANNA, 2007, p. 66).

Desde o período imperial, os becos, tanques, várzeas, quintais e matagais da cidade serviam às crianças como espaços privilegiados para brincadeiras que, em geral, incluíam travessuras. O espaço público era, portanto, o lugar preferido para as atividades lúdicas, numa época em que São Paulo misturava aspectos fortemente rurais com traços de urbanidade. Segundo Carmen Lúcia Soares, “os passeios, pescarias, piqueniques, brincadeiras em terrenos cheios de árvores, banhos de rio, deslocamentos em cima de animais e em pequenas canoas e carroças” também ilustravam as diversões paulistanas e a proliferação de atividades ao ar livre (2016, p. 23).

Naqueles anos, uma travessura não era necessariamente uma aventura, embora pudesse contar com os sentimentos aventureiros de muitos jovens e crianças. Travessura possuía sentidos distintos que podiam alcançar desde a maldade e a malícia até a desenvoltura e a astúcia. Por um lado, a travessura seria um desafio, um risco; por outro, uma experiência esperada especialmente de meninos até os 10 anos de idade. Não por acaso, ainda hoje permanece a ideia de que criança travessa é “levada” e que toda criança levada é esperta, saudável, especialmente se for do sexo masculino.

No período anterior a meados do século passado, as travessuras infantis foram consideradas, em geral, sinais de esperteza. As brincadeiras que para a sensibilidade atual correriam o risco de ser julgadas negativamente, como se fossem “politicamente incorretas”, pouco adequadas à consciência ecológica contemporânea, não o eram no começo do século XX. O escritor Jacob Pentead, por exemplo, que viveu no bairro do Belenzinho, em São Paulo, recorda em seu livro sobre a cidade do seu tempo uma das travessuras então mais

conhecidas e apreciadas, chamada “rói biscoito” (1910, p. 235). Nela, um grupo de moleques entrava nas águas do rio Tietê, “em trajes de Adão”, deixando a roupa à margem do rio. Em certo momento, os meninos maiores da turma saíam do rio sorrateiramente e molhavam com água algumas peças de roupa de um colega e, em seguida, “davam-lhes nós bem apertados, especialmente nas calças e nas mangas das camisas e aguardavam que seu possuidor terminasse o banho e viesse vestir-se”. Ao se deparar com aqueles nós, o dono das roupas procurava desatá-los, até mesmo com os dentes. E o resto da turma formava um círculo em volta do infeliz e gritava em coro: Rói biscoito! Rói biscoito! Aqueles que não desatassem rapidamente os nós corriam o risco de ser besuntados com excrementos.

Para a sensibilidade atual, brincadeiras desse tipo não teriam a graça que possuíam outrora. Tendem hoje a ser consideradas pouco respeitadas para com as crianças e, se considerarmos os excrementos, também podem ser julgadas anti-higiênicas e perigosas. Mas, no final do século XIX, quando o rói-biscoito era uma brincadeira comum na capital paulistana, a sensibilidade de toda a população em relação ao corpo era diferente da nossa.

Várias razões explicam essas diferenças. Por exemplo, antes do advento da família nuclear e do desenvolvimento industrial e urbano, havia uma proximidade bastante evidente entre a molecada, como se dizia, e o corpo de vários animais e plantas. A caça de codornas e pássaros de variados tipos era muito comum na cidade, tanto quanto alimentar-se de camarões de água doce, ovos de diversos répteis. Ser criado em habitações com quintais nos quais havia porcos, galinhas e outros animais domésticos também era algo corriqueiro. Os vendedores ambulantes comercializavam carne de muitas caças, além de leite de cabra e de vaca, e a cidade era totalmente marcada por espaços e equipamentos destinados exclusivamente aos animais, sugerindo uma proximidade com a natureza hoje rara: estábulos, bebedouros para cavalos, galinheiros, mercado de peixes, currais. Os exemplos a este respeito são numerosos, confirmando o quanto a paisagem urbana que configurava as brincadeiras do passado difere da nossa. Naquela época em que o urbano se misturava com fortes aspectos rurais, o parto era comumente feito em casa, as pessoas nasciam e também morriam em casa, na presença de crianças e adultos. Os doentes também costumavam ser tratados em casa, com ervas e remédios ensinados segundo diversas tradições.

Havia de fato certa naturalidade em lidar constantemente com diferentes corpos e com os elementos da natureza. Além disso, as moradias nem sempre possuíam banheiro em seu interior. Ser asseado naqueles anos não era necessariamente utilizar muita água para tomar banho e sim trocar várias vezes as roupas, principalmente aquelas que ficavam mais diretamente em contato com a pele.

Por conseguinte, seria apressado e equivocado simplesmente concluir que as pessoas do passado “eram sujas” ou, ainda, que as crianças do passado eram “grosseiras”, porque se divertiam com excrementos e com travessuras hoje criticadas. À medida que as análises históricas se aprofundam, percebemos que a molecada do passado vivia de acordo com um mundo que não é

mais o nosso. O lazer dos modernos “games” e da natação em piscinas particulares, que prometem segurança, conforto e limpeza, é, sem dúvida, muito distinto daquele que deixava a criança nua à beira de um rio com roupas molhadas. Enfim, inúmeras razões poderiam explicar o quanto a nossa cultura valoriza crescentemente a segurança e o conforto, busca uma higiene do corpo com o uso de muita água, sabonetes, xampus, cremes e outros produtos ligados a uma exigência de assepsia inexistente na época do rói-biscoito. A partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente, houve uma crescente valorização dos prazeres de um banho diário, abundante em água quente ou morna, perfumado, assim como a desvalorização de brincadeiras que incluíam a mistura dos corpos com diversos elementos da natureza, incluída a terra. Quintais e ruas de terra deixaram de caracterizar o centro da cidade e, principalmente os bairros considerados ricos. Tomar banho de rio no meio da cidade deixou de ser possível, e a própria relação do paulistano com seus rios, outrora forte, tende a ser hoje uma remota lembrança de um tempo que já se foi e dificilmente voltará.

A preocupação com o lazer – palavra mais utilizada pela imprensa desde o começo da República – marcou o discurso de médicos e engenheiros responsáveis pelas reformas sanitárias da cidade, especialmente depois da década de 1930. Contudo, segundo Victor Melo e Christianne Gomes, essa tendência ocorreu no Brasil desde o final do século XIX (2003, p. 26). A partir daí, as diversões tenderam a ser consideradas experiências com capacidade de repor energia para o trabalho ou, ainda, atividades capazes de educar o futuro cidadão brasileiro. A noção de travessura demorou, contudo, a ser vista como algo que devia definitivamente ser filtrada pela lente da higiene e como sinônimo de algum distúrbio infantil, no limite como o sintoma de alguma patologia a ser corrigida, incluída, por exemplo, na hipótese de um déficit de atenção e hiperatividade, ou seja, indício de um TDAH.

Após 1930, principalmente, inúmeras travessuras passaram a sofrer a concorrência de brincadeiras organizadas para serem salubres e educativas. Novamente, a revista *O Tico-Tico* fez parte dessa mudança. Várias narrativas nela publicadas desde então tenderam a associar a travessura às brincadeiras que precisavam ser corrigidas. Por exemplo, um dos personagens conhecidos dos leitores daquela revista, chamado Chiquinho, durante um bom tempo considerado uma criança “levada da breca”, começou a aparecer menos travesso ou então a ser alertado mais vezes sobre a negatividade de sua conduta. Lamparina, outro conhecido personagem travesso, também começou a perder o charme e a graça. Entretanto, foi somente na segunda metade do século passado que o cenário das travessuras tendeu de fato a diminuir nas publicações destinadas ao público juvenil e infantil. Para as crianças das grandes cidades brasileiras, brincar adquiriu uma fisionomia menos travessa e mais organizada a partir das possibilidades de lazer dos pais, a depender de seus horários e condições financeiras. Inúmeros jogos do passado foram esquecidos, enquanto novos esportes passaram a caracterizar o lazer de crianças e adultos. A distinção entre esportistas amadores e profissionais tornou-se mais comum dentro da cidade, o que de certo modo poderia ser interpretado como uma ameaça à ludicidade (cf. HUIZINGA, 1980,

p. 219). A memória das brincadeiras hoje pouco presentes na cidade nem sempre consegue abarcar as técnicas elaboradas no passado relacionadas aos brinquedos, antes inventados e confeccionados pelas próprias crianças. A emancipação e a industrialização dos brinquedos, estudada por Benjamin, atingiu o Brasil, principalmente no decorrer do último século, quando surgiram grandes fábricas de brinquedos internacionais, como a Estrela, em 1937.

Enquanto isso, o desenvolvimento da publicidade, juntamente com a influência do rádio e do cinema, valorizavam imagens promotoras da alegria de viver. Antes dos anos 1930, era comum encontrar textos e imagens de anúncios em jornais e revistas mostrando fisionomias tristes, incluindo crianças que choravam ou se entediavam. A seguir, a propaganda brasileira passou a se interessar mais frequentemente em vender a ideia da alegria como um grande valor.

Mais do que nunca, sofrimento e tristeza começaram a ser considerados produtos que vendem mal. A partir da década de 1950, sobretudo, os publicitários exploraram enormemente as imagens de rostos juvenis e infantis sorridentes, que sugeriam a todos a seguinte mensagem: livre-se para sempre das dores e tristezas, afinal, para que sofrer? A alegria passou a ser considerada não mais um estado passageiro, tal como a tristeza, e muito mais um modo de ser natural de todos os que têm saúde e disposição física. Para adultos e crianças, a alegria constante, sem intervalos, como se fosse o único estado bem aceito, tornou-se um grande negócio industrial, enquanto a tristeza e o tédio passaram a correr o risco de serem simplesmente considerados sinônimos de algum fracasso. Ao invés do erro, que pode ser corrigido, o imaginário do fracasso tende a se impor junto à ameaça do descarte e da não aceitação social.

Evidentemente, em sociedades altamente competitivas, quando a tristeza se torna sinônimo de fracasso, é difícil percebê-la como um dos sentimentos naturais aos adultos, idosos e crianças. Daí uma série de medidas e produtos divulgados pela mídia atual para combater e afastar os sentimentos tristes e os semblantes melancólicos. Em suma, paradoxalmente, na medida em que as antigas travessuras ao ar livre deixaram de ser possíveis ou valorizadas, houve um crescente apelo à necessidade de manter filhos e pais contentes, durante todos os dias e circunstâncias da vida. O dever de jamais sentir tristeza, hoje amplamente valorizado, parece assim ser paralelo e intimamente relacionado ao esmaecimento das antigas artes da travessura infantil.

Todavia, nem tudo o que reluz na propaganda midiática atual consegue implantar-se na ampla e multifacetada realidade nacional. Mesmo nos dias atuais, não é preciso ir “para o meio do mato” para que as crianças vivam e inventem brincadeiras. Certamente as brincadeiras não são mais como aquela do rói-biscoito, nem estão comprometidas com as mesmas noções de higiene e de vida urbana existentes no passado. Além disso, várias delas dependem hoje das novas tecnologias de comunicação e são possibilitadas graças a elas. Em outras palavras, muito haveria ainda a ser estudado sobre os modos pelos quais as crianças brincam e exercem a habilidade de serem travessas junto a seus jogos eletrônicos, tablets e celulares. Sem ignorar os riscos que

eles representam em termos de sedentarismo, problemas visuais, isolamento infantil, entre outros, existem invenções lúdicas que certamente passam pela realidade virtual e que não possuem apenas aspectos negativos.

Há ainda brincadeiras que perduram para além do virtual, dentro ou fora do ambiente doméstico. Interessante observar que muitas das características antigas da travessura podem permanecer na atualidade mesmo mudando de nome. Por exemplo, “aprontar” tornou-se um termo recorrente para as travessuras de adultos e crianças que estariam no fio da navalha entre o engraçado e o incorreto, a malícia e a astúcia. Há sites na internet que viralizaram justamente porque mostraram as tais “aprontações” infantis².

A sedução hoje presente diante de tais sites comprova o quanto a força de uma brincadeira travessa ainda tem muita história a contar. Há quem acredite que quem não brincou no passado, quem não experimentou travessuras quando criança, não consiga amadurecer e se tornar adulto. Pois é provável que, graças à permanência ao longo do tempo das variadas travessuras de crianças, ainda hoje estas consigam desfrutar da infância sem precisar obedecer aos interesses e constrangimentos do mundo adulto. Mais ainda: é provável que somente desse modo homens e mulheres possam de fato deixar de ser infantis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BRUCKNER, Pascal. *A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradição da cidade de São Paulo*, vol II. São Paulo: Hucitec, 1983.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- MARTINS, Antonio E. *São Paulo antigo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1963.
- MELO, Victor A. de; GOMES, Christianne L. Lazer no Brasil, trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, pp. 23-44, jan./abr. 2003.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.
- O TICO-TICO. Rio de Janeiro: O Malho. Anos pesquisados: 1906, 1928, 1930, 1932, 1935.
- PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910*. São Paulo: Carrenho, 2003.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: História e lazer*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- _____. *Cidade das águas, usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo, 1822-1901*. São Paulo: Senac, 2007.

² Por exemplo: <https://noticias.r7.com/fala-brasil/videos/travessuras-de-criancas-fazem-sucesso-na-internet-o-que-os-pais-devem-fazer-15102015>, acessado em 5 de abril de 2018.

SANTOS, Flavia da Cruz. *Uma história do conceito de divertimento na São Paulo do século XIX*. Tese (doutorado em Estudos do Lazer), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOARES, Carmen Lúcia (org.). *Uma educação pela natureza*. Campinas: Autores Associados, 2016.